

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente) **2015**

Brasília – 2016



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente) **2015**

Brasília – 2016

© 2016 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação

SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2

70070-600 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3030-9225

Secretário-Geral da Presidência

Carlos Vieira von Adamek

Diretora-Geral da Secretaria

Leda Marlene Bandeira

Secretário de Gestão da Informação

Geraldo Campetti Sobrinho

Unidade responsável

Secretaria do Tribunal

Editoração e revisão editorial

Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip/SGI)

Editoração

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGI)

Capa e projeto gráfico

Rauf Soares

Revisão editorial

Seção de Preparação e Revisão de Originais (Seprev/Cedip/SGI)

Impressão e acabamento

Seção de Impressão e Distribuição (Seidi/Cedip/SGI)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Prof. Alysson Darowish Mitraud)

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.

Relatório de atividades Ministro Dias Toffoli (Presidente) 2015. – Brasília :
Tribunal Superior Eleitoral, 2016.

249 p. : Il. ; 24 cm.

Organização: Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

1. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral – Relatório – 2016. I. Título.

CDDir 341.4191

Tribunal Superior Eleitoral (Composição 2015)

Presidente

Ministro Dias Toffoli

Vice-Presidente

Ministro Gilmar Mendes

Ministros Efetivos

Ministro Luiz Fux

Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Ministro Herman Benjamin

Ministro Henrique Neves

Ministra Luciana Lóssio

Ministros Substitutos

Ministra Rosa Weber

Ministro Teori Zavascki

Ministro Luís Roberto Barroso

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho

Ministro Jorge Mussi

Ministro Admar Gonzaga Neto

Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto

Procurador-Geral Eleitoral

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Eugênio Aragão

SUMÁRIO

Apresentação	7
1. Secretaria-Geral da Presidência	11
1.1. Assessoria de Cerimonial	14
1.2. Assessoria Internacional.....	21
1.3. Secretaria Judiciária.....	28
1.4. Assessoria de Articulação Parlamentar	42
1.5. Assessoria de Plenário	66
1.6. Assessoria do Processo Judicial Eletrônico	68
1.7. Assessoria Especial do Tribunal Superior Eleitoral	70
1.8. Assessoria de Exame de Prestação de Contas Eleitorais e Partidárias	71
1.9. Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.....	79
2. Secretaria do Tribunal.....	97
2.1. Gabinete da Diretora-Geral.....	97
2.2. Assessoria de Gestão Estratégica.....	102
2.3. Assessoria de Informações ao Cidadão	121
2.4. Assessoria Jurídica.....	123
2.5. Secretaria de Gestão de Pessoas.....	124
2.6. Secretaria de Gestão da Informação	146
2.7. Secretaria de Tecnologia da Informação	163
2.8. Secretaria de Controle Interno e Auditoria	183
2.9. Secretaria de Administração.....	201
2.10. Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.....	221
2.11. Assessoria de Segurança e Transporte	240

Apresentação

Em atendimento ao disciplinado na Resolução-TSE nº 23.443, de 24.3.2015, apresento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e à sociedade brasileira o relatório anual com as principais atividades executadas ao longo do exercício de 2015.

No relatório, são enfatizadas as atividades gerenciais desenvolvidas pelas unidades do TSE, a fim de que se evidenciem os produtos gerados e seus valores agregados ao Tribunal, tornando-se, assim, um forte insumo para futuras tomadas de decisões e priorização de iniciativas.

As ações descritas contribuem sobremaneira para a efetiva realização da missão institucional desta Corte, a saber:

“Assegurar os meios efetivos que garantam à sociedade a plena manifestação de vontade, pelo exercício do direito de votar e ser votado.”¹

É oportuno observar que, no exercício de 2016, novos desafios surgirão e serão enfrentados com igual determinação e afincos. Todavia, o reconhecimento das conquistas, descritas neste documento, se faz importante e necessário, traduzindo o empenho desta Corte em consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral.

Em meu discurso de posse, em 13 de maio de 2014, foram propostos alguns desafios. Ao longo de 2015, percebemos os seguintes resultados significativos nos propósitos almejados:

1. Processo judicial eletrônico

- O PJE foi implementado no TSE, em 24 de agosto de 2015, nas classes originárias de Ação Cautelar, *Habeas Corpus*, *Habeas Data*, Mandado de Injunção e Mandado de Segurança.
- Em 2016, o PJE será implementado em quatro tribunais regionais eleitorais: Goiás, Amazonas, Rio Grande do Sul e Tocantins.

2. Reforma Política – Constitucional e Infraconstitucional

- A Assessoria Parlamentar acompanhou toda a tramitação, fornecendo informações à Presidência sobre o andamento dos projetos,

¹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Estratégia do Tribunal Superior Eleitoral 2015-2020*. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-plano-estrategico-2015-2020>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

os temas discutidos, as propostas apresentadas, as referências ao Tribunal e a seus membros, além de acompanhar Ministros da Casa a audiências públicas. Destaca-se, nesse sentido, os seguintes projetos de Lei e leis aprovadas:

- a) PL nº 7904/2014, que institui a Grael;
- b) PL nº 7990/2014, que cria cargos de TI para a Justiça Eleitoral;
- c) PL nº 2648/2015, que institui o plano de cargos e salários do Poder Judiciário;
- d) PL nº 2816/2015, que cria cargos e funções das áreas de análise de prestação de contas;
- e) PLC nº 69/2015 – Senado, que cria cargos e funções do TSE; e
- f) Lei nº 13.150/2015, que cria cargos e funções nos cartórios eleitorais.

3. RCN: A Justiça Eleitoral centralizando o cadastro nacional de cidadãos

- Foi apresentado à Câmara dos Deputados, em 1º de junho de 2015, o Projeto do Registro Civil Nacional, uma iniciativa conjunta do Poder Executivo com a Justiça Eleitoral.

4. Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

- O Sistema foi implementado no TSE a partir de 15 de julho de 2015, objetivando a melhoria no desempenho dos processos da administração pública, com ganhos em agilidade, transparência administrativa e redução de custos.

5. Programa de Identificação Biométrica do Eleitor

- Para que a coleta de dados biométricos no país seja realizada conforme meta estabelecida pelo TSE para 2015/2016, foram adquiridos 16.125 *kits* biométricos e *pads* de assinatura. Até o momento, 14.293 *kits* e *pads* já foram distribuídos aos tribunais regionais eleitorais,

somando a quantia de R\$ 64.571.844,16 para pagamento de *kits* biométricos, e R\$ 12.082.713,76 para *pads* de assinatura.

6. Eleições 2016

- Aprovação do Calendário Eleitoral das eleições municipais de 2016.
- Realização de audiências públicas para promover o debate sobre as instruções que regerão as eleições municipais de 2016. Planejamento de todos os programas, projetos e planos de ações para as Eleições 2016.
- Aprovação da Resolução-TSE nº 23.444/2015, que dispõe sobre a realização periódica do Teste Público de Segurança (TPS) nos sistemas eleitorais, e lançamento do edital para a realização do TPS em março de 2016. Estruturação de grupos de trabalho (GTs) para tratar de medidas evolutivas que surtirão efeito nas eleições, tais como:
 - a) GT – Aprimoramento Continuado do Processo Eleitoral no Exterior, que demandou a evolução do sistema "Título Net", bem como gestão parlamentar junto do Congresso Nacional, que culminou com a aprovação de dispositivo na Lei nº 13.165/2015, que permite regularização da situação documental de brasileiros residentes no exterior.
 - b) GT-JE Mobile – tem a atribuição de estudar, avaliar e definir padrões técnicos para a criação de aplicativos móveis para a Justiça Eleitoral.
 - c) GT de Projetos Especiais – incumbido de realizar estudos e apresentar soluções para a implantação do Registro Civil Nacional (RCN) e de inovações para a Urna Eletrônica.

Todas essas ações são realizadas para dar concretude à missão do Tribunal Superior Eleitoral, qual seja, contribuir para consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, à transparência e à segurança.

Ministro Dias Toffoli
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

1. Secretaria-Geral da Presidência

Atividades finalísticas

Competências

A Secretaria-Geral da Presidência, unidade de assistência direta e imediata ao Presidente do Tribunal, é integrada pelo gabinete do Secretário-Geral, pelas assessorias de Cerimonial, de Imprensa e Comunicação Social; de Plenário; pela Assessoria Parlamentar e pela Secretaria Judiciária da Corte. Tem por finalidades:

- Assistir o Presidente no desempenho de suas funções, auxiliando-o nos despachos de expediente; no cumprimento de sua agenda de trabalho; e na condução do relacionamento externo do Tribunal.
- Assessorar o Presidente no planejamento administrativo e na fixação de diretrizes para o funcionamento da instituição.
- Organizar a agenda de representação oficial e social do Presidente.
- Coordenar as atividades de encaminhamento e tramitação dos documentos recebidos pela Secretaria-Geral, direcionando-os, de ordem do Presidente, aos órgãos competentes.
- Coordenar e supervisionar as atividades das assessorias da Secretaria-Geral.
- Organizar a agenda de compromissos da Secretaria-Geral, preparar e despachar o expediente do gabinete.
- Controlar a entrada e a saída de documentos encaminhados ao Secretário-Geral, mantendo o arquivo organizado e atualizado.

Estão também funcionalmente vinculadas à Secretaria-Geral a Assessoria Especial do Tribunal Superior Eleitoral e a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias.

Ações

Entre as atribuições da Secretaria-Geral da Presidência, destacam-se, ainda, nesta gestão, o controle do prazo de biênios dos ministros titulares e substitutos, bem como o controle e o encaminhamento das listas tríplices oriundas dos tribunais regionais eleitorais ao Ministério da Justiça.

Controle dos prazos dos biênios dos ministros

A Secretaria-Geral da Presidência passou igualmente a fazer o controle do término do prazo dos biênios dos ministros titulares e substitutos desta Corte, com o encaminhamento dos respectivos ofícios aos órgãos competentes pela elaboração das respectivas listas tríplices.

Listas tríplices

A Secretaria-Geral da Presidência faz o controle dos processos de Lista Tríplice dos tribunais regionais eleitorais, encaminhando-os, após aprovação pelo Plenário desta Corte Eleitoral, ao Poder Executivo, consoante disposto no art. 120, § 1º, inciso III, da Constituição e no inciso III do art. 25 do Código Eleitoral.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

As contribuições estão relacionadas a seguir.

Indicador estratégico:	Taxa de congestionamento de processos no TSE
Objetivo estratégico	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
O que se mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento
Para que medir	Avaliar a capacidade de atendimento à demanda de processos judiciais que ingressam no TSE
Quem mede	Secretaria-Geral da Presidência
Quando medir	Semestralmente
Como medir	$1 - [\text{quantidade de processos baixados} \div (\text{quantidade de processos novos} + \text{quantidade de processos pendentes})]$
Fonte	SADP
Metas	Ano não eleitoral: baixar mais processos do que o quantitativo de casos novos Ano eleitoral: baixar ao menos 70% do quantitativo de casos novos

Valor apurado	Taxa de congestionamento: 63,92% <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quantidade de processos Baixados: 2.766 ▪ Quantidade de processos Novos: 1.582 ▪ Acervo anterior: 6.085
Medição em	11.11.2015 – Período de referência: 1º.1.2015 a 30.6.2015
Análise técnica	A meta foi atingida para o período– foram baixados mais processos que o número de processos novos

Indicador estratégico:	Índice de julgamento de processos antigos
Objetivo estratégico	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
O que se mede	Percentual dos processos antigos do acervo julgados até o final do exercício
Para que medir	Avaliar a capacidade de julgamento dos processos antigos do acervo do TSE
Quem mede	Secretaria-Geral da Presidência
Quando medir	Semestralmente
Como medir	Quantidade de processos antigos julgados ÷ quantidade de processos antigos
Fonte	SADP
Metas	2015: julgar ao menos 90% dos processos distribuídos até 31.12.2012 2016: julgar ao menos 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013
Valor apurado	Índice de julgamento de processos antigos: 99,62% <ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos distribuídos até 31.12.2012: 85.338 ▪ Processos decididos até 30.6.2015: 85.015
Medição em	11.11.2015 – Processos distribuídos até 31.12.2012 com primeiro julgamento até 30.6.2015
Análise técnica	No primeiro semestre, foi atingida a meta proposta para 2015

Indicador estratégico	Índice de julgamento de ações que possam importar na perda do mandato eletivo
Objetivo estratégico	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
O que se mede	O percentual de processos que possam importar na perda do mandato eletivo julgados no prazo estipulado
Para que medir	Avaliar a capacidade de atendimento à demanda dos processos judiciais que possam importar na perda do mandato eletivo
Quem mede	Secretaria-Geral da Presidência

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Quando medir	Semestralmente
Como medir	Quantidade de processos que possam importar na perda de mandato eletivo, julgados no prazo estipulado ÷ quantidade de processos que possam importar em perda de mandato eletivo
Fonte	SADP
Metas	Julgar todos os recursos que possam importar na perda de mandato eletivo em até seis meses após a autuação no TSE Julgar todas as ações originárias que possam importar na perda de mandato eletivo em até um ano após a autuação no TSE
Valor apurado	Índice de julgamento de ações que possam importar na perda do mandato eletivo: 53,61% <ul style="list-style-type: none">▪ Processos originários autuados entre 1º.1.2014 e 30.6.2014: 27▪ Processos originários julgados em até um ano: 24▪ Processos recursais autuados entre 1º.7.2014 e 31.12.2014: 721▪ Processos recursais julgados em até seis meses: 377
Medição em	11.11.2015 – Processos originários autuados entre 1º.1.2014 e 30.6.2014 e processos recursais autuados entre 1º.7.2014 e 31.12.2014
Análise técnica	O indicador escalonado indica que, se os padrões de ingresso e julgamento de processos forem mantidos, no fim do período atingiremos 53,61% da meta estabelecida

1.1. Assessoria de Cerimonial

Atividades finalísticas

Atividades de fevereiro de 2015

Dia	Evento	Local
4	Acompanhamento do Ministro Presidente à cerimônia de posse do Ministro Vital do Rêgo (TCU).	Plenário do TCU
5	Apoio ao evento 1º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral (primeiro dia).	Auditório I
6	Apoio ao evento 1º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral (segundo dia).	Auditório I

Dia	Evento	Local
9	Acompanhamento de visitantes da delegação representativa dos órgãos com responsabilidade eleitoral de Cabo Verde à sala de reuniões da SPR e à STI.	Sala V 930 e STI
10	Acompanhamento do Ministro Presidente ao Itamaraty para assinatura de portaria conjunta entre TSE, MRE e TRE/DF. Cerimônia de assinatura de Memorando de Entendimento entre o TSE e os órgãos com responsabilidade eleitoral de Cabo Verde.	Palácio do Itamaraty Gabinete da Presidência
12	Visita guiada de estudantes: curso de Direito de diversas faculdades – Programa de Visitação Técnica do Superior Tribunal de Justiça.	Foyer, Museu e Plenário
26	Recepção e acompanhamento do Ministro Francisco Rezek, que concedeu entrevista à Assessoria de Imprensa (Asics) e visitou as instalações do TSE.	Gabinete da SJD, Salão Nobre e Plenário

Atividades de março de 2015

Dia	Evento	Local
2	Recepção e acompanhamento de autoridades do Itamaraty para reunião de grupo de trabalho sobre processo eleitoral no exterior. Recepção e acompanhamento do Presidente José Sarney à Presidência do TSE para audiência com o Ministro Presidente.	Sala de Reuniões da DG Gabinete da Presidência
3	Recepção e acompanhamento do embaixador de Taiwan no Brasil para audiência com o Ministro Presidente e acompanhamento de sessão plenária.	Presidência, Salão Nobre e Plenário
4	Visita guiada individual: Mariana da Silveira Machado – estudante de Direito no Instituto Vianna Júnior (Juiz de Fora/MG).	Foyer, Museu e Plenário
10	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito do Centro Universitário de Mineiros/GO (Unifimes).	Foyer, Museu e Plenário
11	Acompanhamento do Ministro Presidente à Audiência Pública da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados.	Câmara dos Deputados
13	Visita guiada de estudantes: Instituto de Educação de Cuiabá (Insed).	Foyer, Museu e Plenário

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Dia	Evento	Local
24	Visita guiada de estudantes: Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP.	Foyer, Museu e Plenário
25	Recepção e acompanhamento da Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Ideli Salvatti e dos Deputados Federais Paulinho da Força e Ademir Camilo para audiência com o Ministro Presidente.	Trecho 5 e Presidência

Atividades de abril de 2015

Dia	Evento	Local
7	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade INESC – Unai/MG.	Foyer, Museu e Plenário
9	Recepção e acompanhamento do Doutor Roberto Rosas, ex-ministro do TSE, para concessão de entrevista à Assessoria de Imprensa (Asics).	Trecho 5 e Salão Nobre
15	Recepção e acompanhamento do Senador Fernando Collor à Presidência, para audiência com o Ministro Presidente.	Gabinete da Presidência
16	Organização e realização do ato de recondução do Doutor Henrique Neves da Silva no cargo de Ministro Efetivo do TSE.	Plenário
20	Cerimônia de Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica de Cessão do Direito de uso do Sistema Eletrônico de Informações, entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.	Gabinete da Presidência
23	Visita guiada internacional: magistrados da Turquia e da Escola da Magistratura de São Paulo. Recepção e ciceroneamento nas dependências do Tribunal, incluindo acompanhamento de sessão de julgamento, encontro com o Ministro Presidente e visitas ao Museu e à sala-cofre da STI.	Presidência, Plenário, sala V 930, sala-cofre da STI e Museu

Atividades de maio de 2015

Dia	Evento	Local
5	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade Cenecista de Osório/RS.	Foyer, Museu e Plenário

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Dia	Evento	Local
9	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina e da Universidade de Caxias do Sul – <i>Campus</i> de Canela/RS.	Foyer, Museu e Plenário
12	Recepção e acompanhamento de grupo de senadoras (Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Raquel Madureira, Simone Tebet) para audiência com o Ministro Presidente. Recepção e acompanhamento do Ministro Armando Monteiro (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) para audiência com o Ministro Presidente.	Trecho 5 e Presidência Trecho 5 e Presidência
14	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade Fortium – Núcleo de Prática Jurídica (NPJ – Asa Sul e Gama).	Foyer, Museu e Plenário
16	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade Católica de Brasília.	Foyer e Plenário
18	Visita guiada internacional: recepção de delegação de advogados ingleses para audiência com o Ministro Presidente e apresentação da urna eletrônica. Recepção e acompanhamento do Desembargador Federal Néviton Guedes (TRF 1ª Região) para audiência com o Ministro Presidente.	Presidência e sala V 930 Trecho 5 e Presidência
19	Recepção e acompanhamento do Presidente do TRE/RJ, Desembargador Edson Aguiar, para audiência com o Ministro Presidente. Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade Católica de Brasília.	Gabinete da Presidência Foyer e Plenário
26	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade de Direito de Olinda/PE (Focca). Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da UniBalsas, Balsas/MA.	Foyer e Plenário Foyer e Plenário
28	Organização e realização da Sessão Solene de Comemoração dos 70 Anos da Reinstalação da Justiça Eleitoral.	Plenário
29	Organização e realização do Culto Ecumênico em Comemoração dos 70 Anos da Reinstalação da Justiça Eleitoral.	Auditório I

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Atividades de junho de 2015

Dia	Evento	Local
1º	Apoio à organização e à realização da Sessão Solene de Comemoração dos 70 Anos da Reinstalação da Justiça Eleitoral, no Senado Federal.	Plenário do Senado Federal
9	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade Católica de Brasília.	Foyer, Museu e Plenário
10	Recepção de palestrantes internacionais do Congresso Internacional sobre Financiamento Eleitoral e Democracia no aeroporto de Brasília e encaminhamento aos respectivos hotéis.	Aeroporto JK, Hotel Royal Tulip
11	Recepção de palestrantes internacionais do Congresso Internacional sobre Financiamento Eleitoral e Democracia no aeroporto de Brasília e encaminhamento aos respectivos hotéis. Organização e realização do Congresso Internacional sobre Financiamento Eleitoral e Democracia – 1º dia.	Aeroporto JK, Hotel Royal Tulip Auditório I
12	Organização e realização do Congresso Internacional sobre Financiamento Eleitoral e Democracia – 2º dia.	Hotel Royal Tulip
16	Recepção e apoio à visita de comitiva da República Dominicana. Apoio à cerimônia de posse do Ministro Luiz Edson Fachin como ministro do Supremo Tribunal Federal.	Trecho 5, sala de reuniões da SPR Plenário do STF
26	Acompanhamento do Ministro Presidente à Festa Junina da Assertse.	Edifício-Sede do TSE (térreo)

Atividades de julho de 2015

Data	Evento	Local
------	--------	-------

RECESSO JUDICIÁRIO – 1º de julho a 3 de agosto

Atividades de agosto de 2015

Dia	Evento	Local
6	Organização e realização da cerimônia de abertura da exposição A Saga da Justiça Eleitoral em 1945: História e Cultura dos 70 Anos de Redemocratização no Brasil.	Foyer

Dia	Evento	Local
13	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade Iguazu (Unig) – Nova Iguazu/RJ.	Foyer e Plenário
18	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade da Região de Joinville (Univille) – <i>Campus</i> São Bento do Sul/SC.	Foyer, Museu e Plenário
25	Organização e realização da Cerimônia de Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE).	Presidência
27	Visita guiada de estudantes de Direito: Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde/MT, Faculdades Alves Faria (Alfa) de Goiânia/GO e Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo/SP (Fadisp).	Foyer e Museu

Atividades de setembro de 2015

Dia	Evento	Local
2	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade Cenecista de Joinville/SC.	Foyer, Museu e Plenário
8	Visita guiada de estudantes de Direito: Universidade Anhanguera/SP, Faculdade de Direito de Franca/SP e Centro Universitário da Fundação Guaxupé/MG (Unifeg).	Foyer e Plenário
10	Apoio à organização e realização do Seminário Reforma Política.	Auditório I
15	Visita guiada de estudantes de Direito: Universidade de Santa Cruz do Sul/RS (Unisc), Faculdade São Francisco de Barreiras/BA (Fasb) e Faculdade Anhanguera de Leme/SP.	Foyer, Museu e Plenário
16	Visita guiada de estudantes de Direito: Instituto de Educação de Cuiabá/MT (curso de Auxiliar Jurídico – nível médio) e Universidade de Caxias do Sul/RS.	Foyer e Museu
17	Visita guiada de estudantes de Direito: Faculdade Meridional (Imed), de Passo Fundo/RS; Universidade de Caxias do Sul/RS (UCS).	Foyer, Museu e Plenário
22	Visita guiada de estudantes de Direito: curso de Direito da Univates (Centro Universitário), Lajeado/RS; Fundação Universidade Regional de Blumenau/SC (Furb); Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (Univates). Visita internacional: Copresidente da Law Society of South Africa, Dr. Richard Scott.	Foyer, Museu e Plenário Foyer, Museu e Plenário

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Atividades de outubro de 2015

Dia	Evento	Local
1	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade Dom Alberto, de Santa Cruz do Sul/RS.	Foyer, Museu e Plenário
13	Visita guiada de estudantes: alunos de Direito do Centro Universitário de Busque/SC (Unifebe).	Foyer e Plenário
20	Visita guiada de estudantes: Faculdades Associadas de Ariquemes – Instituto de Ensino Superior de Rondônia (Iesur).	Foyer, Museu e Plenário
27	Cerimônia de posse da Ministra Maria Thereza de Assis Moura e do Ministro Herman Benjamin nos cargos, respectivamente, de Corregedor-Geral Eleitoral e Ministro Efetivo.	Plenário
29	Apoio à realização de audiência pública – Eleições 2016.	Auditório I

Atividades do mês de novembro de 2015

Dia	Evento	Local
6	Apoio à realização de audiência pública – Eleições 2016.	Auditório I
10	Visita guiada de estudantes: curso de Direito do Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), Indaial/SC. Cerimônia de posse do Ministro Jorge Mussi (STJ), no cargo de Ministro Substituto do TSE.	Foyer e Plenário Gabinete da Presidência do TSE
12	Apoio à realização de audiência pública – Eleições 2016.	Auditório I
19	Organização e realização da X Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais (1º dia).	Rio de Janeiro/RJ
20	Organização e realização da X Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais (2º dia).	Rio de Janeiro/RJ
25	Organização e realização do evento de lançamento do livro <i>O princípio da impessoalidade nas decisões administrativas</i> , do Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto.	Salão Nobre

1.2. Assessoria Internacional

Durante a gestão do Ministro Dias Toffoli, a Assessoria Internacional exerceu atividades destinadas ao reforço da cooperação do Tribunal Superior Eleitoral com foros regionais e organismos nacionais eleitorais conforme o compromisso da Justiça Eleitoral brasileira com o aprimoramento internacional das normas e práticas eleitorais.

As atividades desenvolvidas pela AIN podem ser agrupadas em três campos temáticos, a saber: participação em missões de observação eleitoral; participação em foros e encontros internacionais; e acolhida de missões e comitivas estrangeiras.

Missões de observação

1. Por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Admar Gonzaga e o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, Marcio Boscaro, participaram da Missão de Acompanhamento Eleitoral da Unasul para Eleição de Autoridades Políticas Departamental, Regional e Municipal, entre os dias 26 e 31 de março, em La Paz.
2. O Ministro Dias Toffoli, acompanhado do Assessor Internacional, Tarcísio Costa, participou do Programa de Visitantes Internacionais para as Eleições do Reino Unido, entre os dias 5 e 8 de maio, em Londres.
3. A convite da Corte Eleitoral do Uruguai, por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Tarcísio Vieira e o Secretário-Geral da Presidência, Carlos Vieira von Adamek, participaram da Missão de Observação Eleitoral da Unasul, em ocasião das Eleições Nacionais e Regionais da República Cooperativa da Guiana, entre os dias 7 e 13 de maio, na cidade de Georgetown.
4. A convite do Instituto Nacional Eleitoral do México, o Ministro Dias Toffoli, acompanhado da Assessora Internacional Substituta, Fernanda Januzzi, acompanhou as Eleições Federais do México, na Cidade do México, entre os dias 4 a 9 de junho.
5. A convite da Unasul, e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Secretário-Geral da Presidência, Carlos Vieira von Adamek, e o Juiz Márcio Boscaro participaram da Missão de Observação das Eleições Primárias do Partido Socialista Unido de Venezuela, em Caracas, no dia 28 de junho.
6. A convite da A-Web, e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Secretário-Geral da Presidência, Carlos Vieira von Adamek, e o Juiz Márcio Boscaro participaram do Programa de Visitantes Internacionais para as Eleições Gerais do Quirguistão, entre os dias 29 de setembro e 7 de outubro, em Biskeque.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

7. O Ministro Dias Toffoli, a convite do governo canadense, acompanhou as Eleições Gerais do Canadá como convidado internacional, em Ottawa, entre os dias 17 e 20 de outubro.

8. A convite da Capel/CNE, e por indicação do Ministro Dias Toffoli, a Ministra Luciana Lóssio e a Diretora-Geral da Presidência, Dra. Leda Bandeira, participaram de Missão de Observação Eleitoral das Eleições de Autoridades Locais da Colômbia, entre os dias 22 e 27 de outubro, em Bogotá.

9. A convite do governo argentino, e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Substituto do TSE, Teori Zavascki, e o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, Marcio Antonio Boscaro, acompanharam, como convidados internacionais, as Eleições Gerais da Argentina, em Buenos Aires, entre os dias 23 e 26 de outubro.

10. A convite da Unasul, e por indicação do Ministro Dias Toffoli, a Ministra Luciana Lóssio participou de Missão de Observação Eleitoral das Eleições Municipais do Paraguai, entre os dias 13 e 16 de novembro, em Assunção.

11. A convite da Embaixada da República do Sudão, e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Secretário-Geral da Presidência, Carlos Vieira von Adamek, participou de Missão de Observação Eleitoral das Eleições Gerais da República do Sudão, entre os dias 8 e 19 de abril, em Cartum.

Participação em foros e reuniões internacionais

1. A convite do Instituto para a Democracia e a Assistência Social (IDEA Internacional) e da Fundação Global Democracia e Desenvolvimento (Funglode), o Ministro Dias Toffoli, acompanhado pelo Assessor Internacional, Tarcísio Costa, pelo Secretário-Geral da Presidência, Carlos Vieira von Adamek, pela Chefe de Gabinete do Superior Tribunal Federal, Daiane Nogueira de Lima, e pelo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, Marcio Antonio Boscaro, participou do III Foro Internacional de São Domingos, em São Domingos, na República Dominicana, entre os dias 25 de janeiro e 1º de fevereiro. O Presidente do TSE teve reuniões com autoridades eleitorais dominicanas e apresentou o tema Os Desafios Atuais do Financiamento Político no Brasil.

2. O Ministro Dias Toffoli, acompanhado do Assessor de Gestão Estratégica, Paulo Cesar Bhering Camarão, e do Assessor Internacional, Ministro Tarcísio Costa, visitou a Índia para encontro com autoridades indianas, entre os dias 15 e 22 de fevereiro, em Nova Déli. O Ministro reuniu-se com o Presidente da Suprema Corte da Índia, Sr. H. L. Dattu, com o Ministro do Interior, Sr. Rajnath Singh, com o Comissário Chefe Eleitoral, Sr. H. S. Brahma, com o Diretor-Geral da Autoridade de Identificação Única, Sr. V. S. Madan, com o Ex-Presidente da Comissão Eleitoral da Índia, Sr. S. Y. Quraishi, além de ministrar palestra na Association for Democratic Reforms.

3. O Ministro Dias Toffoli, acompanhado do Assessor Internacional, Ministro Tarcísio Costa, visitou a Suécia para encontro com autoridades suecas, entre os dias 22 e 24 de fevereiro, em Estocolmo. O Ministro visitou a Comissão Eleitoral e a Suprema Corte da Suécia, encontrou-se com o Secretário-Geral do IDEIA Internacional, Sr. Yves Leterme, e ministrou palestra sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro na sede do IDEIA.
4. O Ministro Dias Toffoli, acompanhado do Assessor Internacional, Ministro Tarcísio Costa, participou do evento Diálogos Judiciais en el Sistema Interamericano de Garantía de los Derechos Humanos, em Barcelona, entre os dias 24 e 28 de fevereiro.
5. A convite do Ministério do Interior da Bélgica e da Comissão de Veneza, a Ministra Carmen Lúcia representou o Tribunal Superior Eleitoral na XII Conferência Europeia de Organismos Eleitorais, em Bruxelas, nos dias 30 e 31 de março.
6. A convite da Comissão Assessora Presidencial da República do Chile, o Ministro Dias Toffoli, acompanhado pelo Assessor Internacional, participou de reunião com o Conselho Assessor Presidencial contra os Conflitos de Interesse, o Tráfico de Influências e a Corrupção, em Santiago, entre os dias 30 de março e 1º de abril. O Presidente do TSE apresentou o tema Financiamento Político e Eleitoral no Brasil.
7. A convite do Presidente da Corte Eleitoral do Uruguai e Presidente Pro-Tempore do Conselho Eleitoral da Unasul, Dr. Jose Arocena, por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto e o Assessor Internacional, Tarcísio Costa, participaram de reunião extraordinária do Conselho Eleitoral da Unasul, visando ao projeto de resolução que cria a unidade técnica de cooperação eleitoral, em Quito, entre os dias 15 e 18 de abril.
8. A convite do Conselho Eleitoral da República do Equador, por indicação do Ministro Dias Toffoli, a Ministra Luciana Christina Guimarães Lóssio, acompanhada da Diretora-Geral, Leda Marlene Bandeira, participou do VI Encontro de Magistrados Eleitorais da Ibero-América, cujo tema foi Democracia com Enfoque de Gênero. O encontro se deu nos dias 18 e 19 de maio, em Quito.
9. A convite do Jurado Nacional de Eleições e do Escritório Nacional de Processos Eleitorais e do Cadastro Nacional de Identificação e Estado Civil da República do Peru, por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Henrique Neves, acompanhado do Juiz Richard Pae Kim, participou da XVIII Conferência da Associação de Organismos Eleitorais, entre os dias 20 e 23 de maio, na cidade de Lima.
10. A convite da IIDH/Capel, e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Henrique Neves e o Juiz auxiliar do Supremo Tribunal Federal, Dr. Richard Paulo Pae Kim, participaram da XVIII Conferência da Associação de Organismos Eleitorais da América do Sul (Protocolo de Quito), em Lima, entre os dias 21 e 22 de maio.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

11. A convite do IDEA/JNE, o Ministro Dias Toffoli, acompanhado do Assessor Internacional, Ministro Tarcísio Costa, e da Assessora Internacional Substituta, Fernanda Januzzi, participou da VII Conferência Ibero-Americana sobre Justiça Eleitoral, em Cuzco (Peru), entre os dias 1º e 6 de julho.

12. A convite da Uniore, e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Henrique Neves participou de Reunião Extraordinária da Uniore, em Cartagena, entre os dias 14 e 17 de julho.

13. O Ministro Dias Toffoli, acompanhado do Secretário-Geral da Presidência, Dr. Carlos Vieira von Adamek, do Assessor de Gestão Estratégica, Dr. Paulo Cesar Bhering Camarão, e do Secretário de Tecnologia da Informação, Dr. Giuseppe Dutra Janino, a convite do governo belga, participou da Reunião sobre Governança Digital e Identificação Digital, em Bruxelas, entre os dias 26 e 31 de julho.

14. O Ministro Dias Toffoli, acompanhado do Ministro João Otávio de Noronha, do Secretário-Geral da Presidência, Carlos Vieira von Adamek, do Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, Marcio Antonio Boscaro, e do Assessor Internacional, Tarcísio Costa, participou da 2ª Assembleia Geral e Conferência Global da Association of World Election Bodies (A-Web), em Santo Domingo e Punta Cana, na República Dominicana, entre os dias 17 e 24 de agosto.

15. O Ministro Dias Toffoli, a convite do Tribunal Eleitoral do México e do IDEA Internacional, participou da Conferência Global sobre Dinheiro na Política, na Cidade do México, entre os dias 2 e 8 de setembro.

16. O Ministro Dias Toffoli, acompanhado do Assessor Internacional, Ministro Tarcísio Costa, a convite do IDEA, participou das Celebrações dos 20 Anos do IDEA, em Estocolmo, entre os dias 13 e 17 de setembro.

17. O Ministro Dias Toffoli, a convite da Procuradoria Geral da Cidade Autônoma de Buenos Aires, participou do III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, em Buenos Aires, entre os dias 25 de setembro e 1º de outubro.

18. A convite da Atlantic Council, o Ministro Dias Toffoli, acompanhado do Secretário de Tecnologia da Informação, Dr. Giuseppe Dutra Janino, participou do Think Tank – Evento sobre Tecnologia e Eleições, realizado em Washington, entre os dias 7 e 14 de outubro.

19. A convite da Corte Eleitoral do Uruguai, e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Henrique Neves participou do Seminário sobre Reforma Eleitoral, em Montevideú, entre os dias 15 e 20 de outubro.

Recepção de comitivas e missões estrangeiras

1. Nos dias 9 e 10 de fevereiro, o TSE recebeu delegação de Cabo Verde, composta pelo Embaixador daquele país, Dr. Domingos Dias Pereira Mascarenhas, pela Diretora-Geral de Apoio ao Processo Eleitoral, Dra. Arlinda Chantre, pela Comissária da Comissão Nacional de Eleições, Dra. Elba Pires, pela Eng. Ana Lúcia Varela, Técnica da Direção-Geral de Apoio ao Processo Eleitoral, e pelo Eng. Aruna Handem, Business Manager do Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI). A delegação manteve reunião com o Secretário-Geral da Presidência, Carlos Vieira von Adamek, com o Assessor Internacional do TSE, Ministro Tarcísio Costa, e com o Secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Dutra Janino. Realizou-se apresentação sobre o sistema eleitoral brasileiro com ênfase em urna eletrônica e sistema biométrico, visita à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), assinatura do Memorando de Entendimento, acompanhamento da Sessão Plenária, bem como audiência com o Ministro Dias Toffoli.

2. No dia 15 de abril, o TSE recebeu por meio do Programa Teixeira de Freitas (STF – TSE), em Brasília, representantes do Chile (Sra. Nicole Bustamante), da Bélgica (Sr. Alexander Loengarov) e da Espanha (Srs. Pablo Reja Sánchez e Sérgio Vásquez Martínez). Os representantes dos países citados mantiveram reunião com o Juiz Auxiliar da Presidência do TSE, Márcio Boscaro, e com o Secretário de Tecnologia da Informação, Giuseppe Dutra Janino. Realizou-se apresentação sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro.

3. No dia 23 de abril, o TSE recebeu o Magistrado Mevlut Bedel e o Juiz Sukru Say, do Conselho de Estado da Turquia. A delegação foi recebida em reunião com o Secretário-Geral da Presidência, Carlos Vieira von Adamek, com o Assessor Internacional do TSE, Ministro Tarcísio Costa, e com o Secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Dutra Janino, em apresentação sobre a Justiça Eleitoral brasileira.

4. Nos dias 16 e 17 de junho, o TSE recebeu delegação da República Dominicana, composta pelo Presidente da Junta Central Eleitoral, Dr. Roberto Rosario Márquez, pelo Magistrado Titular, Dr. César Francisco Félix Félix, pelo Diretor de Tecnologia, Dr. Franklin Frías, e pelos representantes da Área de Comunicação, Dr. Cristian Jiménez e Dr. Oscar Medina. A delegação foi recebida em reunião com o Secretário-Geral da Presidência, Carlos Vieira von Adamek, com o Assessor Internacional do TSE, Ministro Tarcísio Costa, e com o Secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Dutra Janino, em apresentação sobre a urna eletrônica e biometria. Posteriormente, foram recebidos pelo Ministro Dias Toffoli em seu gabinete e acompanharam a sessão plenária do dia. A delegação também visitou o Network Operation Center, no Anexo I do TSE.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

5. No dia 14 de outubro, o Ministro Dias Toffoli recebeu o Secretário-Geral da Unasul, o ex-Presidente colombiano Ernesto Samper, em reunião para discutir sobre as missões eleitorais desta organização. O Secretário-Geral estava acompanhado pelo Diretor de Assuntos Econômicos da Unasul, Dr. Pedro Barros, pelo Diretor de Assuntos Políticos da Unasul, Dr. Maurício Dorfler, pelos Assessores Diplomáticos, Sra. Camila Barros e Sr. Juan Salazar, pela Chefe de Imprensa da Unasul, Sra. Ana María Serrano, pelo Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e Caribe, Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, e pela Chefe da Coordenação Geral da Unasul e Celac, Conselheira Ana Patrícia Neves Tanaka Abdul-Hak. A comitiva foi recebida pelo Ministro Dias Toffoli e pelo Secretário-Geral, Carlos Vieira von Adamek.

Eventos realizados pelo TSE

1. Nos dias 11 e 12 de junho, o TSE realizou, em Brasília, o Congresso Internacional sobre Financiamento Eleitoral e Democracia. Participaram do seminário os representantes do TSE, Ministro Dias Toffoli (Presidente), Ministro Gilmar Mendes (Vice-Presidente), Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Ministro Henrique Neves da Silva e Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho. Além destes, participaram o Secretário-Geral do IDEA Internacional, Yves Leterme; o Presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho; o Corregedor-Geral Eleitoral e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, João Otávio Noronha; o professor titular de Ciência Política da Universidade de São Paulo, Fernando Limongi; o Vice-Procurador Geral Eleitoral, Dr. Eugênio Aragão; o pesquisador sênior da Fundação Internacional para os Sistemas Eleitorais, Magnus Ohman; o professor doutor de Ciência Política da Unicamp, Bruno Speck; o ex-Comissário Eleitoral da Índia, Shahabuddin Yaqoob Quraishi; o professor titular de Ciência Política da Universidade de Bolonha, Piero Ignazi; o deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, Henrique Fontana; o Diretor do IDEA Internacional para a América Latina e Caribe, Daniel Zovatto; o professor titular de Ciência Política da UFRJ, Jairo Nicolau; o Vice-Presidente da Câmara Nacional Eleitoral da Argentina, Ricardo Dalla Vía; o deputado federal pelo Partido da Social Democracia Brasileira (MG), Marcos Pestana; e o Diretor do Departamento de Assuntos Eleitorais da OEA, Gerardo de Icaza.

2. Nos dias 19 e 20 de novembro, o TSE promoveu, em parceria com a Organização dos Estados Americanos, a X Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais, no Rio de Janeiro. As Reuniões Interamericanas de Autoridades Eleitorais promovem o intercâmbio de conhecimento, experiências e práticas bem-sucedidas sobre a administração eleitoral na região. Em particular, essas reuniões facilitam a cooperação horizontal a fim de fortalecer de forma contínua as capacidades institucionais dos órgãos eleitorais e melhorar ainda mais o modo em que são realizadas e julgadas as eleições nas Américas. A realização desta reunião, único fórum que reúne todas

as autoridades do hemisfério, busca continuar com um espaço já estabelecido no qual também são propostos e discutidos os desafios que as próprias autoridades identificam.

A X Reunião abre novamente um espaço de diálogo para que os representantes dos órgãos eleitorais das Américas possam conhecer e avaliar diversas experiências com relação aos seguintes temas:

- 1) As reformas eleitorais: tendências regionais e experiências específicas.
- 2) O uso das redes sociais nos processos eleitorais e nas campanhas.
- 3) Financiamento político-eleitoral: como garantir a equidade nos processos eleitorais.

Participaram da Reunião o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, Ministro Dias Toffoli; o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcus Vinícius Furtado Coêlho; o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Teori Zavascki; o Ministro interino das Relações Exteriores do Brasil, Dr. Sérgio França Danese; o Secretário para a Promoção da Democracia da OEA, Dr. Francisco Guerrero Aguirre; o Chefe da Divisão de Cooperação da Comissão de Veneza do Conselho da Europa, Dr. Serguei Kouznetsov; os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, Dr. Henrique Neves, Dr. Luiz Fux, Dra. Luciana Lóssio e Dr. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto; o Diretor do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral da OEA, Dr. Gerardo de Icaza; e o Presidente do Jurado Nacional de Eleições do Peru, Dr. Francisco Távora Córdova.

1.3. Secretaria Judiciária

Atividades finalísticas

Gabinete da Secretaria Judiciária

Resoluções das Eleições Municipais de 2016

Seguindo a tradição dos pleitos eleitorais anteriores, em 2015 a Secretaria Judiciária foi chamada a auxiliar a Corte na elaboração de três minutas de resoluções que regerão as eleições municipais de 2016. São elas: a minuta de Resolução de Pesquisas Eleitorais, a de Registro de Candidaturas e a de Representações, Reclamações e Pedidos de Direito de Resposta.

O auxílio na elaboração dessas minutas deve-se ao fato de que a Secretaria Judiciária possui grande *expertise* nos assuntos tratados pelas referidas normas, já que a operacionalização das representações, dos registros de candidaturas e das pesquisas eleitorais sempre foi de sua responsabilidade.

Para atender a este mister, a Secretaria Judiciária do TSE primeiramente coletou informações das coordenadorias e das secretarias judiciárias dos tribunais regionais eleitorais, em seguida estudou os diversos temas envolvidos e os compilou em três minutas a serem submetidas à apreciação dos senhores ministros.

Processo Judicial Eletrônico (PJE)

O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli, elegeu como meta de sua gestão a efetiva implantação do Processo Judicial Eletrônico, tanto é assim que, em 11 de dezembro de 2014, o Plenário da Corte se reuniu e aprovou a Resolução-TSE nº 23.417, que institui o Processo Judicial Eletrônico (PJE) da Justiça Eleitoral.

Em 25 de agosto de 2015, foi publicada a Portaria-TSE nº 396, que tornou obrigatória a utilização do Processo Judicial Eletrônico a partir de 24 de novembro do ano corrente, nas classes originárias de Ação Cautelar, *Habeas Corpus*, *Habeas Data*, Mandado de Injunção e Mandado de Segurança.

Em razão dessa meta, a Secretaria Judiciária do TSE empenhou-se em cumprir os prazos exíguos que foram estabelecidos pela Assessoria do Processo Judicial Eletrônico (ASPJE), para que o sistema passasse a funcionar adequadamente. A in-

teração entre a SJD e a ASPJE também resultou em outras ações complementares, a exemplo do treinamento dos servidores da Secretaria Judiciária, que foi feito em mês de agosto de 2015.

Cumpra ressaltar, ainda, que o Secretário Judiciário integra o Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico da Justiça Eleitoral, consoante se pode observar da Portaria-TSE nº 27, de 25.1.2015. A função principal do grupo é, em linhas gerais, administrar e manter o sistema, bem como propor melhorias a ele.

A Secretaria Judiciária continuará a atuar com a Assessoria do Processo Judicial Eletrônico para expandir o sistema para as outras classes processuais.

Comentários prévios na TV Justiça às sessões de julgamento

Utilizando-se de linguagem acessível, o secretário judiciário participa como comentarista na TV Justiça, abordando os principais processos que são julgados pelo Plenário da Corte nas sessões jurisdicionais e administrativas do TSE.

O secretário judiciário concedeu diversas entrevistas à TV Justiça com o fim de disseminar assuntos eleitorais à população em geral, a exemplo dos comentários acerca da campanha Jovem Eleitor, entre outros temas, fazendo parte ainda do programa semanal Cenário Eleitoral, da mesma emissora.

Planejamento Estratégico

O planejamento é a mais importante das funções gerenciais. Planejar consiste em definir um objetivo futuro, avaliar as alternativas para realizá-lo e escolher um curso específico de ação. Em outras palavras, planejar é interferir na realidade, para passar de uma situação conhecida a outra desejada, dentro de um intervalo definido de tempo.

O planejamento é, ao mesmo tempo, um processo, uma habilidade e uma atitude. Diz-se que o planejamento é um processo porque ele é composto por uma série de etapas que precisam ser superadas pelo gestor. São elas: 1) coleta de informações sobre a realidade; 2) processamento das informações coletadas; e 3) preparação de projetos para o futuro.

Além disso, planejar é também uma habilidade e uma atitude, pois lidar com eventos futuros (a maioria deles incertos) exige do gestor uma função cognitiva superior.

É nesse contexto que o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral, em 12 de março de 2015, aprovou a Resolução-TSE nº 23.439, que instituiu o Planejamento Estratégico.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

co da Corte para o período de 2015 a 2020, em especial os indicadores, as iniciativas e os objetivos estratégicos da instituição.

O secretário judiciário, consoante disposições da Portaria-TSE nº 262, de 3.6.2015, tornou-se membro do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral. Compete a ele, e aos demais membros do grupo, deliberar sobre a execução do Planejamento Estratégico da Corte, bem como propor, se for o caso, sua revisão.

O comitê, com o auxílio da Assessoria de Gestão Estratégica, tem-se reunido com frequência para analisar os indicadores e os resultados obtidos, de modo a saber se a missão do Tribunal Superior Eleitoral efetivamente está sendo cumprida a tempo e modo.

Atendimento à Secretaria-Geral da Presidência

Com a alteração da estrutura orgânica do Tribunal Superior Eleitoral, operada pela Resolução-TSE nº 23.420/2014, a Secretaria Judiciária foi remanejada da Secretaria do Tribunal para a Secretaria-Geral da Presidência. Essa nova posição da Secretaria Judiciária no organograma da Corte demandou do secretário judiciário a realização de alterações no funcionamento de seu gabinete.

O secretário judiciário estabeleceu as seguintes diretrizes a serem seguidas pelos servidores do gabinete: 1º) fazer o pronto atendimento das demandas da Secretaria-Geral da Presidência; e 2º) responder com agilidade e presteza aos questionamentos verbais e escritos dos assessores da Presidência.

Foi com base nessas novas diretrizes que, em atendimento à recente demanda da Presidência do TSE, o gabinete da Secretaria Judiciária iniciou um levantamento estatístico dos temas e dos processos que estão sobrestados em razão de repercussão geral. Os referidos dados estatísticos deverão ser encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça, de modo a atender às disposições da Resolução-CNJ nº 160/2012.

Para agilizar ainda mais a extração dos dados estatísticos de repercussão geral, a Secretaria Judiciária iniciou tratativas com a Secretaria de Tecnologia da Informação para elaboração de ferramenta no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), de modo que a obtenção do dado estatístico supramencionado seja feito de maneira instantânea.

Outra ação que merece destaque é a disponibilização de servidora do gabinete da Secretaria Judiciária para auxiliar a Assessoria de Cerimonial, órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência, na realização da X Reunião Interamericana de Autoridades

Eleitorais, que ocorreu nos dias 19 a 20 de novembro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro.

As ações acima exemplificadas demonstram que os servidores do gabinete da Secretaria Judiciária estão plenamente capacitados para prestar, com dinamismo e cordialidade, os auxílios procedimental, processual e estatístico de seu principal cliente interno: a Secretaria-Geral da Presidência.

Comitê Permanente de Secretários Judiciários

O secretário judiciário do TSE, considerando o disposto no artigo 117, § 3º, inciso III, do Regulamento Interno da Secretaria Judiciária, reinstalou o Comitê Permanente de Secretários Judiciários, por intermédio da publicação da Portaria-TSE nº 472, de 2.10.2015.

O referido comitê tem por objetivo principal padronizar matérias afetas às secretarias judiciárias eleitorais. Além disso, ao comitê compete realizar estudos, apresentar sugestões para aperfeiçoamento de sistemas informatizados, avaliar processos de trabalho e eventuais procedimentos que possam interagir com comissões, comitês e grupos de trabalho existentes.

Uma das ações do comitê foi a criação de fóruns específicos para que os secretários judiciários possam discutir temas eleitorais polêmicos, a exemplo de prestações de contas, multas eleitorais, processo judicial eletrônico e questões relacionadas ao SADP.

Adoção de videoconferência pelo Comitê Permanente de Secretários Judiciários

Em 2 de dezembro de 2015, às 15h, ocorreu a primeira videoconferência do Comitê Permanente de Secretários Judiciários. O encontro por videoconferência teve por objetivo reunir o grupo para discussão e tomada de decisões, sem necessidade de deslocamento dos membros a Brasília, o que permitiu maior economia aos cofres públicos, já que não houve despesas com diárias e passagens aéreas.

Estima-se, também, que a videoconferência trará aumento de produtividade e implicará melhor aproveitamento do tempo, até porque a disponibilização dos equipamentos de videoconferência e dos sistemas de informática e internet se dão por tempo determinado.

Encontro Nacional dos Secretários Judiciários

De 15 a 17 de junho de 2015, o encontro contou com a presença dos secretários judiciários de todas as cortes eleitorais do país, ocasião em que foi oportunizada a interação das secretarias, debates de temas relevantes e apresentação de novos sistemas, programas informatizados e novas ferramentas de trabalho.

Na oportunidade, houve escolha dos representantes do Comitê Permanente de Secretários Judiciários, representativos das regiões do país, e reunião com o grupo para deliberações gerais.

Governança judicial eleitoral

Com o objetivo de atender aos pilares da celeridade e modernidade que norteiam a Justiça Eleitoral, a governança da Secretaria Judiciária, em 2015, pautou-se pela modernização e agilização dos atos cartorários sob sua direção, visto que a legislação eleitoral exige da Secretaria Judiciária o pronto atendimento dos prazos processuais exíguos, bem como a imediata autuação, distribuição e processamento de feitos eleitorais.

Foi com essa perspectiva que o secretário judiciário realizou inúmeros encontros com os titulares das coordenadorias que integram a Secretaria Judiciária, a saber: 1) a Coordenadoria de Processamento (CPRO); 2) a Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções (Coare); e 3) a Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (Cpadi).

A reunião conjunta do secretário com os coordenadores e chefes de seção reforça a integração que deve existir entre as unidades, bem como permite a discussão e a tomada de decisões sobre temas relevantes para cada coordenadoria e respectivas seções.

Audiência Pública na Câmara dos Deputados

Atendendo à indicação da Diretora-Geral, o secretário judiciário representou o Tribunal Superior Eleitoral em audiência pública realizada em 23.9.2015 na Câmara dos Deputados, na qual se discutiu o uso simultâneo da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de legendas nas propagandas eleitorais e partidárias veiculadas na televisão, inclusive nas inserções.

No fim da audiência, a deputada Érika Kokay enfatizou a importância da regulamentação do uso de janela de libras nas propagandas político-partidárias, pleito já exigido pela Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência –, bem como da ampliação dessa exigência para as inserções partidárias, a fim

de assegurar o direito dos surdos de exercerem a plena cidadania.

A participação do secretário judiciário em evento dessa magnitude revela o comprometimento dos gestores da Secretaria Judiciária em atender, com cordialidade e presteza, às indicações da Diretora-Geral do Tribunal.

Acordo de Cooperação Técnica entre a AGU e o TSE

Conforme foi demonstrado no item Atendimento à Secretaria-Geral da Presidência, a Secretaria Judiciária adquiriu um novo cliente interno a partir da reestruturação ocorrida em 2014: a Secretaria-Geral da Presidência.

Nesse novo contexto, o secretário foi designado pela Presidência da Corte para participar de reuniões de trabalho com integrantes da Advocacia-Geral da União, para discutir assuntos relacionados ao Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2012, celebrado entre o TSE e a AGU.

Extrai-se do referido acordo que o TSE e a AGU atuarão conjuntamente para recuperar os gastos do Erário com a realização de eleições suplementares, que são realizadas quando a eleição regular é anulada, em razão de cassação de mandato, por exemplo.

A atuação do secretário judiciário demonstra, mais uma vez, que os gestores da Secretaria Judiciária estão plenamente capacitados para lidar com os mais diversos assuntos jurídicos submetidos à apreciação.

Setenta anos da reinstalação da Justiça Eleitoral

Em 2015, comemoraram-se os 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil. A Secretaria Judiciária, em complemento às festividades realizadas pelo Tribunal, promoveu evento institucional em suas dependências para comemorar a referida data.

O evento foi realizado para ressaltar a relevância da data comemorativa e trazer ao presente fatos históricos marcantes para a nossa Justiça especializada.

Extração de índices de medição de tramitação processual

Desde 2014, a Secretaria Judiciária tem extraído vários dados estatísticos, a pedido da Secretaria-Geral da Presidência. Em 2015, a Secretaria Judiciária iniciou a medição do tempo médio de tramitação dos processos, desde a protocolização das ações até a efetiva distribuição aos senhores ministros.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

O objetivo é verificar se está havendo gasto demasiado de tempo na distribuição dos feitos e, em caso positivo, identificar os motivos e iniciar ações destinadas a agilizar tal procedimento. Espera-se, com isso, otimizar os trabalhos de distribuição, de modo que, no período eleitoral de 2016, a Secretaria Judiciária esteja capacitada a distribuir os feitos no mesmo dia, nos termos do princípio de celeridade que norteia a Justiça Eleitoral.

Coordenadoria de Processamento

A Coordenadoria de Processamento possui três unidades internas – as seções de Processamento I, II e III –, nas quais são realizados os atos de escrivão relativos a publicações, comunicações urgentes, citações, informações processuais, controle de prazos, juntadas, registro de recursos, certificações, atendimento ao público, conclusão de processos e remessa de documentos e feitos a outros órgãos.

Tais atividades quotidianas demandam a interface constante com partes, advogados, Secretaria-Geral da Presidência e gabinetes dos ministros.

Como os atos de escrivão têm por finalidade o cumprimento às determinações legais relativas ao rito dos processos, bem como àquelas estabelecidas nos casos concretos pelos ministros da Corte, a CPRO se relaciona ao processo interno *Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional*, na medida em que se busca eficiência na prática dos atos cartorários como meio de viabilizar a rápida disponibilidade dos processos aos relatores.

Tomando-se exclusivamente as atividades de processos físicos, a partir de dados coletados do SADP, foram observados os seguintes quantitativos:

Atividades	Qtde.
Registros de trânsito em julgado	3.295
Publicações no DJE	6.164
Juntadas simples	2.922
Cargas e vistas a advogados, MPE, DPU, PFN ou AGU	6.018
Registro de decurso de prazos	4.728
Conclusões a ministros	6.870
Processos ou documentos baixados	4.227
Processos sobrestados	345

Em 2015, a CPRO teve participação ativa na formulação de proposições para as instruções eleitorais, notadamente as de pesquisas eleitorais e de representações, reclamações e direito de resposta. Esteve em parceira com a STI na formulação das

regras de negócio da versão 2016 do Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle) e auxiliou a AGE na verificação de requisitos para as estatísticas processuais de processos físicos e eletrônicos, além das atividades natas de aprimoramento do SADP, e de cooperação direta com a Assessoria do Processo Judicial Eletrônico na verificação de inconsistências de fluxo e hipóteses de melhorias no PJE.

Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição

A Cpadi é responsável por planejar, coordenar e orientar as atividades referentes ao recebimento, ao registro, à distribuição e ao encaminhamento de processos e petições judiciais; e as atividades referentes ao gerenciamento de dados partidários. É composta por três unidades: Seção de Classificação Processual e Montagem (Seprom); Seção de Autuação e Distribuição (Seadi); e Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (Sedap).

A seguir, estão listadas as atividades mais relevantes executadas pela Coordenadoria:

- registrar, por meio de protocolo, petições e documentos em geral de matéria jurisdicional recebidos no balcão ou por peticionamento eletrônico/fac-símile;
- encaminhar os documentos recebidos e protocolizados para as respectivas seções responsáveis pelo processamentos dos referidos feitos;
- atender inicialmente aos requisitantes de protocolização de peças e pessoas em geral que suscitem informações quanto à Secretaria Judiciária;
- realizar a montagem e numerações dos feitos cujo trâmite seja de competência da SJD;
- receber, protocolizar, classificar, registrar e encaminhar as petições e os processos judiciais de competências originária e recursal, dando-lhes existência jurisdicional, no âmbito do TSE;
- ordenar os autos para conclusão, vista à Procuradoria-Geral Eleitoral e remessa às unidades técnicas do Tribunal;
- juntar fisicamente aos autos petições com mais de 50 folhas, procedendo à devida numeração;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

- realizar a abertura e o encerramento de volumes;
- receber, classificar e autuar as petições e os processos de competências originária e recursal, observada a ordem de entrada na Seção de Protocolo-Geral;
- certificar nos feitos a dependência ou a prevenção, exercer o controle sobre os casos de distribuição por compensação e providenciar, no caso de vaga, a redistribuição ao ministro sucessor;
- controlar a distribuição dos recursos das eleições, a fim de prevenir a competência do relator para casos do mesmo estado da Federação;
- conferir os dados do boletim de autuação e retificá-los se necessário;
- gerar as atas de distribuição dos processos;
- proceder à atualização da autuação e reautuação dos feitos;
- submeter ao Ministro Presidente dúvidas quanto à autuação e à distribuição;
- emitir certidões que guardem relação com as atribuições da Seadi;
- proceder à distribuição dos processos no sistema de computação eletrônica do Tribunal;
- fazer conclusão dos processos distribuídos aos respectivos relatores ou remetê-los à Procuradoria-Geral Eleitoral, Secretaria do Tribunal, Assessoria Especial, quando for o caso;
- atender ao público (advogado, partes e cidadão) durante o expediente oficial, das 11h às 19h;
- juntar petições e encaminhar autos à unidade técnica ou ao gabinete do respectivo relator;
- processar autos cujo conteúdo atina a registro ou alteração de estatuto partidário;
- receber, processar e anotar órgãos partidários (comissão e diretório nacional), bem como delegados nacionais;

- expedir certidões referentes às agremiações partidárias, tais como de registro de partido, membro de partido, vigência, fusão, extinção, etc.
- confeccionar intimações e/ou notificações dos partidos ou responsáveis pelas agremiações partidárias nos feitos de propaganda partidária, prestação de contas e processado de tomada de contas especial;
- elaborar informações que subsidiarão feitos de prestação de contas, propagandas partidárias e processados cuja natureza esteja vinculada aos partidos políticos e/ou seus membros;
- processar autos de propaganda partidária, bem como elaborar calendário de sua veiculação;
- providenciar carga dos autos quando solicitados por delegado ou advogado com procuração nos autos de propaganda partidária e/ou prestação de contas;
- publicar despachos e decisões proferidas nos autos de propaganda partidária e prestação de contas;
- gerenciar o Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP), prestando informações a cliente externo (partidos políticos) e cliente interno (TREs) quanto aos procedimentos nele insertos;
- controlar os prazos referentes aos autos que tramitam na seção.

Produtos gerados pela Cpadi:

Os itens e gráficos relacionados a seguir demonstram os produtos gerados pela Coordenadoria.

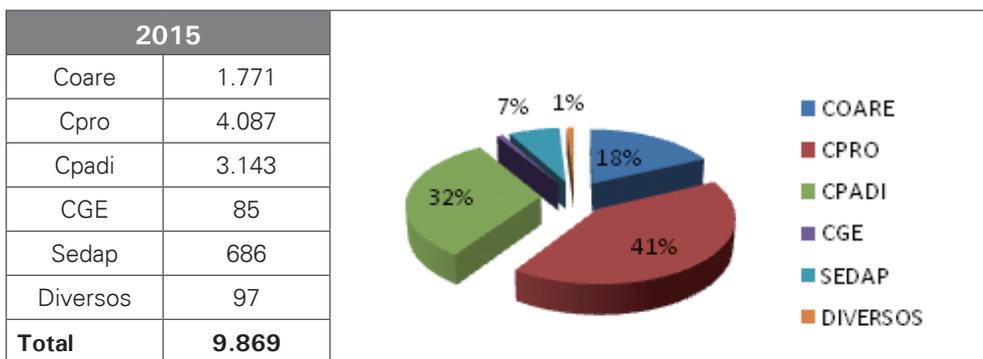
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

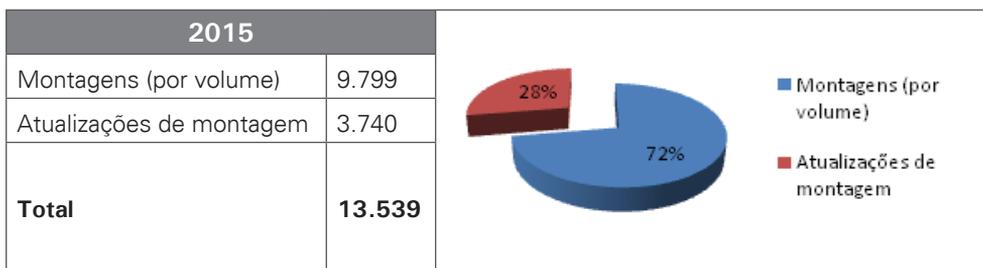
2015

Relatórios emitidos em 25.1.2016, referentes ao período de 1º.1.2015 a 31.12.2015

Relatório Documentos Protocolizados, Registrados e Encaminhados

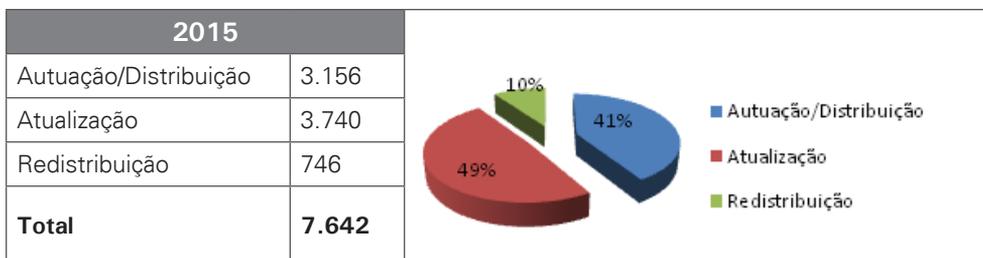


Relatório Montagens e Atualização de Montagens de Processos (por volume)



Seção de Autuação de Distribuição (Seadi)

Relatório Autuação/Distribuição, Atualização de Autuação e Redistribuição



Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções

À Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções (Coare) compete planejar, coordenar e executar as atividades referentes à transcrição dos apanhamentos orais realizados nas sessões plenárias, com vistas à composição dos acórdãos e das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e de suas respectivas publicações e ao processamento dos recursos deles advindos.

A Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções é a unidade responsável por disponibilizar acórdãos e resoluções destinados à publicação na *Revista de Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral* e no *Informativo TSE*.

Em 2015, a Coare teve participação ativa na formulação de proposições para as instruções eleitorais, notadamente a de representações, reclamações e direito de resposta. Esteve também em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação na definição das regras de negócio do sistema de acórdãos eletrônicos, em cumprimento à Resolução nº 23.172, de 27.10.2009, e auxiliou a AGE na verificação de requisitos para as estatísticas processuais de tramitação de acórdãos, além de cooperar com a Assessoria do Processo Judicial Eletrônico na verificação de inconsistências de fluxo e hipóteses de melhorias no PJE e na elaboração de minuta de resolução para regulamentação desse sistema.

A Coordenadoria é integrada por duas seções: a Seção de Apanhamento e Composição (Seac) e a Seção de Procedimentos Diversos (Sediv).

As atividades mais relevantes executadas pela Coordenadoria estão listadas a seguir.

Lavratura de Acórdãos e Resoluções

Total de acórdãos e resoluções lavrados*	
Acórdãos	1.781
Resoluções	35

* Dados referentes ao período de 1º.1.2015 a 31.12.2015, extraídos em 18.1.2016

Publicação de Acórdãos e Resoluções

Total de publicações*	
Acórdãos	1.768
Resoluções	35

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Total de publicações*	
Outras publicações (despachos, intimações para contrarrazões, decisões monocráticas)	2.603

* Dados referentes ao período de 1º.1.2015 a 31.12.2015, extraídos em 18.1.2016

Processamento de recursos (Agravos Regimental, Embargos de Declaração, Embargos Infringentes, Recurso Extraordinário, Recurso Ordinário, Recurso Inominado Pedido de Reconsideração)

Total de recursos registrados e processados*	
Agravo regimental	15
Embargos de declaração	507
Embargos infringentes	2
Recurso extraordinário	300
Recurso ordinário	8
Recurso inominado	5
Pedido de reconsideração	11

* Dados registrados e processados no período de 1º.1.2015 a 31.12.2015 (dados extraídos em 18.1.2016)

Contribuições ao Planejamento Estratégico

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes a essa Secretaria:

Indicador estratégico	Índice de celeridade no protocolo, registro, autuação, montagem e encaminhamento dos processos em geral
Objetivo estratégico	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
O que se mede	O tempo despendido entre o protocolo e o encaminhamento dos processos ao relator/MP
Para que medir	Avaliar a celeridade da tramitação processual do protocolo judiciário até a distribuição dos processos
Quem mede	SJD
Quando medir	Mensalmente
Como medir	Média da diferença em dias entre a data do protocolo e a distribuição dos processos
Fonte	Relatórios extraídos do SADP
Metas	Tramitar os processos em no máximo 24 horas

Valor apurado

Período	Tempo
Ago./2015	233 horas
Set./2015	268 horas
Out./2015	182 horas

Justificativa: o tempo gasto entre o protocolo e a distribuição dos feitos aos seus respectivos relatores foi sobremaneira afetado por conta de a medição ocorrer em período referente à greve de servidores.

Análise Técnica: devido ao movimento paredista, as metas não foram alcançadas nos meses em que houve medição. Sugerimos que a meta seja mantida e que os próximos períodos sejam avaliados.

Indicador estratégico	Índice de celeridade no protocolo, registro, autuação, montagem e encaminhamento dos processos urgentes (MS, HC, HD, pedidos de cautelares e liminares)
Objetivo estratégico	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
O que se mede	O tempo despendido entre o protocolo e o encaminhamento dos processos urgentes ao relator
Para que medir	Avaliar a celeridade da tramitação processual do protocolo judiciário até a distribuição dos processos urgentes
Quem mede	SJD
Quando medir	Mensalmente
Como medir	Média da diferença em minutos entre o horário do protocolo e a distribuição dos processos
Fonte	Relatórios extraídos do SADP
Metas	Tramitar os processos em no máximo 1 hora e 30 minutos

Valor apurado

Período	Tempo
Ago./2015	1h19
Set./2015	1h50
Out./2015	37min.

Justificativa: o tempo médio entre o protocolo e o encaminhamento dos processos urgentes ao relator foi impactado pela greve no serviço judiciário, afetando a unidade medidora, em especial em setembro de 2015.

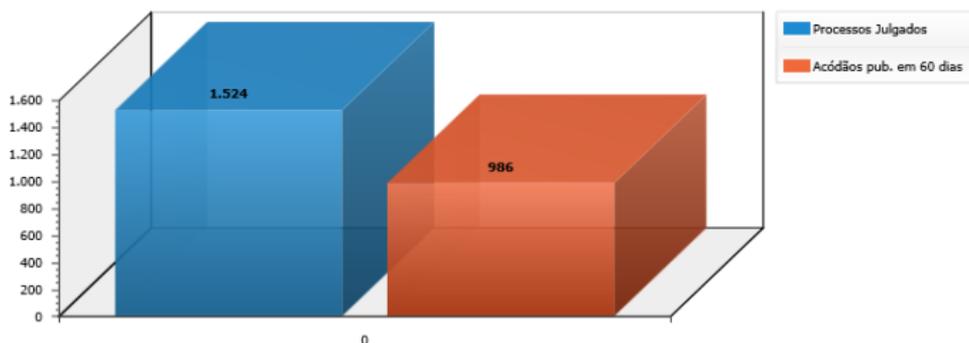
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Análise Técnica: a medição ocorreu em agosto, setembro e outubro de 2015. Em setembro, o valor apurado não alcançou a meta, já em outubro os processos tramitaram em 37 minutos, em média. Sugerimos que a meta seja mantida e que os próximos períodos sejam avaliados.

Indicador estratégico	Índice de tramitação do acórdão
Objetivo estratégico	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
O que se mede	Percentual de acórdãos publicados em até 60 dias após o julgamento pela Corte.
Para que medir	Dar transparência aos jurisdicionados quanto à fase interna do processo
Quem mede	Secretaria Geral da Presidência
Quando medir	Mensalmente
Como medir	Quantidade de acórdãos publicados em até 60 dias após o julgamento pela Corte ÷ quantidade de processos julgados pela Corte nas sessões jurisdicionais, no período respectivo.
Fonte	SADP
Metas	2015: publicar 80% dos acórdãos em até 60 dias 2016: publicar 95% dos acórdãos em até 60 dias



Dados referentes ao período de 1º.1.2015 a 30.10.2015

1.4. Assessoria de Articulação Parlamentar

Atividades finalísticas

Cabe à unidade assessorar o Presidente do Tribunal nos assuntos relativos a encaminhamento, tramitação e apreciação de matéria legislativa de interesse da Justiça Eleitoral.

Durante 2015, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal intensificaram o debate acerca da reforma política. O processo de discussão foi tratado distintamente nas duas casas legislativas, sendo subdividido em Reforma Política Constitucional e Infraconstitucional. A parte infraconstitucional foi aprovada nas duas casas legislativas e transformada em norma jurídica – Lei nº 13.165, de 29.9.2015.

A Assessoria acompanhou toda a tramitação, fornecendo informações à Presidência sobre o andamento dos projetos, os temas discutidos, as propostas apresentadas, as referências ao Tribunal e a seus membros, além de acompanhar os ministros da Casa a audiências públicas.

Reforma Política – Infraconstitucional

Lei nº 13.165/2015

Após apreciação na Câmara dos Deputados, PL nº 5.737/2013, e no Senado Federal, PLC nº 75/2015, a matéria foi enviada à sanção. Foram vetados dois pontos:

- 1. Financiamento de campanha eleitoral por pessoas jurídicas:
 - a) O veto foi baseado na decisão do Supremo Tribunal Federal, ADI nº 4.650/DF, que determinou que tais doações confrontam a igualdade política e os princípios republicanos e democráticos.
 - b) Em 18.11.2015, em sessão conjunta do Congresso Nacional, o veto foi mantido.
- 2. Voto impresso:
 - a) As razões do veto foram baseadas em manifestação do TSE sobre os custos adicionais que a sua implementação demandaria, na ordem de R\$1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais).
 - b) O Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 18.11.2015, decidiu pela derrubada do veto presidencial.

Da parte sancionada, pode-se resumir a inovação jurídica da seguinte forma:

- Decisões dos tribunais regionais sobre quaisquer ações que resultem em cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença de todos os integrantes do Colegiado.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

- Recurso ordinário interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral ou por Tribunal Regional Eleitoral que resulte em cassação de registro, afastamento do titular ou perda de mandato eletivo será recebido pelo Tribunal competente com efeito suspensivo.
- Prazo para registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 19h do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- Convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- Mudança nas regras de cálculo de candidatos eleitos nos pleitos proporcionais. Entre os candidatos registrados por um partido ou uma coligação, estarão eleitos os que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.
- Decisão da Justiça Eleitoral que resulte no indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário acarreta, após o trânsito em julgado, a realização de novas eleições, independentemente do número de votos anulados. Essa eleição será custeada pela Justiça Eleitoral e será indireta se a vacância do cargo ocorrer a menos de seis meses do fim do mandato, e direta nos demais casos.
- Voto em trânsito é assegurado: aos eleitores em trânsito no território nacional o direito de votar em diversos cargos nos municípios com mais de 100 mil eleitores; e aos membros das Forças Armadas, aos integrantes dos órgãos de segurança pública e aos integrantes das guardas municipais, caso estejam a serviço das eleições.
- Eleitores que se encontrarem fora do estado de seu domicílio eleitoral poderão votar em trânsito somente para o cargo de Presidente da República.
- Eleitores em trânsito dentro do estado em que tiverem domicílio eleitoral poderão exercer o direito de voto para Presidente e Vice-Presidente da República, para governador, senador, deputado federal, deputado estadual e distrital.

- Propaganda eleitoral de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após 15 de agosto do ano da eleição.
- Eleitores que não votaram, não apresentaram justificativa posteriormente ou não pagaram a multa devida ficavam impedidos, entre outras coisas, de tirar Passaporte. Essa penalidade não mais se aplica ao eleitor no exterior que requeira novo passaporte para identificação e retorno ao Brasil.
- Definição de um prazo de dois anos para comprovar o apoio de eleitores não filiados para a criação de novas agremiações.
- Possibilidade de perda do mandato no caso de desfiliação partidária sem justa causa e sem detalhamento das situações que serão consideradas como justa causa para se desfiliar.
- Situações de justa causa para a desfiliação partidária: mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; grave discriminação política pessoal; e mudança de partido efetuada durante o período de 30 dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei (seis meses) para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.
- Supressão da exigência de fiscalização sobre a escrituração contábil das legendas. Com a alteração, a Justiça Eleitoral fica obrigada apenas a fiscalizar a prestação de contas do partido e as despesas de campanha eleitoral.
- Agremiações não mais estão obrigadas a constituir comitês para a movimentação de recursos financeiros nas campanhas eleitorais, devendo apenas designar dirigentes partidários específicos para tal atribuição.
- Desaprovação da prestação de contas do partido não ensejará sanção alguma que o impeça de participar do pleito eleitoral.
- Doações aos partidos em recursos financeiros poderão ser feitas de três formas: por meio de cheques cruzados e nominais ou de transferência eletrônica de depósitos; mediante depósitos em espécie devidamente identificados; e por mecanismo disponível no *site* do partido, que permita o uso de cartão de crédito ou de débito, a

identificação do doador e a emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada.

- Destinação de, no mínimo, 5% do Fundo Partidário para ações e programas de incentivo à participação feminina na política.
- Legendas deverão reservar, em contas bancárias específicas, no mínimo 5% e no máximo 15% dos recursos do Fundo Partidário destinados ao “financiamento das campanhas eleitorais para aplicação nas campanhas de suas candidatas”.
- Redução do tempo de propaganda partidária gratuita.

Reforma Política – Constitucional

Câmara dos Deputados

Na Câmara dos Deputados, foi instalada Comissão Especial para analisar a PEC nº 182/2007 e apensos. A matéria foi aprovada e encaminhada ao Senado Federal para deliberação.

Senado Federal

No Senado Federal, a proposição recebeu novo número, tramitando como PEC nº 113/2015. Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e aguarda deliberação do parecer do Relator, Senador Raimundo Lira (PMDB-PB). Ele propôs a divisão da PEC em duas partes:

- Texto aprovado na Câmara e mantido no relatório apresentado segue à promulgação.
- Partes alteradas serão destacadas em outra PEC e retornam à Câmara dos Deputados para reapreciação, na forma do substitutivo apresentado.

Em síntese, a PEC propõe as seguintes alterações:

- Financiamento Eleitoral e Partidário: rejeita a proposta da Câmara. Alinhado com a decisão do STF. Permitido somente a pessoa física.
- Propõe o fim da reeleição. Regra de transição para prefeitos eleitos em 2012 e governadores eleitos em 2014, desde que não tenham sido reeleitos.

- Restrição de acesso ao Fundo Partidário e ao rádio e à televisão. Cláusula de barreira de 5%. Somente terá acesso aos recursos o partido que obtiver 5% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados em cada eleição.
- Fidelidade partidária: não estão sujeitos à perda de mandato por deixar o respectivo partido os representantes eleitos pelo voto majoritário e os eleitos pelo voto proporcional e que alcançaram votação igual ou superior ao quociente eleitoral.
- Redução da idade mínima para o exercício de cargos eletivos: rejeita a proposta da Câmara e mantém os atuais limites constitucionais.
- Redução do número de assinaturas dos projetos de lei de iniciativa popular: rejeita a proposta da Câmara e mantém o percentual atual estipulado na Constituição Federal.
- Poder regulamentar da Justiça Eleitoral: altera o texto aprovado na Câmara, estabelecendo que a Justiça Eleitoral terá 90 dias para regulamentar as leis aprovadas pelo Congresso Nacional a tempo de serem aplicadas às eleições. Também estabelece que os atos normativos editados pelo TSE não se aplicam a eleição que ocorra em até nove meses da data de sua vigência.
- Janela partidária: prazo de 30 dias para os detentores de mandatos trocarem livremente de partido a partir da publicação da emenda constitucional.
- Impressão do voto: estabelece sua aplicação a partir de 2018.
- Vedação da reeleição para os membros das mesas da Câmara e do Senado: rejeita a proposta da Câmara e mantém o texto constitucional atual.
- Regime eleitoral dos policiais e bombeiros militares: favorável à proposta da Câmara para possibilitar o retorno dos militares aos quadros da sua força originária, condicionando o retorno ao mesmo posto ou à mesma graduação, ocupado(a) na ocasião da diplomação.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Registro Civil Nacional

Projeto de iniciativa conjunta do Poder Executivo com a Justiça Eleitoral. Foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1º de junho de 2015, onde tramita com o número 1.775/2015, em caráter terminativo nas comissões. Será apreciado nas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); de Trabalho de Administração e Serviço Público (CTASP), de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Por versar a proposição matéria de competência de mais de três comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, criou-se Comissão Especial para tratar do tema.

Na Comissão Especial, presidida pelo Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), foi designado relator o Deputado Julio Lopes (PP/RJ). Foram realizadas 14 audiências públicas e 6 seminários nos estados, nos quais participaram representantes das mais variadas instituições, como a Associação de Notários e Registradores, as associações de Registradores de Pessoas Naturais, o Tribunal de Contas da União, o Instituto Hélio Beltrão, a Caixa Econômica Federal, bem como o ministro de Estado chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, representantes do TSE e o Ministro Dias Toffoli, Presidente do Tribunal.

O prazo de funcionamento da comissão encerrou em 3 de novembro de 2015 e, conforme entendimento da Mesa Diretora da Câmara, não havendo requerimento para apreciação da matéria no Plenário da Casa, ainda é possível a deliberação da proposição na Comissão Especial. No momento, aguarda-se a apresentação do parecer do relator.

Projetos de Lei

Além do tema da reforma política, existem diversos outros projetos de lei que propõem alterações na legislação eleitoral.

Total de Projetos de Lei Cadastrados

Quadro-resumo (até 31.12.2015)

Tipo de proposição	Senado Federal	Câmara dos Deputados	Congresso Nacional
*PEC	182	328	–
**PLP	–	104	–

Tipo de proposição	Senado Federal	Câmara dos Deputados	Congresso Nacional
*** PLS ou PL	289	647	–
***** PLN	–	–	74
***** Outros	87	137	–
Total em cada Casa	558	1.216	74
Total geral	1.848		

* Proposta de emenda à Constituição

** Projeto de lei complementar.

*** Projeto de lei do Senado ou projeto de lei da Câmara.

**** Projeto de lei do Congresso Nacional.

***** Projeto de decreto legislativo, medidas provisórias, requerimentos, indicações, mensagens, avisos, petições e projetos de resolução.

Para o efetivo acompanhamento das proposições elencadas, desconsiderando as sessões dos plenários das casas legislativas, a Aspar monitorou 711 reuniões de comissões temáticas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Reuniões realizadas até 23.12.2015

Comissão	Senado Federal	Câmara dos Deputados
CCJ ou CCJC	38	135
CTI ou CCTI	58	88
CAE ou CFT	45	84
CDH ou CTASP	132	70
Reforma política	12	29
RCN	--	18
Total por Casa (CD e SF)	285	424
CMO (*****)		43
Congresso Nacional		23
Total geral		775

* Comissão de Constituição e Justiça

** Comissão de Ciência e Tecnologia

*** Comissão de Assuntos Econômicos/Comissão de Finanças e Tributação

**** Comissão de Direitos Humanos/Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

***** Comissão Mista de Orçamento

Orçamento

Compete à Assessoria Parlamentar do TSE acompanhar a tramitação do Orçamento específico da Justiça Eleitoral no Congresso Nacional.

O acompanhamento é realizado diuturnamente, apresentando aos respectivos relatores as demandas da Justiça Eleitoral, bem como verificando possíveis alterações que possam prejudicar as atividades da Corte ou dos Regionais. Para tanto, foram acompanhadas todas as reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Planejamento.

Projeto do Plano Plurianual (PPA)

Não houve demandas para alterações ao PPA no corrente ano.

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento legal cuja principal finalidade é orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e o investimento do poder público. Ela sintoniza a Lei Orçamentária anual com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual.

Cabe à Aspar acompanhar a tramitação da LDO e, quando solicitado pela Secretaria de Orçamento e autorizado pela Presidência do TSE, encaminhar ao Congresso Nacional as propostas de alterações que visem a adequações necessárias ao bom desempenho das atividades da Justiça Eleitoral.

O PLDO 2015 encontra-se em discussão no Congresso. Seguindo a filosofia de aperfeiçoamento do texto da LDO para dar mais eficiência à execução orçamentária, a Aspar promoveu tratativas para 14 alterações no texto, conforme sugestões de emendas encaminhadas a esta Assessoria pela Diretora-Geral.

Esse trabalho repercutiu na apresentação de 14 emendas por 5 parlamentares:

- Senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) – 14 emendas apresentadas;
- Deputado Arnon Bezerra (PTB/CE) – 14 emendas apresentadas;
- Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) – 14 emendas apresentadas;
- Deputado Odelmo Leão (PP/MG) – 1 emenda apresentada;
- Deputado Valtenir Pereira (PROS/MT) – 14 emendas apresentadas.

Após a apresentação do parecer do PLDO 2016, o relator se manifestou a favor de seis emendas sugeridas por este Tribunal, conforme quadro abaixo:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Quadro comparativo PLDO 2015 – Emendas propostas pelo TSE *versus* redação do relatório final

Emendas propostas	Redação aprovada na CMO das emendas	Situação das emendas
<p>Art. 21 [...]</p> <p>§ 2º – Não se aplica o disposto no § 1º ao Supremo Tribunal Federal, ao <i>Tribunal Superior Eleitoral</i>, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público.</p>	<p>Art. 21 [...]</p> <p>§ 2º – Não se aplica o disposto no § 1º ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público.</p>	Emenda rejeitada
<p>Art. 22. Para fins de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias para 2016, os poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão, como parâmetro, no que se refere às despesas classificadas nos GNDs 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras, excluídas as despesas com auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica e auxílio transporte, <i>o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2015, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 31 de maio de 2015, exceto aqueles abertos à conta de superávit financeiro, bem como nos extraordinários.</i></p>	<p>Art. 22. Para fins de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias para 2016, os poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão, como parâmetro, no que se refere às despesas classificadas nos GNDs 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras, excluídas as despesas com auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica, auxílio-transporte, benefícios e pensões especiais concedidas por legislação específica ou sentenças judiciais, auxílio-funeral e auxílio-natalidade, <i>o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2015, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais aprovados até 31 de maio de 2015, exceto aqueles abertos à conta de superávit financeiro, bem como nos extraordinários.</i></p>	Emenda aprovada parcialmente

Emendas propostas	Redação aprovada na CMO das emendas	Situação das emendas
Supressão do inciso III, § 3º, art.39.	III – discricionárias, conforme definidas na alínea <i>b</i> do inciso II do § 4º do art. 6º, para suplementação de despesas obrigatórias, de que trata o Anexo III;	Emenda rejeitada
<p>Inclusão do § 6º, art. 39.</p> <p>§ 6º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015, decorrentes das solicitações dos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal, benefícios assistenciais e dívida, deverão ser publicados no prazo de até trinta dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o art. 40.</p>		Emenda aprovada
<p>Art. 40 [...]</p> <p>Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao Supremo Tribunal Federal, ao <i>Tribunal Superior Eleitoral</i>, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público.</p>	<p>Art. 40 [...]</p> <p>Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público.</p>	Emenda rejeitada
<p>Inclusão do inciso III, § 1º, art. 51.</p> <p>III – Dotações destinadas à ação <i>Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor</i> da Justiça Eleitoral;</p>		Emenda rejeitada

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Emendas propostas	Redação aprovada na CMO das emendas	Situação das emendas
Supressão do inciso § 13 do art.51.	<p>Art. 51 [...]</p> <p>§ 13. A execução das despesas primárias discricionárias dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, decorrente da abertura de créditos suplementares e especiais e da reabertura de créditos especiais, no exercício de 2016, fica condicionada aos limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos nos termos deste artigo, exceto, no caso dos poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, quando as referidas abertura e reabertura ocorrerem à conta de excesso de arrecadação de recursos próprios financeiros e não financeiros, apurado de acordo com o § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.</p>	Emenda rejeitada
<p>Art. 77 [...]</p> <p>§ 1º Não se aplica o disposto no inciso IV do <i>caput</i> aos projetos de lei referentes exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, <i>Tribunal Superior Eleitoral</i>, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público Federal e Conselho Nacional do Ministério Público.</p>	<p>Art. 77 [...]</p> <p>§ 1º Não se aplica o disposto no inciso IV do <i>caput</i> aos projetos de lei referentes exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público Federal e Conselho Nacional do Ministério Público.</p>	Emenda rejeitada

Emendas propostas	Redação aprovada na CMO das emendas	Situação das emendas
Supressão do § 1º, art. 78.	<p>Art. 78 [...]</p> <p>§ 1º As despesas de que trata o <i>caput</i> deverão manter a mesma distribuição proporcional entre os poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Públicas da União, das despesas de pessoal, nos termos do <i>caput</i> do art. 72 desta lei, excluídas as sentenças judiciais constantes do Programa 0901 - Sentenças Judiciais e os montantes serão divulgados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão até o dia 14 de agosto de 2015, acompanhado da respectiva metodologia de cálculo da distribuição proporcional.</p>	Emenda aprovada
<p>Art. 78 [...]</p> <p>§ 4º Para fins de elaboração do anexo previsto no <i>caput</i>, os poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União apresentarão e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento submeterão a relação das modificações pretendidas até 21 de agosto de 2015, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, demonstrando a compatibilidade das modificações com as referidas propostas e com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>	<p>Art. 78 [...]</p> <p>§ 4º Para fins de elaboração do anexo previsto no <i>caput</i>, os poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União apresentarão, até 21 de agosto de 2015, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o detalhamento da programação pretendida, compatível com o limite estabelecido no § 1º.</p>	Emenda aprovada parcialmente

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Emendas propostas	Redação aprovada na CMO das emendas	Situação das emendas
<p>Art. 78 [...]</p> <p>§ 8º A implementação das alterações nas despesas de pessoal e encargos sociais, previstas no art. 77, fica condicionada à observância dos limites fixados para o exercício de 2016.</p>	<p>Art. 78 [...]</p> <p>§ 8º A implementação das alterações nas despesas de pessoal e encargos sociais, previstas no art. 77, fica condicionada à observância dos limites fixados para o exercício de 2016 e desde que haja dotação autorizada, nos termos deste artigo, igual ou superior à metade do impacto orçamentário-financeiro anualizado.</p>	Emenda rejeitada
<p>Inclusão do § 11, art. 78.</p> <p>§ 11 Os limites aprovados para composição do anexo previsto no <i>caput</i> deverão ser divulgados até o dia 14 de agosto de 2015 diretamente a cada órgão dos poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, que apresentarão a relação das modificações pretendidas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p>		Emenda aprovada
<p>Inclusão do art. 85-A.</p> <p>Art. 85-A. Fica autorizada a inclusão de recursos no projeto de lei orçamentária, com vistas ao atendimento do reajuste, a ser definido em lei específica, dos subsídios e da remuneração dos agentes públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.</p>		Emenda rejeitada

Emendas propostas	Redação aprovada na CMO das emendas	Situação das emendas
<p>Art. 89. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2016, em percentual acima da variação no exercício de 2015, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor <i>per capita</i> vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, for superior ao valor <i>per capita</i> da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2015.</p>	<p>Art. 89. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2016, em percentual acima da variação, no exercício de 2015, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor <i>per capita</i> vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, for superior ao valor <i>per capita</i> da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2015.</p>	<p>Emenda Aprovada Parcialmente</p>

Além das emendas apresentadas ao texto do projeto, esta Assessoria também solicitou a apresentação de emenda ao Adendo IV apresentado pelo relator, Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE). Esse adendo pretende condicionar novas admissões em 2016 à disponibilidade de sobras orçamentárias de 2015.

Caso aprovada, essa alteração impacta diretamente na implementação da Lei nº 13.150/2015 e pode refletir nas atividades dos cartórios eleitorais. Dessa forma, foram sugeridas duas ações:

1. Senador Humberto Costa (PT/PE): apresentação de adendo excetuando a Lei nº 13.150/2015 do rol de restrições do Adendo IV;
2. Deputado Jovair Arantes (PTB/GO): emenda supressiva ao dispositivo do Adendo IV, que condiciona novas admissões em 2016 às sobras orçamentárias de 2015.

Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa)

Um dos trabalhos mais importantes da Aspar é acompanhar a tramitação da Lei Orçamentária anual, desde a discussão na Comissão Mista de Orçamento até a votação no Plenário do Congresso Nacional.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Após a Constituição de 1988, tornou-se praxe, depois da designação do relator-geral, um corte linear nos recursos elencados inicialmente no Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Compete à Aspar, por determinação da Presidência, trabalhar na recomposição dos cortes e envidar esforços para, quando indicado pela Secretaria do Tribunal, solicitar acréscimo aos valores iniciais destinados à Justiça Eleitoral e apoiar emendas que venham a favorecer a Justiça Eleitoral.

Importante destacar que a Aspar está atuando junto com o relator do Ploa 2016, Deputado Ricardo Barros (PP/PR), para manutenção do orçamento global do TSE para as Eleições 2016 e dos valores especificados no Anexo V do Ploa 2015, destinados à implementação da Lei nº 13.150, de 27 de julho de 2015, e do Projeto de Lei nº 7.889/2014, que tratam, respectivamente, da criação de cargos efetivos e funções comissionadas nos cartórios eleitorais e de cargos em comissão, funções comissionadas e cargos efetivos no TSE.

Créditos Adicionais

Além das três leis que regem o orçamento da União (PPA, LDO e LOA), compete à Aspar acompanhar a tramitação dos projetos de lei de abertura de créditos adicionais em favor da Justiça Eleitoral, independentemente da modalidade: extraordinários, suplementares ou especiais.

A seguir, elencamos todos os créditos apresentados em favor da Justiça Eleitoral. Todos os créditos aguardam votação na Comissão Mista de orçamento do Congresso Nacional.

Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 10/2015		
TRE	Descrição	Suplementação
MA	Construção de cartório eleitoral no município de Anajatuba/MA	R\$ 653.505,00
PA	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral – No Estado do Pará	R\$ 700.000,00
Orçamento Fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral		R\$ 1.353.505,00

Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 11/2015		
TRE	Descrição	Aplicação
GO	Construção de cartório eleitoral no município de Itaberai/GO – Cartório construído (percentual de execução física)	R\$ 330.000,00

Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 11/2015		
PE	Construção de cartório eleitoral no município de Limoeiro/PE	R\$ 2.300.000,00
RJ	Construção de cartório eleitoral no município de Rio Bonito/RJ	R\$ 727.718,00
Orçamento Fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral		R\$3.357.718,00

Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 12/2015		
JE	Descrição	Aplicação
	Benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou decisões judiciais	R\$ 9.456,00
Orçamento Fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral		R\$ 9.456,00

Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 22/2015		
TRE	Descrição	Suplementação
BA	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral – No Estado da Bahia	R\$1.483.530,00
MG	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral	R\$ 457.616,00
Orçamento Fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral		R\$1.941.146,00

Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 23/2015		
TRE	Descrição	Aplicação
AL	Aquisição de imóvel para cartório eleitoral no município de São Miguel dos Campos/AL	R\$1.200.000,00
ES	Construção de cartório eleitoral no município de Guarapari/ES	R\$1.363.933,00
MT	Construção de cartório eleitoral no município de Primavera do Leste/MT	R\$1.050.000,00
PA	Ampliação de cartório eleitoral no município de Foz do Iguazu/PR	R\$ 100.000,00

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 23/2015		
PE	Construção de cartório eleitoral no município de Vitória de Santo Antão/PE	R\$ 200.000,00
RJ	Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	R\$ 577.380,00
RN	Ampliação de cartório eleitoral no município de Parnamirim/RN	R\$1.295.000,00
RO	Construção de cartório eleitoral no município de Buritis/RO	R\$ 17.979,00
RO	Ampliação de cartório eleitoral no município de Ariquemes/RO	R\$ 106.961,00
Orçamento Fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral		R\$5.911.253,00

Proposições de interesse da Justiça Eleitoral

Foram atendidas solicitações de gabinetes de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e de consultores legislativos sobre informações de julgados e dados estatísticos das Eleições 2014.

Processos administrativos que tenham por objeto o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional

Em 2015, a Aspar participou da elaboração e do encaminhamento, à Câmara dos Deputados, de dois projetos de lei de autoria deste Tribunal: o PL nº 1.761/2015, que cria cargos em comissão no quadro de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral, destinados à implementação e à administração do Registro Civil Nacional; e o PL nº 2.816/2015 cria cargos e funções comissionadas nos quadros dos tribunais regionais eleitorais destinados às áreas de análise de prestação de contas.

Esses projetos de lei possuem tramitação terminativa nas comissões da Câmara dos Deputados e, em regra, não são submetidos à apreciação do Plenário dessa Casa Legislativa. Foram designados para as seguintes comissões temáticas da Câmara dos Deputados: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) para análise de mérito; Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para análise da adequação orçamentária; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A seguir, estão elencados os projetos de lei de autoria ou de interesse direto da Justiça Eleitoral:

Câmara dos Deputados		
PL (nº)	Assunto	Situação
7.904/2014	Gratificação eleitoral	Parecer favorável. Aguarda inclusão em pauta.
7.990/2014	Cargos de TI para a JE	Apresentado parecer favorável, com emenda saneadora. Retirado de pauta em 5.11.2015.
1.761/2015	Cargos RCN	Encerrado o prazo de emendas, sem apresentação de emendas. Aguarda apresentação de parecer.
1.775/2015	Dispõe sobre o Registro Civil Nacional	Encerrado o prazo da Comissão Especial. Aguarda apresentação do parecer.
2.646/2015	Subsídio dos ministros do STF	Aguarda apresentação de parecer.
2.648/2015	PCS dos servidores do Judiciário	Encerrado o prazo para emendas. Aguarda designação de relator.
2.816/2015	Cargos e funções das áreas de análise de prestação de contas	Parecer favorável. Aguarda inclusão em pauta.

Senado Federal		
PL	Assunto	Situação
PLC nº 69/2015	Cargos e Funções do TSE	Transformada em norma jurídica. Lei nº 13.250/2016.
PEC nº 113/2015	Reforma política (constitucional)	Aprovada. Aguarda sessão solene do Congresso Nacional para promulgação.

Congresso Nacional		
PL	Assunto	Situação
Nº 1/2015	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2016)	Transformada em norma jurídica com veto parcial. Lei nº 13.242/2015.
Veto nº 26/2015	PCS dos servidores do Judiciário	O Congresso Nacional manteve o veto.
Veto nº 42/2015	Financiamento de campanha eleitoral por pessoa jurídica; Voto impresso.	Mantido o veto ao financiamento empresarial de campanha. Derrubado o veto ao voto impresso.
Nº 6/2015	Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA 2016-2019)	Transformada em norma jurídica com veto parcial. Lei nº 13.249/2015.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Congresso Nacional		
PL	Assunto	Situação
Nº 7/2015	Projeto de Lei Orçamentária da União (LOA 2016)	Transformada em norma jurídica com veto parcial. Lei nº 13.255/2016.
Nº 10/2015	Crédito suplementar, no valor de R\$1.356.505,00 para a JE (TRE/PA, TRE/MA)	Transformada em norma jurídica com veto parcial. Lei nº 13.208/2015.
Nº 11/2015	Crédito especial, no valor de R\$3.357.718,00 para a JE (TRE/GO, TRE/PE, TRE/RJ)	Transformada em norma jurídica com veto parcial. Lei nº 13.209/2015.
Nº 12/2015	Crédito especial, no valor de R\$ 9.456,00 para a JE.	Transformada em norma jurídica com veto parcial. Lei nº 13.210/2015.
Nº 22/2015	Crédito Suplementar, no valor de R\$ 1.941.146,00 para a JE (TRE/BA, TRE/MG).	Transformada em norma jurídica com veto parcial. Lei nº 13.219/2015.
Nº 23/2015	Crédito especial, no valor de R\$5.911.253,00 para a JE (TRE/AL, TRE/ES, TRE/MT, TRE/PR, TRE/PE, TRE/RJ, TRE/RN, TRE/RO).	Transformada em norma jurídica com veto parcial. Lei nº 13.220/2015.

Intercâmbio com o Congresso Nacional e com órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública

Para este item, foram consideradas as atividades relacionadas a sessões temáticas, audiências públicas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, bem como solicitações parlamentares.

Audiências Públicas na Câmara dos Deputados

Estão elencadas, a seguir, as audiências assessoradas pela Aspar:

Comissão Especial do Registro Civil Nacional

Requerimento nº 1/15, da Comissão Especial do RCN

Autores: Deputados Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ) e Júlio Lopes (PP/RJ)

Convidado: Ministro José Antônio Dias Toffoli (Presidente do TSE)

Tema: debate sobre o Projeto de Lei nº 1.775/2015, que "dispõe sobre o Registro Civil Nacional (RCN)"

Data da realização: 22.10.2015

Requerimento nº 2/15, da Comissão Especial do RCN

Autor: Deputado Hugo Leal (PROS/RJ)

Convidado: Paulo César Bhering Camarão (Assessor de Gestão Estratégica do TSE)

Tema: debate sobre o Projeto de Lei nº 1.775/2015, que "dispõe sobre o Registro Civil Nacional (RCN)"

Data da realização: 29.9.2015

Requerimento nº 18/15, da Comissão Especial do RCN

Autor: Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB)

Convidado: Sérgio Braune Solon de Pontes (Secretário-Geral em exercício do TSE)

Tema: debate sobre o Projeto de Lei nº 1.775/2015, que "dispõe sobre o Registro Civil Nacional (RCN)"

Data da realização: 29.9.2015

Requerimento nº 18/15, da Comissão Especial do RCN

Autor: Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB)

Convidado: Wagner Augusto da Silva (Assessor da Presidência do TSE)

Tema: debate sobre o Projeto de Lei nº 1.775/2015, que dispõe sobre o Registro Civil Nacional (RCN)

Data da realização: 17.9.2015

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Comissão Especial da Reforma Política

Requerimento nº 48/15, da Comissão Especial da Reforma Política

Autor: Deputado Esperidião Amin (PP/SC)

Convidados: Ministro Henrique Neves (TSE) e Giuseppe Janino (Secretário de Tecnologia da Informação do TSE)

Tema: discussão sobre a viabilidade técnica da expedição de cédulas físicas no processo de votação e apuração das eleições, plebiscitos e referendos, visando à possibilidade de auditoria em casos de suspeição

Data da realização: 5.5.2015

Requerimento nº 4/15, da Comissão Especial da Reforma Política

Autor: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)

Convidado: Ministro José Antônio Dias Toffoli (Presidente do TSE)

Tema: debate sobre a proposta de reforma política

Data da realização: 10.3.2015

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Requerimento nº 25/15, da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)

Autora: Deputada Érika Kokay (PT/DF)

Convidado: Fernando Maciel de Alencastro (Secretário Judiciário do TSE)

Tema: discutir o uso simultâneo da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária veiculadas na televisão, inclusive nas inserções

Data da realização: 23.9.2015

CPI dos Crimes Cibernéticos

Requerimento nº 71/15, da CPI de Crimes Cibernéticos

Autor: Deputado Fábio Sousa (PSDB/GO)

Convidados: Giuseppe Janino (Secretário de Tecnologia da Informação do TSE) e José de Melo Cruz (Coordenador de Sistemas Eleitorais do TSE)

Data da realização: 3.11.2015

Seminários destinados à discussão do Registro Civil Nacional

Requerimento nº 28/15, da Comissão Especial do RCN

Autor: Deputado Júlio Lopes (PP/RJ)

Convidado: Sérgio Braune Solon de Pontes (chefe de gabinete da Presidência do TSE)

Tema: Um Cidadão, um Número, uma Digital

Data da realização: 23.10.2015

Local: São João do Meriti/RJ

Requerimento nº 16/15, da Comissão Especial do RCN

Autor: Deputado Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ)

Convidado: Paulo César Bhering Camarão (Assessor de Gestão Estratégica do TSE)

Tema: Um Cidadão, um Número, uma Digital

Data da realização: 1º.10.2015

Local: Câmara dos Deputados

Requerimento nº 6/15, da Comissão Especial do RCN

Autor: Deputado Júlio Lopes (PP/RJ)

Convidada: Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar (Juíza auxiliar do Gabinete do Ministro Gilmar Mendes)

Tema: Um Cidadão, um Número, uma Digital

Data da realização: 24.9.2015

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Local: OAB/RJ

Requerimento nº 10/15, da Comissão Especial do RCN

Autor: Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG)

Convidado: Paulo César Bhering Camarão (Assessor de Gestão Estratégica do TSE)

Tema: debate sobre o Projeto de Lei nº 1.775/2015, que dispõe sobre o Registro Civil Nacional (RCN)

Data da realização: 14.9.2015

Local: Belo Horizonte/MG

Solicitações Parlamentares

A Aspar, quando acionada, intermediou e/ou orientou os gabinetes de parlamentares quanto à forma de efetuar pedidos para marcação de audiências com os gabinetes dos ministros e da Presidência do TSE e consultas ao Tribunal.

1.5. Assessoria de Plenário

Atividades finalísticas

As atividades executadas pela Assessoria de Plenário, em síntese, estão relacionadas nos seguintes itens:

- Interação constante com as assessorias dos gabinetes dos ministros, com o objetivo de evitar-se o pregão de processos com divergências na atuação e no que consta dos votos dos ministros, visando à correção de informações dissonantes possivelmente ensejadoras de pedido de anulação de julgamentos.
- Do mesmo modo, alinhamento com as unidades da Secretaria Judiciária, considerada a mesma finalidade do item anterior.
- Em atenção à legislação correlata e a partir da provocação da Assessoria de Plenário, a Secretaria-Geral da Presidência decidiu

a respeito do procedimento a ser adotado no tocante à intimação, considerada a publicação da pauta de julgamento no *Diário da Justiça Eletrônico*, da Defensoria Pública da União, qual seja, o da intimação pessoal mediante entrega dos autos com vista, devendo ser feita pela Secretaria Judiciária.

- Participação no processo de homologação do Processo Judicial Eletrônico, a partir de provocação da Assessoria do Processo Judicial Eletrônico, no tocante às atividades da Assessoria de Plenário, com a ressalva dos processos nos quais há pedido de vista, tendo em conta o fato de, inicialmente, não ter havido previsão de registro da certidão de julgamento respectiva.
- Apoio ao julgamento, em colegiado, do primeiro processo judicial eletrônico, o que ocorreu em 29 de outubro de 2015.

Sessões Plenárias

Em 2015, foram realizadas 124 sessões, sendo: 71 ordinárias jurisdicionais, 44 ordinárias administrativas, 4 extraordinárias jurisdicionais, 2 extraordinárias administrativas e 3 solenes. A Assessoria de Plenário atuou nas sessões das seguintes formas:

- Organizando, a partir da determinação da Presidência, as pautas das sessões de julgamento.
- Elaborando e providenciando a publicação de editais de convocação das sessões extraordinárias.
- Secretariando todas as sessões jurisdicionais.

Foram julgados, em sessão, até 26 de novembro de 2015, 2.070 processos: 1.932 julgados em sessões jurisdicionais e 138 em sessões administrativas. A Assessoria de Plenário atuou nas sessões das seguintes formas:

- Certificando, nos autos dos processos, os resultados dos julgamentos;
- A partir da realização das sessões jurisdicionais, lavrando as respectivas atas, para assinatura do Presidente e posterior publicação no *Diário da Justiça Eletrônico*.

1.6. Assessoria do Processo Judicial Eletrônico

Atividades finalísticas

As atividades da Assessoria do Processo Judicial Eletrônico estão listadas a seguir.

Atividades:

- Auxiliar o Comitê Gestor Nacional do PJE da Justiça Eleitoral na definição das diretrizes e estratégias conducentes à implementação do Processo Judicial Eletrônico no Tribunal Superior Eleitoral e nos Tribunais Regionais Eleitorais; planejar e coordenar as ações necessárias à consecução das premissas e estratégias traçadas pelo Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico da Justiça Eleitoral; garantir o alinhamento do Processo Judicial Eletrônico ao Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral.
- **Produtos:** elaboração do Plano Geral de Projeto do PJE (Protocolo SADP nº 33.314/2014); condução do grupo de trabalho constituído para alterar a Resolução-TSE nº 23.393/2013 (instituiu o Processo Judicial Eletrônico da Justiça Eleitoral) e confecção da minuta da Resolução-TSE nº 23.417/2014, que substitui a de nº 23.393/2013; elaboração da minuta da Resolução-TSE nº 23.447/2015, que alterou os assuntos processuais utilizados no TSE e atribuiu pesos às classes e assuntos processuais; elaboração da minuta da Portaria-TSE nº 134/2015, que criou o Grupo de Gerenciamento de Mudanças Nacional da Justiça Eleitoral e as respectivas atribuições; elaboração de relatório circunstanciado ao Comitê Gestor Nacional do PJE (Processo SEI nº 2015.00.000000792-4).

Atividade:

- Pronunciar-se, em caráter especializado, sobre os assuntos pertinentes ao Processo Judicial Eletrônico.
- **Serviço:** auxiliar o Tribunal Superior Eleitoral na tomada de decisões que envolvam o PJE na Justiça Eleitoral.

Atividades:

- Promover a integração entre as unidades impactadas, oferecendo-lhes orientação e suporte quanto à elaboração e ao desenvolvimento dos respectivos planos de ação.
- Prestar suporte negocial às unidades do Tribunal que utilizam o PJE e aos usuários externos do sistema (Ministério Público, Advogados, Defensoria Pública).
- Atendimento de suporte.

Atividade:

- Representar o Tribunal Superior Eleitoral em reuniões, eventos e Grupos de Trabalho relacionados ao PJE com o Conselho Nacional de Justiça.
- **Serviço:** auxiliar o Tribunal Superior Eleitoral na tomada de decisões que envolvam o PJE no Poder Judiciário Nacional, de acordo com as especificidades da Justiça Eleitoral.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

As contribuições foram as seguintes:

- **Projeto:** Implantação do PJE (maio de 2014 a maio de 2016) – projeto voltado à implantação do PJE no TSE em 2015 e em quatro regionais (Goiás, Amazonas, Rio Grande do Sul e Tocantins) em 2016, nas seguintes classes processuais: Ação Cautelar, *Habeas Corpus*, *Habeas Data*, Mandado de Injunção e Mandado de Segurança.
- **Planejamento estratégico:** iniciativa voltada à tramitação eletrônica de processos judiciais e administrativos, contribuindo para a celeridade de tramitação dos processos.
- **Andamento do projeto:** 93% concluído. O PJE foi implantado no TSE em 24 de agosto de 2015, cumprindo com exatidão o cronograma de implantação, e conta hoje com 17 processos na base de dados, sendo 11 ações cautelares, 5 mandados de segurança e 1 *habeas corpus*.

1.7. Assessoria Especial do Tribunal Superior Eleitoral

Atividades finalísticas

As atividades da Assessoria Especial do Tribunal Superior Eleitoral estão listadas a seguir.

- Elaboração do *Informativo TSE*.
- Elaboração de pareceres e informações em processos sobre assuntos que envolvam matéria eleitoral e partidária.
- Apoio ao ministro relator nas instruções para as Eleições 2016, com a organização de audiências públicas, a consolidação de sugestões encaminhadas, o exame das propostas e a elaboração de minutas.
- Apoio aos ministros substitutos do TSE, com a organização e o encaminhamento de material alusivo às sessões plenárias, elaboração de minutas de decisão, relatório e voto, agendamento de audiências e lançamento de decisões nos sistemas SADP e PJE.
- Participação na comissão do PJE voltada à elaboração de minuta de Resolução para o período eleitoral.
- Participação na Comissão Multidisciplinar, incumbida de analisar e elaborar proposta de resolução específica sobre o acesso, o compartilhamento e a utilização de dados constantes do cadastro eleitoral.
- Concessão de entrevistas sobre assuntos relacionados a legislação eleitoral e partidária.

Quadro quantitativo das ações da Assessoria Especial realizadas em 2015:

Atividades 2015	Quantitativo
Pareceres/informações elaborados	Em consultas: 52 Em listas tríplexes: 58 Em petições: 1 Em processos administrativos: 2 Em expedientes diversos: 5 Em processos do sei: 4
Elaboração de informativos do TSE	16 (inclui a série especial, lançada em fevereiro)
Elaboração das minutas das instruções para as Eleições 2016	12
Organização de audiência pública	4 (apresentação de sugestões sobre as instruções que regularão as Eleições 2016)
Recebimento, consolidação e exame de sugestões apresentadas sobre as minutas de instruções para as eleições de 2016	Dos TREs: 26 Do Ministério Público: 6 Dos partidos políticos: 8 Dos demais interessados: 9 Total: 49
Demandas encaminhadas pela Central do Eleitor	9 solicitações
Entrevistas concedidas para esclarecimentos sobre matéria eleitoral	Brasil Eleitor (TV Justiça): 20 Núcleo de TV do TSE: 5 Total: 25

1.8. Assessoria de Exame de Prestação de Contas Eleitorais e Partidárias

Atividades finalísticas

As atividades da Assessoria de Exame de Prestação de Contas Eleitorais e Partidárias estão listadas nos itens seguintes e neles detalhadas.

Aprimorar a fiscalização da prestação de contas

Para a análise de prestação de contas, a Asepa conta com o intercâmbio de dados com outros órgãos, como, por exemplo: (i) a Receita Federal do Brasil, com a validação da situação cadastral do CPF e do CNPJ de doadores e fornecedores, a apuração dos limites de doação de campanha e a concessão de CNPJ a candidatos em campanha; (ii) o Banco Central do Brasil, com a consulta ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), que tem como objetivo identificar as contas bancárias abertas com o CNPJ de partidos e de candidatos no sistema financeiro nacional e nos respectivos extratos de campanha; (iii) o Ministério do Trabalho, com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), para validar a capacidade operacional das empresas em fornecer bens e serviços contratados por candidatos e partidos políticos; (iv) o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), com o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira vinculados aos CNPJs de partidos e de candidatos. Por fim, cabe ressaltar que os dados do financiamento eleitoral também são compartilhados com outros órgãos de fiscalização do estado.

▪ **Produtos:** no sentido de aperfeiçoar a fiscalização do processo de prestação de contas, por meio do intercâmbio de informações entre outros órgãos de fiscalização, em 2015 foram firmados os seguintes acordos de cooperação:

- *Sistema Eletrônico de Intercâmbio (SEI):* em outubro, o TSE passou a ter acesso ao SEI, ferramenta disponibilizada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), para propiciar a troca de informações com autoridades competentes, de maneira ágil e segura, para prevenção e combate à lavagem de dinheiro.
- *Relação Anual de Informações Sociais (Rais):* em 24.8.2015, o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério do Trabalho e Emprego assinaram o Acordo de Cooperação Técnica nº 5, que tem por objeto o acesso do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais a informações cadastrais da Base da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Outras tratativas:

- Encontra-se em andamento a celebração de acordos com a Receita Federal para o acesso ao sistema de Notas Fiscais Eletrônicas (NFE), no intuito de auxiliar o exame dos documentos fiscais constantes dos processos de prestações de contas, e com o Tribunal de Contas da União para acesso a ferramentas de conferência de informações

de pessoas físicas e pessoas jurídicas, para auxiliar a análise das prestações contas.

Auxiliar na elaboração da nova resolução sobre prestação de contas de campanha e na atualização da resolução de prestação de contas anual

A Asepa atua na discussão e na proposição de orientações específicas para alinhamento técnico dos procedimentos de análise das contas, na elaboração das resoluções de prestação de contas e, além disso, propõe a realização de acordos de cooperação com órgãos públicos, organizações classistas e outros que possam colaborar na tarefa constitucional de análise das prestações de contas, atividades que se refletem na elaboração das normas aplicáveis.

- **Produto:** em decorrência da Lei nº 13.165, de 29.9.2015, que alterou a Lei nº 9.504/1997 e a Lei nº 9.096/1995, a Asepa iniciou estudos para a adequação da Resolução-TSE nº 23.432, de 16.12.2014, e para a elaboração da norma que regulamentará a prestação de contas das Eleições 2016. Para tanto, foram colhidas sugestões dos tribunais regionais eleitorais, bem como foi realizada audiência pública para a minuta de instrução dos processos de prestação de contas eleitorais.

Realizar reuniões técnicas com a Receita Federal do Brasil, o Banco Central do Brasil (Bacen), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TSE, para o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas sob a gestão da Asepa

Os produtos desse escopo são os seguintes:

	Órgão/Unidade	Descrição	Período
1	Sepel 2/STI	Requisitos SPCA – solicitação de mudança 002 – iteração 5.	7.1.2015
2	Sepel 2/STI	Carga mensal dos extratos bancários do Simba (SPCA e SPCE).	29.1.2015
3	Sepel 2/STI	Dissidência partidária no SPCA.	20.2.2015
4	Sepel 2/STI	Recepção extratos eletrônicos 2016 – melhoria da performance no Simba.	23.2.2015

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

	Órgão/Unidade	Descrição	Período
5	Febraban	Resolução-TSE nº 23.342 – extrato eletrônico das contas anuais dos partidos políticos.	25.2.2015
6	Receita Federal	Adoção do SPED para elaboração da prestação de contas das eleições municipais de 2016.	26.2.2015
7	Sepel 2/STI	Tratativas técnicas para o recebimento da ECD dos partidos políticos, relativas ao exercício financeiro de 2015.	5.3.2015
8	Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs)	Tratativas para o recebimento das informações sobre doações com cartão de crédito.	9.3.2015
9	Câmara dos Deputados	Projeto de geração de estatísticas eleitorais pelo Conle.	9.3.2015
10	CSELE/STI	Apuração de limite de doação (RFB e MPE).	10.3.2015
11	GT-CAND	Demandas entre os sistemas SPCE e CAND.	18.3.2015
12	Sepel 2/STI	Avaliação das eleições 2014	19.3.2015
13	Sepel 2/Sead/AGE	Estatísticas das prestações de contas de 2014.	19.3.2015
14	DG/TSE	Avaliação das eleições.	23.3.2015 e 24.3.2015
15	Sepel 2/STI	Relatório de dívida de campanha.	26.3.2015
16	Sepel 2/STI	Definições dos testes em campo do SPCE 2016.	30.3.2015
17	Sepel 2/STI	Definição dos requisitos solicitação de mudança 002 SPCA.	6.4.2015
18	Sepel 2/STI	Definição da extração e construção da base de CNPJ para atender a bancos, NFE e Correios.	7.4.2015
19	Secap/SGP	EAD de prestação de contas.	8.4.2015
20	Partidos Políticos	Esclarecimento de dúvidas sobre a Portaria nº 107 – orientação técnica.	9.4.2015
21	Bacen	Acesso ao CCS (níveis 1 e 2).	14.4.2015
22	Febraban	Envio dos extratos eletrônicos.	24.4.2015
23	Sepel 2/STI	Cronograma de liberação de versões do SPCE 2016, testes e treinamentos.	28.4.2015
24	Cofic/SOF	Criação de códigos de recolhimento por meio de GRU no Siafi, referentes a irregularidades nas contas eleitorais e partidárias.	14.5.2015
25	Partidos Políticos	Reunião sobre o SPCA e a Resolução-TSE nº 23.432/2014.	20.5.2015 e 21.5.2015

	Órgão/Unidade	Descrição	Período
26	Sepel 2/STI	SPCA – regras de negócio.	22.5.2015
27	Sepel 2/STI	Apresentação da entrega da iteração 5 – SPCA.	29.5.2015
28	TREs	Reunião sobre a minuta de resolução de contas eleitorais 2016.	2.6.2015 e 3.6.2015
29	Sepel 2/STI	Definição da consulta CPF/CNPJ pelo Odin.	15.6.2015
30	Sepel 2/STI	Ajustes de gestão entre a Asepa e a Sepel II quanto aos sistemas Sico, SPCA, SPCE e Odin.	23.6.2015
31	Febraban	CCS nível I a ser informado pelos bancos; envio de extrato eletrônico pelos bancos; sugestões para a resolução de PC Eleições 2016; minuta de Comunicado do Bacen que regulamenta as contas bancárias eleitorais; procedimento para a abertura e o encerramento de contas bancárias eleitorais.	26.6.2015
32	AGE	Planejamento do projeto de publicação da situação e julgamento das contas eleitorais e partidárias nas páginas da Internet do TSE (Sico).	29.6.2015
33	Sepel 2/STI	Definição de requisitos para módulo de consulta externa do Sico.	1.7.2015
34	Bacen	Acesso ao CCS.	8.7.2015
35	Asplan e Fates/STI	Alinhar as necessidades de teste do SPCA e o escopo atual que é testado pela Fates.	7.8.2015
36	Audiência Pública	Resolução sobre registro de partido político.	13.8.2015
37	RFB	Verificação de limite anual de doações efetuadas nas eleições.	13.8.2015
38	TCU	Apresentação do sistema e-Contas do TCU e sua possível aplicação no exame de contas eleitorais e partidárias.	25.8.2015
39	Sepel 2/STI	Levantamento requisitos SPCA – iteração 7.	21.9.2015
40	Sepel 2/STI	Especificação de requisitos Sprint2 – SPCA.	29.9.2015
41	Sepel 2/STI	Modelo de transmissão/envio de prestação de contas ao TSE (módulo Externo/SPCE).	7.10.2015
42	RFB	Acesso às notas fiscais eletrônicas do banco de dados da RFB.	14.10.2015
43	TSE	1º Teste em Campo do SPCE Cadastro.	19.10.2015 a 23.10.2015

Examinar as prestações de contas de campanha

A Asepa é responsável por examinar a origem e a aplicação dos recursos da campanha presidencial, além da própria prestação de contas de campanha do diretório nacional, para que estejam aptas ao julgamento em até três dias antes da diplomação do candidato eleito à Presidência da República. Quanto às demais candidaturas, a Asepa analisa as contas dos diretórios nacionais que arrecadam ou aplicam recursos nas respectivas campanhas.

Nas Eleições 2014, foram entregues no Tribunal Superior Eleitoral 41 processos de prestação de contas de campanha ao cargo de Presidente da República.

Examinar as prestações de contas anuais de partidos políticos

Até 30 de abril do ano em curso, o Tribunal Superior Eleitoral recebeu a prestação de contas dos diretórios nacionais dos 32 partidos políticos que possuem registro neste Tribunal, beneficiários diretos das transferências financeiras dos recursos do Fundo Partidário efetuadas por esta Corte. Cumpre ressaltar que 78% do Fundo Partidário ficam retidos para aplicação do diretório nacional, ou seja, 3/4 (três quartos) são fiscalizados exclusivamente pela Asepa.

Cabe à Asepa verificar a origem dos recursos privados – doações de pessoas físicas –, regular a aplicação desses recursos e, em especial, a aplicação dos recursos públicos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), utilizados para a manutenção da sede e dos serviços do partido.

- **Produto:** em relação ao exame das prestações de contas dos partidos políticos, dos comitês financeiros e dos candidatos, a Asepa emitiu 66 pareceres técnicos.

Realizar a Tomada de Contas Especial e a recomposição ao Erário

Após o trânsito em julgado, a Asepa efetua a instrução e os cálculos necessários à atualização monetária dos valores a serem ressarcidos ao Erário, no caso de comprovação de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

- **Produto:** quanto à análise de recomposição ao Erário, a Asepa emitiu 19 informações.

Gerir os sistemas de prestação de contas

As etapas foram as seguintes:

- SPCE (Sistema de Prestação de Contas Eleitorais): é utilizado para elaborar a prestação de contas de campanha de candidatos e partidos políticos em todo o país. A Asepa atua como área gestora do sistema, determina os parâmetros a serem desenvolvidos e realiza testes de homologação antes de sua utilização em campanha.
- SPCA (Sistema de Prestação de Contas Anual): em desenvolvimento, será destinado à elaboração da prestação de contas anual de todos os diretórios partidários com registro ou anotação na Justiça Eleitoral. A Receita Federal, mediante convênio de intercâmbio de dados, fornecerá à Justiça Eleitoral a Escrituração Contábil Digital (ECD) do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) para validar a correspondência das demonstrações financeiras da prestação de contas com a escrituração fiscal do partido.
- Sico (Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias): é destinado ao controle de julgamento e das sanções decorrentes do julgamento de contas. Atualmente, a Justiça Eleitoral possui aproximadamente 68 mil diretórios partidários de todos os níveis (nacional, estadual e municipal). A esse número são agregadas as contas das eleições ordinárias (geral ou municipal), que acrescentam mais de 500 mil processos de contas de campanha em cada eleição municipal.

Assim:

- **Produto:** foram definidos requisitos para o desenvolvimento, a atualização e o aprimoramento dos módulos do SPCA e do SPCE e do módulo Externo do Sico. Além disso, foram efetuados testes nos três sistemas, a fim de homologar suas funcionalidades.

Prestar suporte e assessoramento aos diversos usuários internos e externos

A Asepa fornece o suporte dos sistemas sob sua gestão, bem como da normatização que envolve as prestações de contas eleitorais e ordinárias, aos diversos interessados, públicos ou privados, internos ou externos. Além disso,

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

atende às diversas demandas de informações de órgãos públicos e privados, e de cidadãos, por meio dos diversos meios de comunicação disponíveis. Assessora, ainda, os gabinetes do TSE, bem como as unidades técnicas dos tribunais regionais e os cartórios quanto aos entendimentos técnicos aplicados na análise das contas.

- **Produto:** foram respondidos 26 relatos encaminhados pela Central do Eleitor, atendidas 14 requisições de informações de órgãos públicos e privados, encaminhados, em média, 120 chamados de suporte por meio do *Service Desk*, atendidos diversos *e-mails* e telefonemas por meio dos quais se prestou suporte aos regionais, cartórios, partidos, candidatos, órgãos públicos e privados e cidadãos.

Treinar e capacitar os usuários internos e externos

É de responsabilidade da Asepa a realização dos eventos de treinamento e capacitação dos servidores da Justiça Eleitoral lotados nas unidades responsáveis pelo exame das prestações de contas dos tribunais regionais eleitorais, além do suporte a normas e sistemas eletrônicos que ocorrem ao longo do ano.

- **Produto:** foi realizado, em outubro, o 1º Teste em Campo do SPCE Cadastro, que serviu de treinamento para servidores de seis tribunais regionais, além dos novos servidores da Asepa. Além disso, essa assessoria também realizou, em março/2015, reunião com contadores e advogados dos partidos políticos para esclarecimento sobre a Orientação Técnica-Asepa nº 1/2015, que tratou dos procedimentos de entrega da prestação de contas do exercício financeiro de 2014.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

A Asepa contribui ao Planejamento Estratégico por meio da execução dos seguintes projetos:

Alinhamento estratégico		
Combate à corrupção e à improbidade administrativa		
Iniciativa estratégica	Projeto	Fase
Transparência do financiamento eleitoral com a publicação dos extratos eletrônicos de campanha eleitoral.	Sistema de Prestações de Contas de Partidos Políticos – Fase Cadastro	Execução
	Publicação da Situação e Julgamento das Contas Eleitorais e Partidárias na Página da Internet do TSE	Execução

1.9. Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

Atividades finalísticas

Cumpra à Asics difundir periodicamente, ao público externo, informações objetivas sobre fatos atuais relacionados ao Tribunal, seus membros e servidores. Em 2015 foi publicada, no sítio eletrônico do TSE, na Internet, a seguinte quantidade de matérias ou notas jornalísticas:

Mês	Conteúdo	Quantidade	Total
Janeiro	Produzido pela Asics	39	43
	Replicado dos TREs	4	
Fevereiro	Produzido pela Asics	39	42
	Replicado dos TREs	3	
Março	Produzido pela Asics	42	45
	Replicado dos TREs	3	
Abril	Produzido pela Asics	42	44
	Replicado dos TREs	2	
Maio	Produzido pela Asics	63	66
	Replicado dos TREs	3	
Junho	Produzido pela Asics	70	71
	Replicado dos TREs	1	
Julho	Produzido pela Asics	39	42
	Replicado dos TREs	3	
Agosto	Produzido pela Asics	46	48
	Replicado dos TREs	2	
Setembro	Produzido pela Asics	58	60
	Replicado dos TREs	2	
Outubro	Produzido pela Asics	65	67
	Replicado dos TREs	2	
Novembro	Produzido pela Asics	70	70
	Replicado dos TREs	0	
Dezembro	Produzido pela Asics	47	51
	Replicado dos TREs	4	
Total geral			649

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Cabe à assessoria, ainda, atender às demandas por informações, esclarecimentos e entrevistas originadas por meios jornalísticos e por intermediação de quaisquer contatos entre a instituição, seus membros e servidores, com a mídia. Nesse sentido, segue levantamento das demandas de imprensa atendidas via *e-mail* ou telefone:

Mês	Tipo de veículo	Quantidade	Total
Janeiro (21 dias úteis)	Jornais	36	75
	Revistas	2	
	Sites/agências	17	
	Emissoras de TV	4	
	Emissoras de rádio	4	
	Assessorias de imprensa	2	
	Outros	5	
	Média de atendimento	3,75/dias	
Fevereiro (18 dias úteis)	Jornais	28	69
	Revistas	4	
	Sites/agências	13	
	Emissoras de TV	17	
	Emissoras de rádio	3	
	Assessorias de imprensa	2	
	Outros	2	
	Média de atendimento	3,83/dias	
Março (22 dias úteis)	Jornais	38	98
	Revistas	7	
	Sites/agências	18	
	Emissoras de TV	22	
	Emissoras de rádio	4	
	Assessorias de imprensa	3	
	Outros	6	
	Média de atendimento	4,45/dias	

Mês	Tipo de veículo	Quantidade	Total
Abril (18 dias úteis)	Jornais	63	125
	Revistas	6	
	Sites/agências	24	
	Emissoras de TV	11	
	Emissoras de rádio	16	
	Assessorias de imprensa	2	
	Outros	3	
	Média de atendimento	6,94/dias	
Maio (20 dias úteis)	Jornais	37	82
	Revistas	4	
	Sites/agências	17	
	Emissoras de TV	12	
	Emissoras de rádio	4	
	Assessorias de imprensa	5	
	Outros	3	
	Média de atendimento	4,1/dias	
Junho (20 dias úteis)	Jornais	34	75
	Revistas	3	
	Sites/agências	15	
	Emissoras de TV	14	
	Emissoras de rádio	4	
	Assessorias de imprensa	3	
	Outros	2	
	Média de atendimento	3,57 /dias	

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Mês	Tipo de veículo	Quantidade	Total
Julho (23 dias úteis)	Jornais	23	77
	Revistas	4	
	Sites/agências	17	
	Emissoras de TV	17	
	Emissoras de rádio	5	
	Assessorias de imprensa	4	
	Outros	7	
	Média de atendimento	3,3/dias	
Agosto (20 dias úteis)	Jornais	54	157
	Revistas	3	
	Sites/agências	41	
	Emissoras de TV	40	
	Emissoras de rádio	7	
	Assessorias de imprensa	6	
	Outros	6	
	Média de atendimento	7,85/dias	
Setembro (21 dias úteis)	Jornais	59	171
	Revistas	6	
	Sites/agências	49	
	Emissoras de TV	38	
	Emissoras de rádio	9	
	Assessorias de imprensa	3	
	Outros	7	
	Média de atendimento	8,1/dias	

Mês	Tipo de veículo	Quantidade	Total
Outubro (20 dias úteis)	Jornais	55	133
	Revistas	7	
	Sites/agências	32	
	Emissoras de TV	25	
	Emissoras de rádio	8	
	Assessorias de imprensa	2	
	Outros	4	
	Média de atendimento	6,65/dias	
Novembro (20 dias úteis)	Jornais	45	119
	Revistas	7	
	Sites/agências	22	
	Emissoras de TV	20	
	Emissoras de rádio	14	
	Assessorias de imprensa	5	
	Outros	6	
	Média de atendimento	5,95/dias	
Dezembro (22 dias úteis)	Jornais	27	
	Revistas	5	
	Sites/Agências	23	
	Emissoras de TV	16	
	Emissoras de Rádio	7	
	Assessorias de Imprensa	3	
	Outros	3	
	Média de atendimento	3,8/dias	
Total geral			1.265

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

A Asics também coordena as atividades desenvolvidas com relação à produção de notícias para a intranet: *AconTSE*, *IntraNotícias* e classificados (comunicação interna). Os boletins semanais *AconTSE*, divulgados via *e-mail* institucional, circularam 47 vezes em 2015, como demonstra o quadro abaixo:

Produtividade na intranet	
Notícias <i>aconTSE</i>	329
<i>IntraNotícias</i>	40
Classificados	229
Boletins semanais <i>aconTSE</i>	51
Total geral	649

A Assessoria interage com o público interno do Tribunal e divulga-lhe informações, excetuadas as relacionadas com a comunicação administrativa, bem como apoia as unidades na execução de projetos, eventos e atividades comunicacionais (comunicação interna).

Eventos institucionais	Data
I Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral	5 e 6 de fevereiro de 2015
Curso Fundamentos de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos	15, 16, 22, 24 e 27 de abril de 2015
Cerimônia de Assinatura de Termo de Cooperação Técnica para Uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	20 de abril de 2015
Sessão Solene de Comemoração dos 70 anos de Reinstalação da Justiça Eleitoral	28 de maio de 2015
Ato Ecumênico em Comemoração aos 70 anos de Reinstalação da Justiça Eleitoral	29 de maio de 2015
Congresso Internacional – Financiamento Eleitoral e Democracia	11 e 12 de junho de 2015
Encontro Nacional de Secretários Judiciários	15 de junho de 2015
36º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais	19 de junho de 2015
Inauguração do Museu do Voto	6 de agosto de 2015
Cerimônia de Implantação do PJE	25 de agosto de 2015
Encontro de Diretores-Gerais no Espírito Santo	31 de agosto de 2015
Seminário Reforma Política	10 de setembro de 2015
Reunião com Diretores-Gerais dos Tribunais Superiores no Conselho da Justiça Federal	22 de setembro de 2015
Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral – Assis Brasil	23 de setembro de 2015

Eventos institucionais	Data
IX Jornada de Qualidade de Vida no Trabalho do TSE	21 e 22 de outubro de 2015
Posse dos Ministros Antônio Herman de Vasconcellos Benjamin e Maria Thereza Rocha de Assis Moura	27 de outubro de 2015
Posse do Ministro Jorge Mussi	10 de novembro de 2015
X Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais no Rio de Janeiro	19 e 20 de novembro de 2015
Fórum Nacional de Chefes de Cartório	27 de novembro de 2015

A Asics divulga a participação do Presidente do TSE, de demais ministros da Corte e de representantes da Justiça Eleitoral brasileira em eventos ou missões internacionais, relatados na tabela a seguir:

Eventos e missões internacionais	Data
Presidente do TSE fala sobre participação indígena nas eleições brasileiras, em Barcelona/Espanha	27 de fevereiro de 2015
Ministro Dias Toffoli participa de evento na Universidade de Bolonha, Espanha	4 de maio de 2015
Eleições Britânicas	11 de maio
Justiça Eleitoral brasileira integrou missão da Unasul nas eleições da Guiana	14 de maio de 2015
Conferência ibero-americana	3 de julho de 2015
Assembleia-Geral da Associação Mundial de Organismos Eleitorais	19 de agosto de 2015
Conferência na República Dominicana	21 de agosto de 2015
Conferência no México	4 de setembro de 2015
Seminário Reforma Política	10 de setembro de 2015
Presidente do TSE fala sobre democracia no Idea	16 de setembro
Seminário sobre uso de tecnologia, nos EUA	8 de outubro de 2015
Reunião do Presidente do TSE nos EUA	13 de outubro de 2015
Eleições no Canadá	16 de outubro de 2015
Eleições na Argentina	26 de outubro

A Assessoria ainda coordena as atividades de comunicação em meios escritos. Nesse sentido, coube à Asics fornecer conteúdo para a elaboração do livreto *Segurança da urna*, desenvolvido pela Assessoria de Assuntos Internacionais (AIN), e para o *Guia de bolso* entregue na X Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais no Rio de Janeiro, confeccionado pela Assessoria de Cerimonial (ACP).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

A unidade também promove o registro fotográfico das atividades do Tribunal para fins históricos, jornalísticos, institucionais ou administrativos. A seguir, estão os dados dessa atividade:

Relatório de produção de fotografia (janeiro a dezembro/2015)	
Modalidade	Quantidade
Arquivo bruto	22.163
Publicação no Plone (Internet)	1.316
Comunicação interna (intranet)	798
Banco de imagens	613
Outros/variadas	557
Total geral	25.447

A Asics também coordena as atividades desenvolvidas com relação à produção de notícias para as mídias sociais do TSE: Twitter e Facebook.

- Twitter: em 2015, o perfil do TSE no Twitter (@tsejusbr) teve um crescimento de 19,73% em seu número de seguidores, no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro. Em janeiro, o perfil possuía pouco mais de 76 mil seguidores. Atualmente, esse número chega a 91 mil seguidores. Ao longo do ano, foram publicados 741 tuítes e, a partir do segundo semestre, a página passou a veicular também algumas campanhas produzidas originalmente para o Facebook. As postagens dessas campanhas incluem os novos recursos de imagens e vídeos, implementados recentemente pelo Twitter. A tabela abaixo apresenta os dados estatísticos sobre o número de impressões (*views*) dos tuítes com mais alcance em cada mês:

Tuítes mais visualizados		
Mês	Tuítes	Impressões
Janeiro	Giro Eleitoral explica como consultar normas jurídicas no portal do TSE (dlvr.it/806GTm)	4.389
Fevereiro	Estudo elaborado por universidades estrangeiras atribui alto nível de integridade às eleições brasileiras (dlvr.it/8dqzTq)	3.493
Março	Ministro Dias Toffoli abre curso de Direito Eleitoral em SP (dlvr.it/8vFMnp)	3.600
Abril	Eleitor faltoso tem até 4 de maio para regularizar situação com a Justiça Eleitoral (dlvr.it/9Gz7Qx)	4.688

Tuites mais visualizados		
Maio	Novo leiaute do <i>site</i> do TSE é destaque no programa Giro Eleitoral (dlvr.it/9qlj5Q)	5.260
Junho	Plenário do TSE mantém proibição de <i>telemarketing</i> em campanhas eleitorais (dlvr.it/B8sqtB)	3.450
Julho	Princípio da anualidade eleitoral é garantia de segurança jurídica (dlvr.it/Bb3XsM)	4.918
Agosto	Gilmar Mendes encaminha indicativos de ilícitos eleitorais nas contas de Dilma Rousseff a autoridades (dlvr.it/BxrrwJ)	4.731
Setembro	Campanha sobre democracia participativa estreia no rádio e na TV (dlvr.it/C8c7Rf)	3.573
Outubro	Falta um ano para as Eleições 2016: saiba os prazos que devem ser observados por partidos (dlvr.it/CKxJVk)	2.801
Novembro	Nota à imprensa: contingenciamento comprometerá as eleições eletrônicas municipais de 2016 (dlvr.it/CtRgGS)	3.924
Dezembro	Ocupante de cargo de direção de ordenador de despesas deve se desincompatibilizar três meses antes das eleições (dlvr.it/D1XDFG)	4.621

- Facebook: o relatório de desempenho da *fan page* do TSE no Facebook em 2015 revela um acréscimo de **38,45%** do número de seguidores. Em janeiro o perfil possuía 31.075 curtidas e, em dezembro, esse número subiu para **43.026 curtidas**, o que corresponde a um acréscimo de 11.951 seguidores. Segue quadro sobre quantitativo de *posts* publicados:

Publicação de <i>posts</i>	
Janeiro	2
Fevereiro	10
Março	8
Abril	11
Maio	11
Junho	5
Julho	10
Agosto	10
Setembro	19
Outubro	12

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
 Ministro Dias Toffoli (Presidente)
2015

Publicação de posts	
Novembro	24
Dezembro	10
Total geral	132

- *Post* de maior repercussão em 2015:

The screenshot shows a Facebook post from the Tribunal Superior Eleitoral (TSE) published on November 13 at 8:57pm. The post features a promotional image for the 'SEMANA DO JOVEM ELEITOR' with the text 'LEVANTA A MÃO QUEM JÁ PODE VOTAR.' and 'Tire seu título de eleitor e participe.' The post has achieved significant engagement, with 1,360,936 people reached and 12,427 likes, comments, and shares. The statistics are broken down as follows:

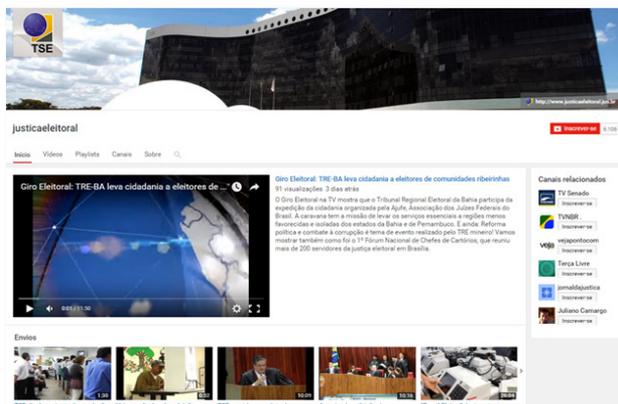
1,360,936 People Reached		
12,427 Likes, Comments & Shares		
10,533 Likes	9,665 On Post	868 On Shares
1,360 Comments	1,184 On Post	176 On Shares
534 Shares	511 On Post	23 On Shares
31,521 Post Clicks		
16 Photo Views	26,048 Link Clicks	5,457 Other Clicks
NEGATIVE FEEDBACK		
123 Hide Post	1 Hide All Posts	
0 Report as Spam	0 Unlike Page	

A Asics veicula periodicamente ao público externo informações objetivas sobre fatos atuais relacionados ao Tribunal, seus membros e servidores, em especial para alimentação da programação da TV Justiça, da Rádio Justiça, de emissoras parceiras e na Internet.

- TV e Rádio Justiça: em 2015, no período de janeiro a dezembro, foram ao ar na TV e Rádio Justiça 3.200 produtos entre reportagens, vídeos institucionais, programas de TV e rádio sobre o trabalho da Justiça Eleitoral, *spots*, entrevistas e documentários.



- Ao longo do ano, a Justiça Eleitoral registrou um aumento de 166% na programação da TV Justiça com conteúdos informativos, educacionais, reportagens jornalísticas e programas. Na Rádio Justiça, o aumento de conteúdo na programação foi de 40%.
- YouTube: em 2015, foram publicados 711 produtos entre reportagens, vídeos de julgamentos, programas, pílulas e interprogramas no canal do TSE no YouTube. Foram mais de 225 mil atualizações.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

- Reformulação de conteúdo na TV e Rádio Justiça:



Decisões do Plenário – Programa que leva ao telespectador da TV Justiça, de forma didática, as decisões discutidas em Plenário. O programa foi totalmente reformulado em 2015, recebendo cenário virtual novo, identidade visual nova e uma linguagem mais acessível ao público.



Giro Eleitoral – Programa que reúne informações do TSE e dos TREs, ganhou mais tempo na programação da TV Justiça, passando a contar com dois blocos e com mais participação dos regionais.



Interprogramas informativos e educativos – Foram criados, em 2015, os seguintes produtos: *Especial Reforma Eleitoral*, *Dúvidas do Eleitor* e *Minuto da Biometria*.



Transmissão das sessões plenárias – As transmissões das sessões passaram a contar com a participação de comentarista para explicar os processos que serão julgados em Plenário.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

- Aquisição e melhoria de espaço físico e equipamentos em 2015:



- aquisição de cenário virtual;
- reformulação do espaço físico da redação e edição do Núcleo de TV e Rádio.

A Assessoria ainda divulga informações de interesse público e destinação geral ou coletiva, emitidas pelo Tribunal ou por seus representantes, interna ou externamente, sobre suas políticas, práticas e objetivos, de modo a torná-los compreensíveis pelos destinatários, incluída a produção de vídeos institucionais.

Produção de DVDs de conteúdo institucional (janeiro a dezembro/2015)	
Cópias	Quantidade
Sessão plenária	376
Eventos	470
Brasil Eleitor	88
Total geral	934

A unidade coordena também as atividades de comunicação gráfica, inclusive sistemas de elementos visuais caracterizadores da personalidade institucional, projetos gráficos e campanhas institucionais, promocionais e de esclarecimento, em linguagem coerente, abrangente e uniforme. Ela ainda promove campanhas de publicidade de esclarecimento ao eleitor, contemplando todos os temas

relevantes à Justiça Eleitoral com veiculações periódicas em todo território nacional.

Campanhas 2015	
Abril	Logomarca dos 70 Anos da Reinstalação da Justiça Eleitoral
Agosto/dezembro	Campanha Biometria
Setembro	Campanha de Conscientização do Eleitor Democracia
Outubro	Campanha de Alistamento do Jovem Eleitor
Novembro	Campanha do Mesário Voluntário Logomarca das Eleições 2016
Dezembro	Campanha de Segurança das Urnas – QR Code
2016	Campanha de Prazo Final (em produção) Campanha de Acessibilidade (em produção)



- Destaque para a Semana do Jovem Eleitor, que levou milhares de adolescentes aos cartórios eleitorais e aumentou bastante o agendamento e a retirada de títulos em todo Brasil.
- Na Campanha do Mesário Voluntário, o foco foi reforçar a cidadania, mostrando vários exemplos de voluntários em diversas situações, depois também na Justiça Eleitoral, em um belo filme de 60 segundos.

A Asics apoia o desenvolvimento da comunicação interna com projetos gráficos e diagramação com vistas à divulgação e interação com o público interno do Tribunal, excetuada a comunicação administrativa.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015



- Campanha de incentivo ao uso das redes sociais e maior integração entre os servidores e o portal do TSE, notícias e campanhas.
- Desenvolvimento de material gráfico para eventos internos, como a “miniurna”, criada exclusivamente para o museu do Tribunal, onde os alunos visitantes montavam e levavam de brinde uma urna de papel.

Ela também estabelece interlocução com os tribunais regionais eleitorais (TREs) para alinhamento da comunicação institucional da Justiça Eleitoral.

- Integração diária com os regionais através do grupo de WhatsApp, apresentando as campanhas, discutindo estratégias de comunicação e intermediando as reivindicações dos assessores perante o TSE.
- Encontros setoriais periódicos, teleconferência e reativação do GT-Comunicação para assuntos específicos e tomadas de decisões em conjunto, sempre ouvindo a opinião de todos.
- *Mailing* com todos os assessores para apresentação prévia de campanhas, debates, divulgação de material direcionado e apoio às campanhas locais, como a gravação de dezenas de propagandas para rádio, via TSE, sobre o tema Biometria.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes à Asics:

Indicador estratégico	Quantitativo de matérias jornalísticas publicadas pelo TSE
Objetivo estratégico	Garantia dos direitos de cidadania
O que se mede	A quantidade de matérias jornalísticas publicadas na Web (portal, intranet e Facebook) e veiculadas na TV e Rádio Justiça.
Para que medir	Avaliar o volume de informações emitidas pelo TSE
Quem mede	Asics
Quando medir	Mensalmente
Como medir	Quantidade de matérias publicadas em cada meio de comunicação pelo TSE
Fonte	Planilha mensal de acompanhamento de publicações
Metas	2015 (ano não eleitoral): cumprir 80% da meta operacional de 2014 2016 (ano eleitoral): superar em 20% a meta operacional de 2014 <i>Medição em: 31.12.2015</i> <i>Valor apurado: 4.630</i>
Histórico	Meta operacional da Asics para 2014: 3.080 publicações em mídias

Status dos projetos e planos de ação da Asics

Alinhamento estratégico: Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral.

Iniciativa estratégica	Projeto ou Plano de Ação relacionado	Status
Promover ações de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eletrônico de votação (Plano de ação)	Eleições 2016 – Ações Integradas na Justiça Eleitoral para Aperfeiçoar a Comunicação Institucional	Em andamento
Ampliar a divulgação de matérias sobre a segurança da votação (Projeto)	Eleições 2016 – Melhoria da Imagem da Urna Eletrônica e das Funções da Justiça Eleitoral	Em andamento

2. Secretaria do Tribunal

2.1. Gabinete da Diretora-Geral

Atividades finalísticas

Controle da entrada e da saída de documentos de teor administrativo com demandas dos servidores, dos setores do próprio TSE, assim como de qualquer órgão público ou privado ou mesmo de pessoa física que exija, dentro das atribuições conferidas à Secretaria do Tribunal, a manifestação ou o encaminhamento de melhor solução ou direcionamento à demanda solicitada.

Coube à Diretora-Geral coordenar e desenvolver, tanto no TSE quanto nos tribunais regionais eleitorais, as atividades decorrentes do processo de auditoria do resultado das Eleições 2014 requerido pelo PSDB. Entre as diversas tarefas, destacamos:

- Elaboração do termo de operacionalização, conduta, confiabilidade, responsabilidade e sigilo assinado pelo Presidente do TSE, Ministro Dias Toffoli, e pelos advogados representantes do PSDB.
- Levantamento do valor/hora dos analistas, técnicos judiciários, ocupantes de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como do valor de diárias desses servidores.
- Identificação do valor de traslado e manutenção das urnas eletrônicas por estado.

As solicitações de criação e remanejamento de zonas eleitorais são analisadas pela Secretaria do Tribunal. Em 2015, foram analisados 33 processos referentes a esse tema.

Em 2015, o Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Secretaria do Tribunal, intensificou o uso do sistema eletrônico chamado ELOCumpre, que consiste no acesso, pelos órgãos públicos, às informações constantes no cadastro eleitoral, conforme Resolução-TSE nº 21.538/2003. O nome ELOCumpre surgiu da conjunção do nome do sistema ELO, que gerencia o Cadastro Nacional de Eleitores, com a palavra “cumpre”, referindo-se ao cumprimento das obrigações eleitorais.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Esse sistema visa desburocratizar o acesso dos órgãos públicos às informações sobre o cumprimento de obrigações eleitorais por parte dos seus respectivos servidores públicos, empregados públicos e/ou de suas autoridades. Com isso, a Secretaria do Tribunal do TSE já enviou, desde março do ano corrente, 46 ofícios dirigidos a órgãos públicos que possuíam ou que tinham interesse em acordo ou protocolo de cooperação com o TSE para acesso a informações do cadastro eleitoral, a fim de que esses órgãos públicos pudessem designar responsáveis por *login* e senha no sistema ELOCumpre. Até o presente momento, dos 46 órgãos oficiados, 80% já possuem acesso ao sistema ELOCumpre. Com isso, houve a diminuição de tramitação de procedimentos em papel, proporcionando celeridade e eficiência por parte do Tribunal no direito à informação.

Nas Eleições 2014, o Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência encaminhou um ofício informando que recebeu relatos de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos locais de votação e, para tanto, requereu a elaboração de um planejamento efetivo para as Eleições 2016. Assim, foi publicada a Portaria-TSE nº 65, de 13.2.2015, que instituiu a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral para acompanhar as ações dos tribunais regionais eleitorais e propor providências necessárias à plena acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida aos pleitos eleitorais.

São realizadas reuniões de alinhamento semanalmente com os secretários e os assessores-chefes para tratar de assuntos de interesse da Justiça Eleitoral.

Por meio de um Acordo de Cooperação Técnica nº 6, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região cedeu o direito de uso do *software* Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para trâmite virtual dos procedimentos administrativos para o Tribunal Superior Eleitoral. A instalação do SEI no TSE foi coordenada pelo titular da Secretaria do Tribunal, que também incentivou a implantação do SEI nos tribunais regionais eleitorais de Rondônia, Acre, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Roraima, Amapá, Distrito Federal, Pernambuco, Pará, Espírito Santo e Alagoas.

A Diretora-Geral expediu em 2015 a Instrução Normativa nº 1, que estabeleceu os procedimentos de gestão de documentos, processos e arquivos pelo SEI no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.

O Gabinete da Secretaria do Tribunal tem como uma das suas atribuições acompanhar os processos licitatórios estratégicos do Tribunal Superior Eleitoral.

A análise dos processos relativos ao Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2012 é de competência do Gabinete da Secretaria do Tribunal. Esse acordo foi firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Advocacia-Geral da União, a fim de propiciar a

atuação que se fizer necessária à obtenção do amplo e justo ressarcimento aos cofres públicos de prejuízos oriundos da realização de pleitos suplementares, resultantes da anulação dos pleitos regulares, sempre que verificada e julgada a ocorrência de infrações eleitorais perpetradas por candidatos, ex-candidatos, partidos políticos e outros, bem como da respectiva indenização pelos danos morais de natureza coletiva.

De acordo com o Regulamento da Secretaria do TSE, compete ao Gabinete da Diretora-Geral colaborar nos eventos que contam com a participação do(a) Secretária do Tribunal. Segue lista dos eventos que contaram com a participação da Diretora-Geral e com a colaboração direta e/ou indireta do Gabinete da Diretora-Geral.

Evento	Data
I Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral	5 e 6 de fevereiro de 2015
Curso Fundamentos de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos	15, 16, 22, 24 e 27 de abril de 2015
Cerimônia de Assinatura de Termo de Cooperação Técnica para Uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	20 de abril de 2015
Sessão Solene de Comemoração dos 70 anos de Reinstalação da Justiça Eleitoral	28 de maio de 2015
Ato Ecumênico em Comemoração dos 70 anos de Reinstalação da Justiça Eleitoral	29 de maio de 2015
Congresso Internacional – Financiamento Eleitoral e Democracia	11 e 12 de junho de 2015
Encontro Nacional de Secretários Judiciários	15 de junho de 2015
36º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais	19 de junho de 2015
Cerimônia de Implantação do PJE	25 de agosto de 2015
Encontro de Diretores-Gerais no Espírito Santo	31 de agosto de 2015
Seminário Reforma Política	10 de setembro de 2015
205º Aniversário da Independência Nacional – Embaixada do México	16 de setembro de 2015
Reunião com Diretores-Gerais dos Tribunais Superiores no Conselho da Justiça Federal	22 de setembro de 2015
Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral – Assis Brasil	23 de setembro de 2015
IX Jornada de Qualidade de Vida no Trabalho do TSE	21 e 22 de outubro de 2015
Posse dos Ministros Herman Benjamin e Maria Tereza	27 de outubro de 2015
Posse do Ministro Jorge Mussi	10 de novembro de 2015
X Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais no Rio de Janeiro	19 de novembro de 2015

Contribuições ao Planejamento Estratégico

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes a essa Secretaria:

Indicador estratégico	Índice de eleitores com cadastro biométrico
Objetivo estratégico	Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral.
Tipo	Execução.
O que se mede	O percentual de eleitores com cadastro biométrico.
Para que medir	Avaliar o alcance da implantação sistemática do cadastramento biométrico.
Quem mede	DG.
Quando medir	Mensalmente.
Como medir	Quantitativo de eleitores que passaram a integrar o cadastro biométrico a partir de novembro de 2014.
Fonte	Consulta ao sistema ELO.
Metas	Acréscimo de 50 milhões de eleitores com cadastro biométrico até maio de 2016

Status dos projetos e planos de ação da unidade

Gestão e Fiscalização do Projeto Biometria

Para que a coleta de dados biométricos no país seja realizada conforme meta estabelecida pelo TSE para 2015/2016, a gestão e a fiscalização administrativa dos contratos de aquisição de *kits* biométricos (nº 111/2014) e *pads* de assinatura (nº 123/2014) foram atribuídas ao Gabinete da Diretora-Geral.

Por meio desses contratos, foram adquiridos 16.125 *kits* biométricos e *pads* de assinatura para distribuição entre os regionais, conforme tabela a seguir:

UF	Distribuição
AC	28
AL	38
AM	268
AP	19
BA	1.285
CE	764

UF	Distribuição
DF	20
ES	300
GO	354
MA	421
MG	1.915
MS	204
MT	338
PA	581
PB	622
PE	433
PI	197
PR	916
RJ	1.448
RN	153
RO	48
RR	13
RS	948
SC	613
SE	25
SP	3.636
TO	91
ZZ	1
TSE	446
Total	16.125

Até o momento, já foram distribuídos aos tribunais regionais eleitorais 14.293 *kits* biométricos e *pads* de assinatura. Com isso, a gestão e fiscalização desses contratos já elaborou aproximadamente 226 notas técnicas de atesto, somando a quantia de R\$64.571.844,16 para pagamento de *kits* biométricos e R\$12.082.713,76 para *pads* de assinatura.

Comitê Gestor do Projeto Biometria

A Portaria-TSE nº 114/2015 instituiu o Comitê Gestor do Projeto Biometria, presidido pela titular da Secretaria do Tribunal, e tem como atribuições zelar

e fazer cumprir as diretrizes gerais do Projeto Biometria, estabelecendo suas prioridades e diretrizes específicas, coordenando e orientando a sua elaboração. O comitê também define papéis e responsabilidades para a realização do projeto, acompanhando e avaliando a sua execução e definindo metas e indicadores. Por fim, pode ainda convocar colaboradores para dirimir dúvidas ou prestar esclarecimentos sobre questões relacionadas a desempenho, organização e execução dos trabalhos, definindo alternativas para a solução de eventuais problemas e riscos e analisando a necessidade de mudanças e adequações durante a execução das atividades.

Para o acompanhamento da coleta biométrica, encontra-se disponível no *site* http://intranet.tse.jus.br/menu_eleicoes/recadastramento-biometrico.html o relatório que permite a visualização da situação de cada Regional.

Os regionais que já finalizaram a coleta biométrica são: AL, AP, DF e SE.

2.2. Assessoria de Gestão Estratégica

Atividades finalísticas

Elaboração de relatórios gerenciais

A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) coordenou a elaboração dos seguintes relatórios:

- *Relatório de Gestão TCU* – coordenação das atividades para a elaboração do Relatório de Gestão do Exercício de 2014, conforme Portaria-TSE nº 111/2015, entregue ao TCU em 1º.7.2015 por meio do Sistema E-Contas.
- *Relatório de Acessibilidade na Justiça Eleitoral* – conforme Resolução-TSE nº 23.381, os TREs devem encaminhar ao TSE relatório contendo as ações realizadas para promover acessibilidade na Justiça Eleitoral. Segundo o mesmo normativo, cabe ao TSE instituir comissão para acompanhar as ações dos tribunais regionais eleitorais e propor outras providências necessárias à plena acessibilidade. Nesse sentido, o TSE instituiu Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade, Portaria-TSE nº 65/2015. A AGE coordenou as atividades de consolidação das respostas apresentadas pelos TREs, publicando o Relatório de Acessibilidade na Justiça Eleitoral.

- *Relatório de Avaliação das Eleições 2014* – o relatório apresenta as atividades realizadas para a avaliação das Eleições 2014, cujo objetivo é apontar os pontos de entrave das eleições e melhorar o *modus operandi* de futuros pleitos. Cabe ressaltar que o evento foi concebido com o objetivo de apresentar as avaliações dos regionais consolidadas em reunião com participantes de todos os tribunais.
- *Relatório de Atividades 2014* – este relatório discorre resumidamente sobre as principais atividades desenvolvidas no Tribunal Superior Eleitoral em 2014. As atividades apresentadas traduzem o empenho da Corte em consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, à transparência e à segurança do processo eleitoral.
- *Relatório de Análise Estratégica 2015* – o relatório trata dos resultados apresentados na 1ª Reunião de Análise da Estratégia acerca do desempenho dos indicadores, das metas e das iniciativas previstas no Planejamento Estratégico do TSE 2015-2020.

Gestão da Qualidade

A Assessoria de Gestão Estratégica coordena o Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral, instituído pela Portaria-TSE nº 584/2011. O programa surgiu em face da necessidade de aplicação eficiente dos recursos por parte da administração pública, não deixando de atender às necessidades do cidadão.

Em 2015, realizaram-se as seguintes atividades relacionadas ao Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral:

- Realização de auditoria de renovação do certificado do Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral no Tribunal Regional de Goiás.
- Supervisão e apoio do processo de renovação do certificado do Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral no Tribunal Regional de Tocantins.

Promoção de estudos, análise de proposições e apresentação de sugestões sobre a estrutura orgânica do Tribunal e dos TREs

A Assessoria de Gestão Estratégica fez a avaliação das propostas de alteração de estruturas organizacionais dos tribunais regionais eleitorais:

- Comissão permanente constituída por meio da Portaria-TSE nº 263, de 3.6.2015, avaliou as propostas de estrutura organizacional dos tribunais regionais eleitorais, a fim de emitir parecer quanto ao atendimento do contido no art. 6º e no 9º, § 1º, da Resolução-TSE nº 22.138/2005.
- Resultado entregue: pareceres técnicos referentes à adequação das propostas à norma vigente.
- Quantidade de processos analisados em 2015: 14 processos.

1º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral

Encontro realizado em 5 e 6 de fevereiro de 2015, com o objetivo de construir, de forma colaborativa, diretrizes nacionais para aprimorar a coordenação das ações da Justiça Eleitoral, por meio da valorização das boas práticas da JE em garantir a legitimidade do processo eleitoral, oportunidade em que foram debatidos temas de relevância para esse segmento de justiça.

Como resultado do encontro, foram listadas 28 propostas de diretrizes.

2º Encontro de Assessores de Planejamento Estratégico

Em 27 e 28 de abril de 2015, reuniram-se em Vitória, Espírito Santo, 47 servidores de tribunais regionais eleitorais com o objetivo de debater propostas e ações que estruturem e fortaleçam a Estratégia Nacional, assim como a integração entre os tribunais e o alinhamento das atividades do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com os tribunais regionais de todo o país, em evento coordenado pela Assessoria de Gestão Estratégica do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

A programação do 2º Encontro de Assessores de Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral considerou a realização de debates de temas do ambiente corporativo, transformando-se em uma oportunidade para a troca de experiências entre os gestores. Entre as palestras e debates, vários foram os assuntos em pauta, tais como as ações deflagradas pelo TSE, o alinhamento estratégico e a integração da Justiça Eleitoral, redes de governança, medidas para fortalecimento do Planejamento Estratégico, práticas socioambientais e acessibilidade, meta específica do segmento, processos de trabalho e gestão do conhecimento.

Como resultado desse encontro, foram deflagradas as seguintes ações:

- Participação dos tribunais regionais em levantamentos e definições para desenvolvimento do Sistema Unificado de Estatística na JE.

- Levantamento de informações dos TREs para início das tratativas perante o CNJ, visando à adequação da tabela de classes e assuntos à Justiça Eleitoral e futura implantação.
- Reestruturação da Rede de Governança da Justiça Eleitoral, conforme Portaria-TSE nº 342, de 27.8.2015.
- Definição de um modelo de referência para instituir o Modelo Operacional dos Processos de Trabalho das assessorias de planejamento.
- Elaboração de política para criação do Banco de Boas Práticas da Justiça Eleitoral, cujo intuito é promover a coleta, a seleção e a disseminação dessas práticas, intensificando a colaboração institucional, conforme a Portaria-TSE nº 540, de 10.11.2015.
- Estudos e debates acerca das metas específicas da Justiça Eleitoral.
- Avaliação da possibilidade de compartilhamento e/ou padronização de ferramenta de gerenciamento da estratégia.

Rede de Governança da Justiça Eleitoral

Alinhado à proposta de diretriz, apresentada no 1º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral e, como resultado do 2º Encontro de Assessores de Planejamento Estratégico, elaborou-se minuta de portaria objetivando a reestruturação da Rede de Governança da Justiça Eleitoral.

A reestruturação da Rede de Governança foi normatizada mediante a Portaria nº 342, de 27.8.2015, tendo como finalidade apresentar propostas de aperfeiçoamento da estratégia e de melhoria do desempenho desta Justiça especializada.

Planejamento Estratégico do TSE 2015-2020

Com o encerramento das eleições gerais de 2014, o Presidente do TSE, por intermédio da Portaria-TSE nº 792, de 20.12.2014, determinou a retomada de elaboração do Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral para o período de 2015 a 2020.

Assim, logo após a publicação da portaria, os trabalhos foram iniciados, sendo realizadas três oficinas com a participação de todas as unidades do TSE, reuniões setoriais para definição de indicadores e metas, bem como muita troca de informações.

Foram consideradas informações do Planejamento Estratégico anterior, os Macrodeseafios do Poder Judiciário 2015-2020, alguns planejamentos estratégicos de tribunais regionais eleitorais e informações decorrentes do evento de Avaliação das Eleições 2014.

O Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral para o sexênio 2015-2020 foi aprovado pela Resolução-TSE nº 23.439, de 12.3.2015, contemplando a missão e a visão de futuro, além de 9 valores, 3 perspectivas, 8 objetivos estratégicos, 33 indicadores estratégicos e 29 iniciativas estratégicas.

Implementação da Estratégia do TSE

Para a implementação da Estratégia do TSE, foram considerados três pilares: o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do TSE, a forma de Comunicação da Estratégia e o Sistema de Acompanhamento da Estratégia, conforme a seguir sintetizado:

Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do TSE

A Portaria-TSE nº 262, de 1º.6.2015, instituiu o referido comitê, responsável pelo acompanhamento da estratégia do TSE, definindo suas atribuições.

O Comitê Gestor do Planejamento Estratégico tem como atribuições, em consonância com a legislação e as normas regulamentares vigentes:

- participar e deliberar sobre a execução do Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral durante as reuniões de análise estratégica (RAEs), nos termos da Resolução-TSE nº 23.439, de 12.3.2015;
- propor revisão do Plano Estratégico;
- acompanhar, avaliar e deliberar sobre propostas de ajuste dos indicadores, metas e iniciativas definidos no Plano Estratégico;
- acompanhar os resultados e as ações vinculadas às iniciativas estratégicas e das propostas de melhorias;
- revisar o portfólio das iniciativas estratégicas e das propostas de melhorias a cada nova gestão.

Comunicação da Estratégia

Elaborou-se o Plano de Comunicação do Planejamento Estratégico do TSE, disponível na intranet e levado ao conhecimento dos integrantes do Comitê Gestor do Planejamento do TSE.

O documento tem o objetivo de formalizar a comunicação estratégica, identificando e aperfeiçoando os canais, definindo os públicos, a periodicidade da informação e a qualificação dos conteúdos.

Também foi elaborada a matriz de comunicação, parte integrante desse processo, que embasa o plano de ação comunicacional, definindo objeto da comunicação, meios, conteúdos, frequência, responsável e público-alvo.

Sistema de Acompanhamento da Estratégia

Elaboração do documento intitulado Sistema de Acompanhamento da Estratégia do TSE, que se encontra disponível na intranet e foi levado ao conhecimento dos integrantes do Comitê Gestor do Planejamento do TSE .

Este modelo objetiva sistematizar os procedimentos para acompanhamento do Planejamento Estratégico do TSE, de forma a garantir o monitoramento efetivo de seus resultados.

Trata-se de um instrumento de gestão voltado à execução da estratégia como alicerce para integração e envolvimento da alta administração e para realização das iniciativas. Visa atingir os objetivos definidos no Planejamento Estratégico e garantir que não haja interrupção do processo de implantação da gestão estratégica e das ações que permitirão atingir as metas e os objetivos traçados para a instituição.

Reuniões de Análise Estratégica

O acompanhamento do Planejamento Estratégico é um processo atrelado ao processo de execução da estratégia e garante que o que foi traçado para o órgão está sendo executado, acompanhado, comunicado e corrigido para alcance dos objetivos contidos no mapa estratégico.

Este acompanhamento é realizado durante as reuniões de análise da estratégia (RAEs), oportunidade em que se verificam o desempenho dos indicadores e das iniciativas estratégicas, bem como o alcance dos objetivos estratégicos.

As RAEs são a base para correções de rumo, caso haja desempenho insatisfatório. Também permite, pelo aprendizado gerado nessas reuniões, indagar sobre a estratégia estabelecida e, se for o caso, sugerir novo período de formulação para sua atualização.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

A organização da RAE, realizada pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), observou os procedimentos estabelecidos no documento Sistema de Acompanhamento da Estratégia do TSE, disponível na intranet.

A AGE também foi responsável por elaborar orientações e modelos para que as unidades prestassem suas informações, conforme constam nos processos específicos de cada área.

A verificação e a consolidação das informações prestadas pelas unidades acerca do desempenho dos indicadores e projetos/planos de ação foram realizadas pela Assessoria de Gestão Estratégica, assim como os cálculos e gráficos que subsidiaram o relatório preliminar enviado às unidades e apresentados no referido evento e no relatório final da RAE.

Reuniões Estratégicas Setoriais

Foram realizadas reuniões estratégicas setoriais entre junho e agosto, cujas atas podem ser consultadas por meio dos processos específicos registrados no SEI.

Realização da primeira Reunião de Análise Estratégica

Em 13 de novembro, realizou-se a primeira RAE do PE-2015/2020, sob a coordenação dos integrantes do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, convocados por meio de despacho da Diretora-Geral e da Coordenadora do Comitê, além de outros convidados.

Nessa RAE, foram apresentados os desempenhos dos indicadores, dos objetivos e das iniciativas estratégicos, assim como os principais problemas relacionados aos projetos e/ou planos de ação.

Avaliaram-se as propostas para substituição, alteração e reavaliação de indicadores.

Também foram avaliadas propostas de inclusão de duas iniciativas estratégicas: *Desenvolver e aprimorar o Programa das Eleições* e *Ampliar os processos para o fortalecimento da governança*.

A respeito dos projetos e planos de ação, foram apreciadas as propostas de alteração no Projeto Sistema de Auditoria (Siaudi); a inclusão do Programa Eleições 2016, do Projeto Teste Público de Segurança STI 2016 e dos projetos/planos de ação ligados ao PJE: Suporte e Manutenção, Corregedoria e Expansão.

As informações detalhadas encontram-se registradas no documento Relatório RAE – novembro 2015, disponível na intranet e levado ao conhecimento dos integrantes do Comitê Gestor e dos responsáveis por projetos e planos de ação.

Estratégia da Justiça Eleitoral

Considerando o papel do TSE como órgão centralizador da Justiça Eleitoral – responsável por orientar os tribunais regionais eleitorais na condução da estratégia, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.868, que lhe incumbe promover ações que estabeleçam essas diretrizes, de forma que os tribunais elaborem seus planos estratégicos alcançando suas especificidades, mas alinhados nacionalmente –, elaboraram-se minutas de normas, apresentadas para deliberação da Presidência do Tribunal.

A primeira minuta de Portaria tem como objetivo a aprovação de Diretrizes da Justiça Eleitoral, considerando as propostas apresentadas no 1º Encontro Nacional Estratégico da Justiça Eleitoral e as iniciativas previstas no Plano Estratégico do TSE, cujo resultado se apresenta em 14 diretrizes mais abrangentes, com as respectivas iniciativas e responsáveis.

A segunda minuta propõe instituir o Sistema de Gestão da Estratégia da Justiça Eleitoral com o fito de sistematizar a gestão estratégica nesse segmento de justiça, estabelecendo os parâmetros e orientações mínimos e a realização dos encontros estratégicos da Justiça Eleitoral, de forma a assegurar a harmonia e o alinhamento das estratégias dos tribunais regionais eleitorais. Essa proposta aproveitou como boa prática a Resolução-TCU nº 269/2015, que estabelece o Sistema de Planejamento e Gestão do TCU.

Este trabalho foi realizado de forma colaborativa, mediante a interseção das unidades de gestão estratégica do segmento, representadas pela Rede de Governança da Justiça Eleitoral.

Participação nas Reuniões Preparatórias

1ª Reunião Preparatória para o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário

O titular da Assessoria de Gestão Estratégica e outros representantes dessa unidade participaram da 1ª Reunião Preparatória para o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, evento patrocinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrido em 27 de abril de 2015.

Nessa oportunidade, foram apresentados os novos representantes da Justiça Eleitoral na Rede de Governança do Poder Judiciário, assim como a sua estruturação.

Os temas estratégicos debatidos durante o evento envolveram o Sistema Unificado de Estatística, o PJE, a Prestação de Contas, a inovação do processo eleitoral e as 28 propostas de diretrizes apresentadas no I Encontro Estratégico. Outro ponto de debate foram as dificuldades enfrentadas para definição do glossário da meta específica: conceito do que é o processo prioritário para fins de aferição da meta e do acervo processual existente, visando à definição do percentual.

Os encaminhamentos definidos à época foram: validar as classes processuais para definir os processos prioritários; realizar levantamento do acervo em cada TRE e estabelecer prazos e percentuais para o cumprimento da meta.

2ª Reunião Preparatória para o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário

O titular da Assessoria de Gestão Estratégica e outros representantes dessa unidade participaram da 2ª Reunião Preparatória para o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, evento patrocinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrido em 15 e 16 de setembro de 2015.

A reunião teve como objetivo expor os dados do Relatório Justiça em Números e debater seus resultados, assim como formatar a proposta de metas nacionais para 2016 dos segmentos de justiça a serem apresentados no IX Encontro Nacional do Poder Judiciário.

O evento, previsto na Resolução-CNJ nº 198/2014, art. 12, § 3º, contou com a participação de presidentes dos tribunais, integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, responsáveis pela área de Gestão Estratégica e representantes de associações de magistrados.

Houve participação de diversos representantes dos tribunais regionais eleitorais, da área de Planejamento Estratégico, juízes e desembargadores, inclusive Presidentes desses tribunais.

No fim de todos os debates, o grande grupo deliberou apresentar as seguintes propostas:

- Metas Nacionais:
 - Meta 1: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

- Meta 2: identificar e julgar, até 31.12.2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014.
- Meta 3: identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo.

Participação no IX Encontro Nacional do Poder Judiciário

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Brasília/DF, em 24 e 25 de novembro de 2015, durante o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as metas nacionais para o Judiciário brasileiro alcançar em 2016.

A votação foi realizada em cada segmento de justiça, coordenado pelos conselheiros do CNJ, os quais apresentaram as propostas construídas durante as reuniões preparatórias.

Para a Justiça Eleitoral, foram aprovadas as seguintes metas:

- META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos)
 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.
- META 2 – Julgar processos mais antigos (Todos os segmentos)
 - Identificar e julgar até 31.12.2016, pelo menos na Justiça Eleitoral, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014.
- META ESPECÍFICA
 - Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo.

Melhoria de processos de trabalho

Objetivando o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, a AGE participou da otimização dos processos Atendimento das Pesquisas por Informação na SGI e Simplificação das Contratações no TSE.

A demanda relacionada ao processo Atendimento das Pesquisas por Informação na SGI teve como motivação o aprimoramento do atendimento das pesquisas de informações administrativas, arquivísticas, doutrinárias, históricas, jurisprudenciais

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

e legislativas, na Secretaria de Gestão da Informação, conforme determinado na Resolução-TSE nº 23.439, que institui o Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral para o período de 2015 a 2020. As principais entregas da atividade de melhoria desse processo foram:

- mapeamento do processo atual;
- apresentação de proposta de melhoria;
- desenho do processo futuro;
- elaboração do plano de implementação.

O trabalho relativo ao processo Simplificação do Processo de Contratações no TSE foi determinado pela Secretaria do Tribunal, cuja realização se deu por meio do mapeamento e da otimização dos fluxos de contratação e de monitoramento, desde o pedido até a contratação de bens e serviços. Essa ação envolveu a adaptação desses fluxos ao SEI, aproveitando-se da possibilidade de realização de atividades paralelas.

Nova página da AGE na intranet

O trabalho de remodelagem da página da AGE envolveu a reestruturação das informações, segundo a dinâmica de trabalho da unidade, que não se encontra segmentado como anteriormente.

Como inovação, criou-se uma página que apresenta todos os documentos e todas as atividades relacionados à estratégia do TSE e da Justiça Eleitoral. Também se deu visibilidade aos processos relativos à arquitetura organizacional do TSE e dos TREs e ao portfólio estatístico do Tribunal.

Os trabalhos iniciaram-se em julho de 2015 com a participação da AGE e da SGI, tendo sido colocada a página no ar em 9 de novembro do mesmo ano.

Monitoramento e controle de Programas, Projetos e Planos de Ação

O monitoramento e o controle buscam verificar se os objetivos de iniciativa estão sendo atingidos de modo que possíveis problemas ou riscos sejam identificados em momento mais adequado. Ressalta-se que o monitoramento e o controle percorrem todas as fases do ciclo de vida de um projeto, quais sejam: iniciação, planejamento, execução e encerramento.

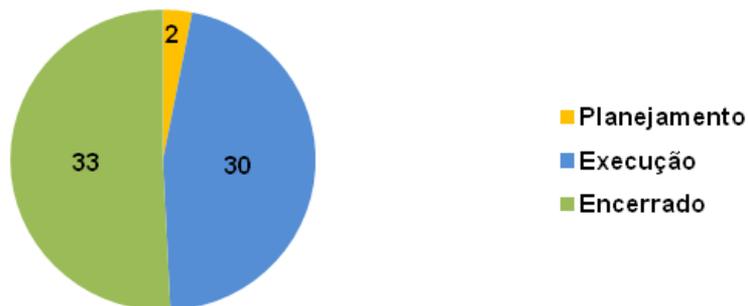
As atividades de monitoramento de programas, projetos e planos de ação desenvolvidas pela Assessoria de Gestão Estratégica consistem em:

- Prestar consultoria às unidades do TSE no uso da metodologia durante o ciclo de vida do projeto: Iniciação, Planejamento, Monitoramento, bem como Controle e Encerramento.
- Prestar consultoria às unidades do TSE no uso da ferramenta de gestão de projetos e do EPM (Enterprise Project Management).
- Consolidar as informações sobre o desempenho dos programas, projetos e planos de ação do TSE.

Nesta gestão administrativa, a AGE monitora 62 programas, projetos e planos de ação distribuídos nas seguintes fases: planejamento, execução e encerrado.

Até a elaboração deste relatório, não há nenhum projeto na fase de iniciação, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Quantitativo de programas, projetos e planos de ação monitorados pela AGE entre 2014–2015



Os projetos monitorados pelo Escritório de Projetos da STI não estão inclusos nesses quantitativos.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

A seguir, estão os programas, projetos e planos de ação gerenciados pela AGE em 2014/2015:

- Eleitorais:

Nome do Programa, Projeto ou Plano de Ação	Descrição	Fase
Programa Eleições 2014	Programa Eleições 2014.	Encerrado
Avaliação das Eleições 2014	Realizar o evento de avaliação das Eleições 2014 em novembro/2014.	Encerrado
Estatísticas das Eleições 2014	Gerar uma página de estatísticas das eleições, baseada nos dados do repositório de dados eleitorais para todos os anos de eleição, em formato único.	Encerrado
Relatório das Eleições 2014	Elaborar o Relatório das Eleições 2014: Relatar o processo eleitoral realizado em 2014, para fins de melhorias nos pleitos futuros, de dar mais transparência às atividades desempenhadas pela Justiça Eleitoral e, também, devido ao seu valor histórico. Relatar os principais feitos e jurisprudência das Eleições 2014. Disponibilizar as análises de prestação de contas. Promover a divulgação dos resultados eleitorais.	Execução
Programa Eleições 2016	Planejar de forma integrada e realizar as Eleições 2016.	Planejamento
Monitoramento e Controle de Aquisições para Eleições 2016	Visando melhorar a eficácia no acompanhamento e na divulgação das aquisições realizadas para as Eleições 2016, esse plano de ação objetiva criar uma rotina para elaboração e publicação de um extrato periódico com as informações das aquisições realizadas pelo TSE.	Encerrado
Planejamento do Calendário Administrativo 2016	Elaboração do calendário administrativo, a fim de integrar, monitorar e controlar os prazos relativos a ações, atividades, aquisições e contratações para o biênio 2015-2016.	Encerrado

▪ Não eleitorais:

Nome do Programa, Projeto ou Plano de Ação	Descrição	Fase
Acervo Processual Relativo à Meta Específica para 2015	Estudo do acervo dos processos do TSE, dos TREs e dos cartórios conforme classes processuais apresentadas pela SJD, para auxiliar na criação de mecanismo de mensuração que possa priorizar os julgamentos de acordo com a meta estabelecida no Encontro Nacional do Poder Judiciário realizado em novembro de 2014.	Encerrado
Ampliação da Carta de Serviços ao Eleitor	Promover a ampliação da Carta de Serviços ao Eleitor, com a inclusão das obrigações fixadas na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18.11. 2011.	Encerrado
Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade do TSE	Apresentar diagnóstico atual sobre o tema, bem como as propostas de melhoria à acessibilidade na Justiça Eleitoral Principal entrega: – relatório com as ações propostas.	Encerrado
Implementação da Estratégia no TSE 2015-2016	Implementar a estratégia no TSE consistindo na definição e na aplicação dos planos para condução das reuniões de análise estratégicas (RAE) e da comunicação da estratégia. Principais entregas: – Plano de Comunicação da Estratégia; – Relatório da Reunião de Análise Estratégica (RAE).	Encerrado
Implementação de Política de Gestão de Boas Práticas da Justiça Eleitoral	Destina-se a promover a implementação de Política de Gestão de Boas Práticas na Justiça Eleitoral, com o intuito de promover a coleta, a seleção e a disseminação dessas práticas, intensificando a colaboração institucional.	Execução
Planejamento Estratégico do TSE 2015-2020	Aprovar o Plano Estratégico do TSE para o sexênio 2015-2020, a fim de orientar as decisões e ações que envolvem os ciclos eleitorais do período do Planejamento Estratégico.	Encerrado

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Nome do Programa, Projeto ou Plano de Ação	Descrição	Fase
Relatório de Atividades do TSE – Ano 2015	Segundo a Resolução-TSE nº 23.443, de 22.4.2015, os titulares da Secretaria do Tribunal e da Secretaria-Geral da Presidência devem demandar às suas respectivas unidades subordinadas, até outubro do ano do exercício, a confecção dos relatórios que constituirão o relatório de atividades do TSE.	Execução
Simplificação dos Processos de Contratações do TSE	Visa auxiliar no estudo para a simplificação do processo de contratações no TSE solicitado pela Secretaria do Tribunal, por meio do mapeamento e da otimização do fluxo desse processo com foco nas mudanças relativas à utilização do SEI e posterior elaboração de um painel para o controle do andamento das contratações no Tribunal.	Execução
Implantação de ferramenta de gestão de projetos – Fase 2	Customizar o Microsoft Project Server 2010 para que ofereça informações que possibilitem tanto o ECP quanto os líderes de projetos e a alta administração a realizarem um acompanhamento mais eficiente dos diversos projetos corporativos, estratégicos e eleitorais do TSE.	Encerrado
Melhoria no Processo de Auditoria e Plano Anual	O projeto é decorrente da necessidade de melhorar o processo de auditoria bem como a elaboração do Plano Anual de Auditoria, respeitando a Portaria-TSE nº 300/2008, as leis e as normas associadas.	Encerrado
Melhoria no Processo de Fiscalização de Contratos de TI	Diante da criação do Núcleo de Fiscalização de Contratos na STI, surgiu a necessidade de melhorar o processo de fiscalização de contratos adaptando-o às novas condições de trabalho, à equipe e à recém-publicada Resolução-CNJ nº 182/2013. Além disso, é necessária a definição dos responsáveis por cada etapa e a implementação de controles mais efetivos.	Execução

Nome do Programa, Projeto ou Plano de Ação	Descrição	Fase
Melhoria no Processo de Produção de Decisões Judiciais	O projeto é decorrente da necessidade de melhorar o processo de Produção de Decisões Judiciais no Gabinete do Ministro Gilmar Mendes, otimizando o trâmite interno dos processos e definindo os responsáveis por cada atividade.	Execução
Sistema Nacional Integrado de Estatística Judiciária	Aperfeiçoar as estatísticas processuais da Justiça Eleitoral, de modo a criar instrumentos capazes de instruir o planejamento e a gerência da atividade jurisdicional da Corte, além de atribuir-lhe maior clareza.	Execução
Revisão do Regulamento da Secretaria do TSE	Revisar o Regulamento Interno da Secretaria, adaptando-o à nova estrutura estabelecida pela Resolução-TSE nº 23.401/2013, e redefinindo, quando for o caso, as atribuições de cada unidade.	Encerrado
Modelo de Operação Padrão das Asplans	Definir o modelo de operação das áreas de gestão estratégica da Justiça Eleitoral bem como estabelecer a finalidade e as competências das unidades responsáveis pelo tema, nos Tribunais. Em linhas gerais, vai definir sua estrutura organizacional, seu <i>staff</i> e seus recursos necessários à sua operação; identificar relacionamentos com as demais unidades organizacionais e elencar as ferramentas utilizadas para controle dos processos.	Execução
Reestruturação Organizacional TSE	Elaborar um estudo com o intuito de otimizar, rever, ajustar, modificar a atual estrutura orgânica do TSE.	Encerrado

Fornecimento de informações e dados estatísticos ao público externo e interno

A AGE, em parceria com a STI e a SJD, criou a nova página de estatística processual, a fim de melhorar o acesso à informação e a transparência em relação à produtividade e à tramitação processual do TSE. Cabe ressaltar que a criação dessa página constitui uma entrega do Projeto Sistema Nacional Integrado de Estatística Judiciária. A página se baseia no conceito de acervo processual e apresenta consultas por ministro. Além de obter informações sobre produtividade, recorribilidade

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

e acervo, segundo classes, situação e localização, também é possível consultar a listagem de processos originários e recursais do acervo e verificar o andamento de cada processo em tramitação individualmente. O *link* da nova página é:

<http://www.tse.jus.br/transparencia/estatistica-processual/estatistica-processual>

A estatística do TSE é responsável por gerir e dar suporte ao repositório de dados eleitorais, um compêndio de tabelas com dados brutos das eleições gerais a partir de 1945 e das eleições municipais, a partir de 1996, no qual se permite a ampla consulta e se possibilita o trabalho de estudiosos e pesquisadores. A cada processo eleitoral, é disponibilizado aos cidadãos um novo conjunto de dados de perfil de eleitorado, candidatos, resultados e prestação de contas de campanha.

A AGE também presta atendimento a relatos encaminhados pela Assessoria de Informação ao Cidadão (AIC). A AIC encaminha todos os pedidos relativos a dados quantitativos do TSE à AGE/DG. Os dados são consolidados e repassados à AIC para atendimento às demandas do público externo.

Além dos atendimentos via Assessoria de Informação ao Cidadão, a AGE atende demandas de informação e esclarecimentos por telefone e *e-mail*. Os atendimentos visam sanar as dúvidas que os pesquisadores possuem quanto aos dados disponibilizados pelo TSE, além de atender a solicitações de dados que não estão disponibilizados diretamente na Internet.

A AGE informa, mensalmente, o resultado da votação, por partido, para o cargo de Deputado Federal à Secretaria de Administração, a fim de subsidiar a distribuição do Fundo Partidário. A periodicidade dessas informações se faz necessária devido às frequentes retotalizações das eleições, que ocorrem em decorrência do julgamento de recursos de registros de candidaturas, alterando, assim, a destinação dos votos a candidatos *sub judice*.

A AGE é a responsável por fornecer informações acerca do resultado das eleições, a fim de subsidiar processos judiciais.

A unidade ainda faz a elaboração de pareceres e estudos estatísticos para a Presidência do Tribunal.

Além disso, ela presta auxílio à SGP na consolidação e na análise dos resultados da pesquisa de clima operacional 2015.

Está sendo desenvolvido pela AGE relatório das Eleições 2014, cujo conteúdo envolve as atividades administrativas, a jurisprudência e a consolidação dos dados quantitativos relativos a eleitorado, candidaturas, financiamento eleitoral e análise geoestatística dos resultados por meio de tabelas, mapas, infográficos, diagramas e textos.

Justiça em Números

O TSE informa, semestralmente, ao CNJ os valores das variáveis que compõem o programa Justiça em Números. Para isso, é necessário organizar informações processuais e administrativas de acordo com o glossário definido pelo CNJ.

Esse trabalho depende da parametrização das tabelas e da uniformização da entrada de dados no SADP, bem como do alinhamento das tabelas de classes, assuntos e movimentos utilizadas pela Justiça Eleitoral com as tabelas processuais unificadas do CNJ.

Em 2015, iniciamos as tratativas com a SJD para obter as informações processuais de forma automática, parametrizada e uniforme tanto para o TSE quanto para os TREs e cartórios.

Estatística para o Planejamento Estratégico do TSE

Após a publicação da Portaria-TSE nº 792, de 20.12.2014, iniciaram-se os trabalhos de elaboração do Planejamento Estratégico do TSE para o período de 2015 a 2020. Em complemento às três oficinas envolvendo as unidades do TSE, foram realizadas reuniões setoriais para auxiliar as unidades na definição dos indicadores e das metas para compor o planejamento.

Com objetivo de viabilizar a coleta e o acompanhamento dos indicadores relacionados à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, foi desenvolvida página na intranet do TSE, que possibilita a consulta parametrizada das variáveis que compõem o cálculo dos indicadores.

A AGE participou da construção dessa página de acompanhamento com o objetivo de definir e formalizar os requisitos e conceitos, delinear as regras de negócio e validar a ferramenta.

Os indicadores descritos na página de acompanhamento são:

- *Taxa de congestionamento de processos no TSE*: essa consulta permite verificar quantos processos foram autuados, baixados, bem como o estoque antigo de processos para avaliar tendências de aumento ou diminuição no acervo processual do TSE.
- *Índice de julgamento de processos antigos*: essa consulta permite verificar quantos processos autuados até determinada data já tiveram decisão no TSE e quantos ainda estão pendentes de decisão.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

- *Índice de tramitação do acórdão*: essa consulta permite verificar, por período, quantos processos foram julgados pelo Pleno e tiveram seu acórdão publicado em até 60 dias a partir da data de julgamento. Adicionalmente, é possível consultar a listagem daqueles processos que ainda não tiveram o acórdão publicado.
- *Índice de perda de mandato*: essa consulta permite verificar o quantitativo de processos originários e recursais que possam ensejar a perda de mandato estão tramitando no TSE e, desses, quantos já tiveram decisão, bem como consultar a listagem de processos.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes à Assessoria:

Indicador estratégico	Índice de execução da estratégia
Objetivo estratégico	Fortalecimento da governança
Tipo	Execução
O que se mede	Desempenho dos indicadores estratégicos em relação às metas estabelecidas
Para que medir	Monitorar a execução do Planejamento Estratégico
Quem mede	AGE
Quando medir	Quadrimestralmente
Como medir	Quantitativo de indicadores que atingiram a meta escalonada para o período ÷ quantitativo de indicadores da cesta
Fonte	Report das unidades responsáveis pela medição
Metas	Atingir 60% das metas escalonadas para 2015

- **Análise técnica**: 77% dos indicadores medidos atingiram a meta escalonada para o período, o que indica que, dos 22 indicadores medidos, 17 deles tendem a atingir a meta proposta até o fim do período de referência.

Assim, percebe-se que o indicador alcançou a meta estabelecida.

2.3. Assessoria de Informações ao Cidadão

Atividades finalísticas

A Assessoria de Informações ao Cidadão (AIC) apresenta o relatório de atividades finalísticas desenvolvidas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015.

No período, a Assessoria realizou 8.688 atendimentos ao cidadão:

Mês	Atendimentos
Dezembro	391
Novembro	729
Outubro	766
Setembro	919
Agosto	825
Julho	712
Junho	922
Maiο	747
Abril	676
Março	835
Fevereiro	695
Janeiro	471
Total	8.688

Contribuições ao Planejamento Estratégico

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes à AIC:

Indicador estratégico	Índice de atendimento ao cidadão
Objetivo estratégico	Garantia dos direitos de cidadania
O que se mede	O percentual de conformidade nos prazos de atendimentos às solicitações dirigidas à AIC e o grau de satisfação dos usuários
Para que medir	Avaliar a qualidade do serviço e a satisfação dos cidadãos em relação ao atendimento prestado pelo TSE
Quem mede	AIC
Quando medir	Mensalmente

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Como medir	Média aritmética entre o índice geral de satisfação dos cidadãos (total de respostas positivas à pesquisa de satisfação – bom ou excelente – ÷ total de respostas x 100) e a porcentagem de atendimentos realizados dentro dos prazos previstos (até 48 horas para encaminhamentos a outras unidades e até 8 horas para atendimento direto pela AIC).
Fonte	Relatórios emitidos pelo sistema AIC
Metas	Atingir 90% de média entre a conformidade com os prazos definidos pela AIC e a satisfação geral do cidadão

Histórico

Mês	Índice de Atendimento ao Cidadão
Dezembro	94,15
Novembro	90,89
Outubro	94,29
Setembro	92,63
Agosto	92,96
Julho	91,15
Junho	91,31
Maiο	93,33
Abril	90,28
Março	87,05
Fevereiro	93,61
Janeiro	99,93

Somente em março a meta não foi atingida, devido à quantidade de encaminhamentos que ultrapassaram o tempo-limite estipulado no índice (48 horas).

No referido mês, dos 30 encaminhamentos às unidades do Tribunal, 11 demandaram mais de 48 horas para conclusão, o que representou 36,67% de respostas acima do prazo máximo.

Cumpra esclarecer que a meta fixada no índice é consideravelmente inferior à estabelecida no art. 8º, § 3º e § 4º, da Resolução-TSE nº 23.435/2015 (15 dias, prorrogáveis por mais 10). Entretanto, graças à colaboração das diversas unidades, tem-se conseguido concluir boa parte das demandas dentro do prazo de 48 horas.

Lista de projetos e planos de ação da AIC

Alinhamento estratégico: Garantias do direito de cidadania

Iniciativa estratégica	Projeto ou Plano de Ação relacionado	Tipo
Ampliar a Carta de Serviços ao Eleitor*	Ampliação da Carta de Serviços ao Eleitor	Plano de ação

* Carta publicada em 21.7.2015.

Status: concluído.

2.4. Assessoria Jurídica

Atividades finalísticas

A Assessoria Jurídica tem como atividades finalísticas:

- Normas – elaboração e revisão de anteprojeto de lei e propostas de resoluções, instruções normativas e outros atos administrativos.
- Pronunciamentos Jurídicos – elaboração de pareceres, informações, estudos, consultas, especialmente no âmbito do Direito Administrativo.
- Licitações – exame, aprovação e questões interpretativas relacionadas a editais, cartas-convites, contratos, convênios, alterações ou aditamentos contratuais, e manifestação prévia quanto à dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- Instrução Processual – instrução processual ou de procedimentos administrativos encaminhados à Secretaria do Tribunal.
- apreciação de recursos – apreciação de recursos interpostos ao Diretor-Geral e às demais unidades da Secretaria do Tribunal.
- Legislação de pessoal – análise de manifestações proferidas pela SGP, a fim de subsidiar a tomada de decisão da Diretora-Geral e do Presidente deste Tribunal.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Nesse sentido, segue quadro demonstrativo com o quantitativo de processos analisados pela Assessoria Jurídica, separados por assunto e por mês.

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Pareceres (licitações e contratos/ pessoal)	45	51	85	51	79	48	31	44	62	77	101	46	720
Informações diversas	12	13	14	11	28	13	11	13	27	38	18	22	220
Chancelas	52	26	69	46	65	38	30	32	24	24	23	42	471
Análise jurídica	2	11	7	4	5	8	10	3	8	6	6	17	87

Dados atualizados até 31.12.2015.

2.5. Secretaria de Gestão de Pessoas

Atividades finalísticas

As atividades finalísticas da Secretaria de Gestão de Pessoas estão relacionadas nos itens seguintes.

Ações do Comitê Permanente de Gestão de Pessoas

Cabe ao Comitê Permanente de Gestão de Pessoas da Justiça Eleitoral, instituído pela Portaria-TSE nº 90, de 27 de fevereiro de 2015, realizar estudos, elaborar normas e instituir mecanismos de governança para assegurar o acompanhamento dos resultados e do desempenho da gestão de pessoas na Justiça Eleitoral.

O comitê é coordenado pela titular da Secretaria de Gestão de Pessoas do TSE e composto por: titulares das coordenadorias de Pessoal, de Atenção à Saúde, de Educação e Desenvolvimento e da Assessoria Técnica de Legislação de Pessoal da SGP/TSE; dois representantes titulares de cada região do país (originários dos TREs); e um representante suplente de cada região do país (originários dos TREs).

Regulamentações propostas pelo comitê

São as seguintes:

- Política Nacional de Gestão de Pessoas: trata-se de proposta para instituir uma política nacional de gestão de pessoas para a Justiça Eleitoral.

Protocolo nº 7.876/2015. Encaminhada em 22.4.2015.

- Execução de mandados (oficial de Justiça): trata-se de proposta de nova regulamentação sobre a designação de oficial de justiça, a forma de cumprimento de mandados e do reembolso das despesas pelo seu cumprimento, no âmbito da Justiça Eleitoral, revogando-se as atuais normas (resoluções-TSE nº 20.783/2001, nº 20.843/2001, nº 22.955/2008).

Protocolo nº 26.455/2011. Encaminhada em 28.9.2015.

- Requisição de servidores: trata-se de proposta de nova regulamentação do instituto da requisição de servidores no âmbito da Justiça Eleitoral, revogando-se a atual norma, a Resolução-TSE nº 23.255/2010.

Protocolo nº 6.020/2015. Encaminhada em 7.10.2015.

- Remoção de servidores: trata-se de proposta para alterar a Resolução-TSE nº 23.092/2009, que dispõe sobre a remoção dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo dos quadros de pessoal dos tribunais eleitorais e dá outras providências.

Em fase final de discussão pelo Comitê.

- Licença para capacitação: trata-se de proposta de regulamentação única da licença para capacitação de que trata o art. 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para toda a Justiça Eleitoral.

Em fase final de discussão pelo comitê.

Ações de Grupo de Trabalho Mesários – Eleições 2016

Cabe ao grupo de trabalho instituído pela Portaria-TSE nº 241, de 21 de maio de 2015, elaborar material instrucional para a capacitação de mesários e servidores, bem como estabelecer critérios, metodologias e estratégias que assegurem a aprendizagem dos conteúdos necessários ao trabalho dos mesários nas Eleições 2016.

O GT-Mesários é coordenado pela titular da Secretaria de Gestão de Pessoas do TSE e composto por servidores do TSE, dos TRE/MG, TRE/PE, TRE/PI e TRE/SP.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Produtos do grupo de trabalho

São os listados a seguir:

- Fórum Nacional de Chefes de Cartório.
- *Manual do Mesário* (sem biometria).
- *Manual do Mesário* (com biometria).
- Guia Rápido para Mesários.
- *Folder* Informações Úteis para Juízes.
- *Folder* Mesa Receptora de Justificativas.
- *Folder* Orientações para Fiscais de Partidos.
- *Folder* Orientações para Empregadores.
- Treinamento para multiplicadores.
- Treinamento para mesários.
- Vídeo de treinamento para mesários.
- *Hotsite* Canal do Mesário.
- Aplicativo para mesários.

Principais Ações em 2015

Coube ao GT-Mesários o planejamento e a execução dos seguintes planos de ação:

Plano de Ação	Situação/IDE*
Fórum Nacional de Chefes de Cartório (realizado em novembro/2015)	Em dia (IDE >= 90%)
Produção de Materiais Instrucionais para Mesários	Em dia (IDE >= 90%)
Produção de Treinamentos	Em dia (IDE >= 90%)
Mesário Web	Em dia (IDE >= 90%)
Gestão do GT-Mesários	Em dia (IDE >= 90%)

* Índice de Desempenho de Escopo (IDE) = \sum de entregas realizadas ÷ \sum de entregas planejadas até o mês anterior.

Regulamentações Aprovadas

São as seguintes:

- Resolução-TSE nº 23.445/2015, que dispõe sobre estudos e ajustes no Programa de Assistência à Saúde (PAS) do Tribunal Superior Eleitoral e dá nova redação a dispositivos da Resolução-TSE nº 23.361, de 13 de outubro de 2011, que dispõe sobre o instituto da dependência para fins de concessão de benefício.
- Resolução-TSE nº 23.448/2015, que aprova instruções para a aplicação da Lei nº 13.150, de 27 de julho de 2015, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos tribunais regionais eleitorais, destinados às zonas eleitorais, e transforma funções de chefe de cartório.

Gestão do Quadro de Pessoal do Tribunal

As tabelas seguintes retratam as atividades da gestão do quadro de pessoal:

Força de Trabalho

Força de trabalho (em 31.12.2015)	
Tipo	Quantitativo
Efetivos no TSE	629
Requisitados	28
Sem vínculo	10
Exercício provisório (requisitados)	7
Removidos para o TSE	59
Subtotal (1)	733
Estagiários	57
Adolescente aprendiz	59
Terceirizados	1.268
Subtotal (2)	1.384
Total	2.117

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Movimentação da Força de Trabalho

Movimentação da Força de Trabalho				
Força de trabalho	Autorizada	Efetiva	Ingresso	Egresso
Servidores efetivos no TSE		629	48	43
Servidores cedidos		56	10	16
Servidores em exercício provisório (cedidos)		14	4	1
Servidores removidos para outro Tribunal		68	8	10
Servidores afastados sem remuneração		8	5	1
Servidores em cargos efetivos	779	775		
Servidores requisitados		28	3	6
Servidores sem vínculo com a APF		10	1	1
Servidores em exercício provisório (requisitados)		7	1	1
Servidores removidos para este Tribunal		59	11	8
Total de servidores	779	879	64	59

Formação Educacional – Força de Trabalho (efetivos)

Grau de instrução do servidor	Cargo efetivo		Cargo em comissão		Função comissionada	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Ensino fundamental	1	1	-	-	-	-
Ensino médio	86	89	2	1	37	34
Graduação	127	128	32	31	68	66
Especialização	270	269	39	41	170	172
Mestrado	24	26	6	6	9	9
Doutorado	1	2	1	1	1	1

Ocupação de Cargos e Funções Comissionados – Postos Gerenciais

Cargo ou função ocupada	Quant.	Gênero do ocupante		Situação funcional		Faixa etária			
		M	F	Quadro	Outras	Até 30	31-40	41-50	Acima 50
Diretor-Geral	1		1		1				1
Secretário	8	6	2	6	2		0	4	4
Coordenador	25	9	16	22	3		9	15	1
Assessor-chefe	15	7	8	7	8		4	8	3
Presidente de comissão	1		1	1					1
Chefe de seção	82	46	36	74	8	5	32	34	11
Total	132	68	64	110	22	5	45	61	21

Índice de Rotatividade Externa*

Cargo	2014		2015	
	IRE**	IFT**	IRE**	IFT**
Analista Judiciário	1,16	98,84	0,26	99,74
Área Judiciária	0,51	99,49		
Área Administrativa	0,26	99,74	0,13	99,87
Área Administrativa, Contabilidade	0,13	99,87		
Área Apoio Especializado – Pedagogia	0,13	99,87		
Área Apoio Especializado – Análise de Sistemas	0,13	99,87		
Área Apoio Especializado – Medicina			0,13	99,87
Técnico Judiciário	2,2	97,80	2,06	97,94
Área Administrativa	1,55	98,45	1,42	98,58
Área Apoio Especializado – Programação de Sistemas	0,65	99,35	0,64	99,36
Índice geral	3,36	96,64	2,32	97,68

* Esse índice trata da relação entre o total de vacâncias e exonerações no cargo sobre o total de cargos efetivos providos.

* IRE: Índice de Rotatividade Externa; IFT: Índice de Força de Trabalho Efetiva

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Despesas de Pessoal

Folha de Pagamento – Valor Total em Reais(R\$)			
	2013	2014	2015*
Total	174.474.772,60	224.695.213,97	182.374.149,40
Serviço extraordinário	3.578.965,53	12.432.864,10	2.478.751,52
Jetons	702.661,74	963.757,05	803.221,77

Benefícios

Gastos com Benefícios – Valor Total em Reais (R\$)			
	2013	2014	2015*
Auxílio-alimentação	6.634.176,88	7.161.842,42	6.953.957,72
Auxílio-transporte	7.415,57	5.543,05	7.047,16
Assistência pré-escolar	1.181.766,13	1.322.384,61	1.408.686,94
Assistência médica (Amil)	6.617.502,68	7.760.016,62	7.608.573,89*
Assistência farmacêutica	752.318,71	855.667,23	787.777,01**
Reembolso odontológico	329.892,66	389.941,01	379.270,75

*Execução até novembro/2015 – previsão até dezembro/2015: R\$8.361.938,86.

**Execução até novembro/2015 – previsão até dezembro/2015: R\$859.170,11.

Quantidade de Reembolsos Concedidos			
Tipo	2013	2014	2015
Farmacêutico	5.880	6.097	5.428
Odontológico	364	354	1.005
Vacina	34	45	29

Beneficiários do Programa de Assistência à Saúde	
Servidores	1.146
Dependentes legais	1.416
Dependentes econômicos	219
Dependentes – Decisão judicial	5
Total	2.786

Licenças e Afastamentos Concedidos

Tipo de Licença ou Afastamento	Nº de concessões		
	2013	2014	2015
Afastamento para curso de formação	0	9	3
Faltas ao serviço	224	122	106
Licença à gestante	15	6	8
Licença para capacitação	203	79	242
Licença para interesses particulares	1	3	4
Licença por afastamento com exercício provisório	0	3	2
Licença-paternidade	23	23	23

Licenças médicas concedidas

Tipo de Licença ou Afastamento	Nº de concessões*		
	2013	2014	2015
Licenças médicas para tratamento da própria saúde	1.340	1.412	1.154
Licenças médicas para acompanhamento de pessoa da família	364	393	370
Licenças médicas por acidente de trabalho	0	0	0

* Em dias corridos de licença.

Educação Corporativa

Demonstrativo Orçamentário do Programa de Capacitação

Recursos do Programa de Capacitação			R\$ 1.500.000,00	
	Executado	A executar	Somatório	%
Diárias	87.450,51	-	87.450,51	4,5
Passagens	39.722,04	1.289,63	41.011,67	1,4
Bolsas pós-graduação	20.968,38	35.290,99	59.259,37	3,8
Capacitação	595.861,92	38.070,00	633.931,92	41,5
Total geral	R\$744.002,85	R\$74.650,62	R\$818.653,47	

Indicadores de Educação Corporativa

Indicadores de Educação Corporativa*	
Total de servidores em exercício nas unidades do Tribunal	733
Servidores capacitados**	431

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Indicadores de Educação Corporativa*	
Percentual de servidores capacitados	58,79%
Total de ações de capacitação	84
Total de vagas disponibilizadas	1.204
Média de participações por servidor capacitado	2,79
Carga horária total disponibilizada	11.201,30 horas
Carga horária média por servidor capacitado	26 horas
Investimento total***	R\$465.496,24
Recursos executados no TSE**	R\$438.185,90
Investimento médio por servidor capacitado	R\$1.016,67
Investimento médio por vaga utilizada	R\$363,94

* Dados coletados em 15.1.2016, referentes ao período de 1º.1.2015 a 31.12.2015.

** Não estão contabilizados os servidores dos TREs que participaram de algumas ações.

*** Descontados os investimentos em reembolsos de pós-graduação e diárias e passagens.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

Programa empreendido em atendimento ao disposto na Lei nº 11.416/2006, que prevê a capacitação obrigatória dos ocupantes de funções ou cargos de natureza gerencial. Composto por ações presenciais e a distância disponibilizadas em ambiente de aprendizagem com conteúdos de executivos e instituições renomadas, como a Harvard Business Publishing.

Programa de Desenvolvimento Gerencial	
Público-alvo	Secretários, assessores-chefe, coordenadores, chefes de seção e respectivos substitutos
Total de concluintes	92 gestores
Período de execução	Novembro de 2014 a novembro de 2015
Investimento em 2015	R\$ 89.310,00

Educação a Distância

Foram realizadas dez ações de capacitação a distância, divididas em quatro categorias:

- *Cursos de "prateleira"*: cursos adquiridos no mercado com conteúdo pronto para oferta. Foram ofertados três cursos autoinstrucionais para os servidores do TSE, previstos no Plano Anual de Capacitação (PAC) geral:

Curso	Carga horária	Servidores capacitados
Trabalho em equipe	3 horas	25
Excelência no atendimento	3 horas	12
Comunicação	4 horas	33

- *Cursos desenvolvidos*: elaborados por equipe própria, com apoio de conteudistas/especialistas do TSE e dos regionais.

Curso	Quantidade de módulos	Carga horária total
Gestão da Execução Contratual – Contratos e Serviços de TI	19	7 horas

- *Tutoriais desenvolvidos*: elaborados por equipe própria, com apoio de conteudistas/especialistas do TSE e dos regionais. São conteúdos para acesso rápido (*rapid learning*), destinados a servidores, colaboradores e sociedade, com foco nos sistemas de apoio deste Tribunal.

Tutorial	Quantidade de tutoriais	Carga horária total
Processo Judiciário Eletrônico (PJE)	66	6 horas

- *Cursos desenvolvidos – Conceituais*: foram ofertados dois cursos conceituais para servidores, colaboradores e sociedade, com foco em necessidades identificadas de desenvolvimento.

Curso	Carga horária	Pessoas capacitadas
Fiscalização da Gestão de Contratos	5 horas	32
Segurança da Urna Eletrônica	5 horas	Em andamento

- *Gestão de comunidades virtuais*: espaço para compartilhamento de boas práticas e/ou disseminação de conhecimento entre servidores do TSE e dos regionais.

Comunidade	Público-alvo
Prestação de contas eleitorais	Servidores da Asepa.
Programa de formação de fiscais de Contratos	Servidores designados fiscais de contratos do TSE.
Comunidade RHumos	Chefes e assistentes de chefia da SGP, do TSE e dos regionais.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Programa de Pós-Graduação

Em 2015, foi realizado o sexto processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação do TSE. O objetivo desse programa é fomentar o desenvolvimento profissional de servidores no âmbito do Tribunal por meio do custeio parcial de cursos de pós-graduação *lato sensu* em áreas de interesse do TSE, conforme estabelecido na Portaria-TSE nº 356, de 22 de junho de 2010.

Dados Comparativos dos Processos Seletivos		
	2014	2015
Nº de vagas ofertadas	10	10
Nº de servidores inscritos	16	7
Nº final de servidores participantes do programa de pós-graduação	6	5
Valor destinado	R\$90.000,00	R\$90.000,00
Investimento previsto	R\$20.647,65	R\$19.883,36
Investimento realizado	R\$17.015,40	R\$4.784,47

Adicional de Qualificação (AQ)

Tipo	Ações/cursos analisados	Nº de concessões
AQ ações de treinamento	773	370
AQ pós-graduação	37	32

Gestão do Clima Organizacional do TSE

A gestão do clima organizacional do TSE tem o objetivo de identificar o grau de satisfação dos servidores, de propor ações para melhorar o ambiente de trabalho e de monitorar a execução de tais ações.

A pesquisa de clima organizacional em 2015 contou com a participação de 48,7% dos servidores e 21,8% dos colaboradores. Essa foi a primeira vez que ela contou com a participação dos colaboradores, o que pode ter impactado seus resultados, se comparados com os de 2013 (data da última análise).

Dados da Pesquisa de Clima Organizacional do TSE		
Índice de favorabilidade por dimensão	2013	2015
Condições de trabalho	77%	84%
Comunicação interna	66%	74%

Dados da Pesquisa de Clima Organizacional do TSE		
Índice de favorabilidade por dimensão	2013	2015
Identificação com a Justiça Eleitoral	85%	89%
Liderança	76%	83%
Reconhecimento	69%	75%
Relação com o trabalho	73%	84%
Relacionamento interpessoal	75%	82%
Satisfação geral	73%	83%
Qualidade de vida	-	79%

Gestão por Competências – Ciclo 2015

O TSE adota desde 2005 o modelo de gestão por competências, para fins de desenvolvimento organizacional. Em 2015, o ciclo foi realizado com as fases de: revisão e priorização de indicadores de competências; avaliações e elaboração de plano de desenvolvimento para suprimento de lacunas ou *gaps* de competências.

Etapa de Revisão e Priorização

Nessa etapa, os gestores selecionam, em média, 30% dos indicadores de competências técnicas que serão avaliados e que podem ser objeto de ações de desenvolvimento.

Quantidade de indicadores de competência priorizados por ano		
2013	2014	2015
301	297	301

Etapa de Avaliação de Competências Técnicas

Essa avaliação visa identificar as competências técnicas adquiridas pelos servidores do Tribunal, bem como subsidiar, por meio da identificação de lacunas ou *gaps* de desenvolvimento, a elaboração do Plano Anual de Capacitação (PAC) do ano seguinte.

Avaliação de Competências Técnicas de 2015	
Competências avaliadas	39
Participantes da avaliação	Servidores e gestores do TSE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Avaliação de Competências Técnicas de 2015	
Instrumentos avaliativos (formulários)	Enviados: 2.326 Taxa de resposta: 69,8%
Quantidade de indicadores com <i>gap</i>	116 indicadores (38,5% dos indicadores priorizados)
Competências mais frequentes na priorização de 2015	Direito, normas e legislação Tecnologias de apoio Comunicação Auditoria Desenvolvimento de TI
Indicadores mais frequentes nas avaliações	Conhece e aplica o Direito Administrativo Conhece e aplica o Processo Civil Conhece, analisa e/ou aplica o Direito Eleitoral

Etapa de Avaliação de Competências Gerenciais

Essa avaliação visa identificar as competências gerenciais que necessitam de desenvolvimento. Nessa etapa, todos os ocupantes de funções ou cargos de natureza gerencial são avaliados pela totalidade de suas equipes imediatamente subordinadas. Também são avaliados por suas chefias imediatas e, em se tratando de secretários e coordenadores, acrescem-se avaliações de 30% dos servidores com subordinação mediata.

Anos	Questionários enviados	Questionários respondidos	Percentual de participação
2013	1.058	802	76%
2015	1.027	792	77%

De maneira geral, observou-se melhoria nos resultados gerais em todas as categorias de gestores, se comparado aos resultados de 2013, provavelmente em função do intenso programa de desenvolvimento gerencial empreendido.

Índice de Desenvolvimento Gerencial por Cargo		
Cargo	2013	2015
Secretários	88,69	89,14
Coordenadores	87,39	91,04
Chefes de seção	89,62	91,78

Índice de Desenvolvimento Gerencial por Cargo		
Cargo	2013	2015
Assessores-chefe	89,68	92,91
Assessores de ministro	93,73	95,60

Avaliação de Desempenho

Avaliação de Servidores em Estágio Probatório	
Servidores avaliados	116
Nº de avaliações (etapas 1 a 4)	232
Aprovações no estágio probatório – aquisição de estabilidade em 2015	27
Média das notas obtidas (considerando as etapas do estágio probatório)	91,52
Avaliação de Servidores para Progressão e Promoção	
Nº de servidores avaliados	308
Servidores progredidos ou promovidos em 2015	306

Lotações

Seleção Interna	
Nº de editais de seleção interna	8
Vagas disponibilizadas para movimentação interna de servidores	15
Lotações	
Nº de lotações e relotações*	165

* Servidores oriundos de concurso público, bem como aqueles provenientes de remoção, redistribuição e de movimentações internas.

Responsabilidade Social Institucional

Estágio Estudantil	
<i>Gestão do Programa:</i> recrutamento, atendimento de solicitações das secretarias do Tribunal, processo seletivo, contratação e desligamento, avaliação de desempenho, controle de folha de frequência, pagamento e a participação dos estagiários em eventos de capacitação (por instrutoria interna), avaliação do programa de estágio estudantil.	
Vagas previstas no contrato	78
Estagiários contratados	39
Estagiários desligados	49
Estagiários em exercício	57

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Adolescente Aprendiz

Gestão do Programa: programa de aprendizagem para adolescentes carentes de 15 a 17 anos. Envolve acompanhamento da aprendizagem dos adolescentes, aplicação de avaliação de desempenho, controle de folha de frequência, instrução do processo de pagamento, desenvolvimento de atividades educativas, monitoramento de comportamento/atitudes, bem como da situação escolar, que possam provocar o desligamento do contrato de aprendizagem.

Ação-destaque de 2015:

1. Manutenção do Espaço do Aprendiz, na Web.
2. Reunião mensal dos aprendizes do Cesam sobre assuntos de interesse dos aprendizes e de maior relevância no momento.

Vagas previstas no programa	78
Adolescentes aprendizes contratados até novembro de 2015	28
Adolescentes aprendizes desligados até outubro de 2015	35
Adolescentes aprendizes em exercício	59

Reeducando do Sistema Prisional

Descrição: contratação que atende à Recomendação-CNJ nº 21, de 16 de dezembro de 2008, para adotar programas de recuperação e reinserção social do preso e do egresso do sistema prisional, no âmbito da administração do Poder Judiciário.

Vagas previstas no programa	15
Vagas solicitadas para contratação em 2015	2

Gestão de Eventos Institucionais

Total de Eventos*			
Previstos	Cancelados	Realizados	Realizados (%)
264	20	244	93%

* Janeiro a novembro/2015.

Classificação dos Eventos Realizados por Tipo		
Tipo de evento	Total de eventos	Percentual
Eventos para Justiça Eleitoral	66	28%
Eventos para o TSE*	154	63%
Eventos de capacitação	16	6%
Outros órgãos**	8	3%
Total	244	100%

* Eventos que envolveram apenas servidores e/ou colaboradores do TSE.

** Eventos de outros órgãos com a utilização de espaço físico do TSE: termos de cooperação n°s 16/2013 (STF) e 22/2013 (TSE).

Participantes Atendidos em Eventos*			
TSE	TRE	Outros**	Total
11.125	3.608	1.733	16.466
(68%)	(22%)	(10%)	(100%)

* O quantitativo considera o participante em cada dia do evento e contabiliza servidores, colaboradores e visitantes.

** Participantes atendidos em solenidades de posse de ministros do TSE e outras cerimônias que contaram com o apoio logístico da SGP e/ou com a utilização da ata de registro de preços sob fiscalização da Secretaria.

Participantes Atendidos em Eventos por Espaço Físico*		
Espaço físico	Participantes atendidos	Percentual
Salas de treinamento no 2º andar	8.747	53%
Auditórios e foyer	6.154	37%
Outros espaços do TSE	1.541	10%
Total	16.466	100%

* O quantitativo considera o participante em cada dia do evento.

Eventos em Destaque

Destacam-se os seguintes eventos de grande porte organizados e coordenados pela unidade:

- 1º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral;
- Seminário de Licitações e Contratos da Justiça Eleitoral;
- 1º Fórum Nacional de Chefes de Cartório.

Gestão da ata de registro de preços para organização de eventos

A tabela a seguir é um resumo da execução da Ata de Registro de Preços nº 53/2014, que teve sua vigência encerrada no dia 30 de setembro de 2015.

Valor total da ARP	Valor executado	Percentual executado
R\$236.120,00	R\$131.781,00	56%

Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)

O PQVT foi estruturado em 2015 a partir de Plano Anual de Qualidade de Vida no Trabalho, contemplando campanhas de atenção à saúde e subprogramas relacionados à qualidade de vida.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Ações realizadas no PQVT

As ações do programa realizadas em 2015 foram as listadas nas tabelas seguintes.

Mês	Ação	Descrição
Fev.	Prevenção ao Câncer Bucal	Campanha informativa por <i>e-mail</i> e na intranet, além de consultas de avaliação odontológica.
Mar.	Mês da Nutrição	Campanha informativa por <i>e-mail</i> e na intranet.
Abr.	Mês de Combate à Hipertensão – Aferição de pressão e orientação: 167 participantes	Campanha informativa por <i>e-mail</i> e na intranet, além de realização de roda de conversa e aferição da pressão arterial.
Mai	Campanha de Vacinação contra a Gripe – 900 doses aplicadas: – 489 servidores; 294 dependentes; – 117 colaboradores.	Vacinação de servidores e dependentes.
Jun.	Campanha de Doação de Sangue e Medula Óssea Novos cadastros: – Doadores de sangue: 11 – Doadores de medula óssea: 4	Campanha informativa por <i>e-mail</i> e na intranet, além de visitas programadas ao Hemocentro para doação.
Jul.	Saúde Ocular – Exame de acuidade visual: 280 participantes	Campanha informativa por <i>e-mail</i> e na intranet, além de exames de acuidade visual e do lançamento do concurso cultural fotográfico Meu Olhar sobre meu Trabalho.
Ago.	Mês de Combate ao Tabagismo – Curso-Apoio Parar de fumar: 13 participantes	Campanha informativa por <i>e-mail</i> e na intranet; além do grupo de apoio antifumo aberto aos servidores e colaboradores.

Mês	Ação	Descrição
Set.	Mês do Meio Ambiente – Campanha de Sustentabilidade: 35 participantes – Contribuições: 59 participantes	Campanha informativa por <i>e-mail</i> e na intranet, além da enquete sobre sugestões de sustentabilidade para o TSE e entrega de mudas de ervas medicinais aos participantes.
Out.	Prevenção ao Câncer de Mama – Outubro Rosa	Campanha informativa por <i>e-mail</i> e na intranet.
	IX Jornada de Qualidade de Vida no Trabalho	Evento em homenagem ao dia do servidor público, no qual foram promovidas diversas atividades voltadas para a qualidade de vida no trabalho, dentre as quais: oficinas, palestras e espetáculos.
Nov.	Prevenção ao Câncer de Próstata – Novembro Azul	Campanha informativa por <i>e-mail</i> e na intranet, além de campanha de doação de fraldas (arrecadação de 128 pacotes de fraldas).
Dez.	Mês de Combate à Aids	Campanha informativa por <i>e-mail</i> e na intranet.

Subprogramas Iniciados no PQVT

Subprograma	Descrição
Exame Periódico de Saúde – Médico	Acompanhamento anual da saúde do servidor por equipe médica e de enfermagem no mês de seu aniversário.
Exame Periódico de Saúde – Odontológico	Acompanhamento anual da saúde bucal do servidor no mês de seu aniversário.
Pausa no Trabalho – Ginástica laboral	Práticas de alongamento no ambiente de trabalho, com vistas ao alívio do estresse e à reeducação da postura corporal, entre outros benefícios.
Pausa no Trabalho – Meditação e relaxamento	Orientação para práticas de relaxamento e meditação (individual e coletiva) por meio de exercícios.
Pausa no Trabalho – Ioga integrativa	Exercícios posturais combinados com técnicas de relaxamento e meditação.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Subprograma	Descrição
Reintegrar	Objetiva a readaptação, a reinserção e o acompanhamento de servidores que apresentem queixas de saúde e adoecimento físico e/ou psicossocial relacionados ao trabalho.

Subprograma Pausa no Trabalho

Atividade	Nº total de encontros	Nº total de participações
Alongamento	24	83
Meditação e relaxamento	46	274
loga Integrativa	47	230

Atendimentos médicos

Consultas eletivas	Pronto-atendimento		EPS*	Perícias médicas**	Total
	Servidores	Colaboradores			
945	493	510	157	300	2.405

* Exame periódico de saúde.

** Somando perícias de licenças médicas e juntas oficiais para análise de temas administrativos (aposentadoria, incapacidade laboral, etc.).

Atendimentos na enfermagem

Atendimentos e procedimentos	Exame Periódico de Saúde
4.192	152

Atendimentos odontológicos

Paciente	Atendimentos*	Procedimentos
Servidores	1.856	3.604
Dependentes	885	2.305
Colaboradores	63	151
Subtotal	2.804	6.060
Perícias**	1.709	
Total	4.513	

* Contempla consultas, inclusive oriundas do EPS odontológico.

** Perícias odontológicas podem compor análises documentais e vistas de exames que não configuram consultas. São atendimentos adicionais, demandando tempo de agenda.

Atendimentos psicossociais

Consultas eletivas	Pronto-atendimento		Total
	Servidor	Colaborador	
67	37	44	148

Contribuições ao Planejamento Estratégico

A seguir, encontram-se os resultados dos indicadores pertinentes à Secretaria de Gestão de Pessoas.

Indicador estratégico	Índice Geral de Desenvolvimento Gerencial
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
O que se mede	O percentual de gestores (chefes de seção, coordenadores, secretários e assessores-chefes) que alcançarem a média mínima na avaliação gerencial
Para que medir	Para aferir o desempenho gerencial dos servidores do TSE
Quem mede	SGP
Quando medir	Bienalmente, iniciando a 1ª medição em 2015
Como medir	Quantidade de gestores que alcançaram a meta do IDGI ÷ quantidade de gestores avaliados $IDGI^* = \sum \text{das médias de cada competência avaliada} \div \text{quantidade de competências}$
Onde medir	A medição é feita com o auxílio do sistema de avaliações do TSE
Metas	2015: alcançar 80% dos gestores com média mínima de 80% no IDGI
Medição em	28.10.2015
Valor apurado	92,2%
Observação	A medição é feita uma única vez, bienalmente, após a conclusão das avaliações gerenciais. Por essa razão, não há nova medição em dezembro.

* Índice de Desenvolvimento Gerencial Individual.

Indicador estratégico	Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
O que se mede	O percentual de cumprimento do Plano Anual de Capacitação (PAC).
Para que medir	Avaliar a aderência da execução das ações em relação ao planejamento

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Quem mede	SGP
Quando medir	Quadrimestralmente.
Como medir	$IPAC = \frac{\sum \text{de temas de capacitação realizados}}{\sum \text{de temas de capacitação planejados}} \times 100$
Onde medir	A medição é realizada por meio do cotejamento do PAC, autorizado pela DG e publicado na intranet do TSE, com os dados e as informações de execução extraídos do módulo de capacitação do SGRH e do Siafi
Metas	2015: executar 90% do PAC até o mês de dezembro 2016: executar 85% do PAC até o mês de dezembro
Medição em	15.1.2016
Valor apurado	31,3%

Indicador estratégico	Índice de execução de ações para melhoria do clima organizacional
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
O que se mede	O grau de investimento da organização na melhoria do clima organizacional
Para que medir	Verificar se há efetiva gestão do clima organizacional
Quem mede	SGP
Quando medir	Semestralmente
Como medir	Quantidade de ações realizadas ÷ quantidade de ações planejadas
Onde medir	A medição é realizada por meio do cotejamento das ações previstas no plano de gestão do clima, autorizado pelo Comitê Gestor do clima e publicado na intranet do TSE, com os dados e as informações de execução das ações registradas em procedimentos administrativos
Metas	2015: implementar 20% das ações previstas até o mês de dezembro 2016: implementar 70% das ações previstas até o mês de dezembro
Medição em	31.10.2015
Valor apurado	–
Observações	O Comitê Gestor do Clima Organizacional (CGCO) realizou duas reuniões e chegou a uma proposta de Plano de Gestão do Clima Organizacional para o biênio 2015-2016. As sete ações propostas no plano de gestão estão previstas para serem iniciadas em 2016, já foram autorizadas pela Diretora-Geral e aguardam a próxima reunião do Comitê Gestor, dia 26.1, para decisão sobre e quando implementá-las.

Indicador estratégico	Grau de Satisfação com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
O que se mede	O grau de satisfação dos participantes do programa
Para que medir	Balizar o planejamento das ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)
Quem mede	SGP
Quando medir	Semestralmente
Como medir	Por meio de pesquisa de satisfação
Onde medir	A medição é realizada por meio de questionário eletrônico aberto a todos os participantes, sendo a amostra razoável cerca de 30% do total de participantes
Metas	2015: pelo menos 70% de satisfação com o programa 2016: pelo menos 80% de satisfação com o programa
Medição em	Prevista para dezembro de 2015
Valor apurado	88,3%
Observações	Foi aplicada uma pesquisa de satisfação para cada ação do PQVT. Em cada avaliação foi observada a amostra de, no mínimo, 30% dos participantes e utilizada a mesma escala de avaliação. Para obtenção do índice, foi utilizado o somatório dos valores obtidos em cada item da escala, sem comprometer a sistemática estabelecida ao início – Número de ações do PQVT avaliadas: 7; total de participações: 1.330; total de respondentes às avaliações: 489 (37%)

Indicador estratégico	Índice de Governança em Gestão de Pessoas
Objetivo estratégico	Fortalecimento da governança
O que se mede	O grau de atendimento aos itens do IGOVPessoas relacionados ao Planejamento Estratégico da SGP, cujo nível de adoção da prática seja pelo menos parcial
Para que medir	Conhecer e avaliar o estágio de maturidade da governança em gestão de pessoas no TSE
Quem mede	SGP
Quando medir	Anualmente
Como medir	Total de itens do IGOVPessoas relacionados ao Planejamento Estratégico da SGP atendidos (total e parcialmente) ÷ total de itens do IGOVPessoas relacionados ao Planejamento Estratégico da SGP

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Onde medir	No Planejamento Estratégico da SGP e no questionário do IGOVPessoas
Metas	2015: 75% em dezembro 2016: 85% em dezembro
Medição em	26.10.2015
Valor apurado	67%
Observações	<p>A medição é feita uma única vez, anualmente, quando é aplicado o questionário de avaliação dos itens IGOVPessoas, relacionados ao planejamento da SGP. Em 2015, a avaliação foi realizada em outubro.</p> <p>O desempenho esperado não foi alcançado em virtude de algumas políticas e práticas relacionadas à governança e à gestão de pessoas, preconizadas pelo TCU, ainda não terem sido adotadas pelo TSE, na visão dos avaliadores (secretária, coordenadores e assessor). A SGP pretende fomentar, a partir de 2016, o início da adoção dessas práticas ou o estabelecimento de políticas, por meio de iniciativas ou projetos.</p>

Status dos Projetos e Planos de Ação da Unidade

Iniciativa estratégica	Projeto ou plano de ação relacionado	Status do projeto ou da ação
Promover a qualidade de vida no trabalho	Pesquisa de Satisfação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	Planejado/execução em dia
	IX Jornada de Qualidade de Vida no Trabalho	Concluído
Monitorar o clima e promover a prática dos valores organizacionais	Programa de Gestão do Clima Organizacional	Planejado/execução em dia
	Diagnóstico de Cultura Organizacional	Não planejado/fora do prazo

2.6. Secretaria de Gestão da Informação

As competências da Secretaria de Gestão da Informação estão listadas nos itens seguintes e divididas por coordenadorias e seções.

Coordenadoria de Biblioteca (Cobli)

A Coordenadoria de Biblioteca (Cobli) é a unidade responsável por gerenciar as atividades relacionadas a seleção, aquisição, tratamento técnico, guarda, conservação, controle, divulgação e disseminação do acervo doutrinário, legislativo e de preservação da memória da Justiça Eleitoral.

A Cobli tem em sua estrutura três seções: Seção de Acervos Especiais (Seesp), Seção de Biblioteca (SEBBL) e Seção de Legislação (Seleg), cujas atribuições estão citadas a seguir.

Seção de Acervos Especiais (Seesp)

A Seção de Acervos Especiais é a unidade responsável pela gestão do Museu do Voto e, portanto, tem a missão de resgatar, preservar e divulgar a memória eleitoral e a história eleitoral brasileira. Proceda à seleção, coleção, tratamento, armazenamento, preservação e difusão de documentos e objetos eleitorais ou funcionais, produzidos ou não pela Justiça Eleitoral. Gerencia e divulga, no *site* do TSE, informações referentes a biografia, bibliografia, composição e discursos dos ministros da Corte. Realiza atendimentos de pesquisas relativas à história eleitoral brasileira e coordena as atividades da Rede de Memória da Justiça Eleitoral (Reme).

Seção de Biblioteca (SEBBL)

A Seção de Biblioteca é responsável pela gestão da informação por meio do desenvolvimento de acervo doutrinário e do atendimento às necessidades informacionais de magistrados, servidores e colaboradores do Tribunal.

Seção de Legislação (Seleg)

A Seção de Legislação tem como principal atribuição reunir e indexar legislação eleitoral e partidária e normas de interesse da Justiça Eleitoral em base de dados a fim de atender às consultas externas e internas de forma célere e eficaz. As atividades dessa unidade estão voltadas para organização e disseminação da informação, dando, assim, suporte para publicidade dos atos de gestão e normatização do TSE. Ela ainda coleta, recepciona, analisa, inclui e atualiza os termos do *Glossário eleitoral brasileiro*.

Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip)

A Cedip possui a atribuição de preparar, revisar, editar, imprimir e comercializar as publicações impressas do TSE. Atribuem-se a ela também as atividades de preparação e publicação dos conteúdos da Internet (portal do TSE) e da intranet.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

A Cedip tem em sua estrutura quatro seções: Seção de Análise e Preparação de Conteúdos (Seapi); Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov); Seção de Impressão e Distribuição (Seidi); Seção de Preparação e Revisão de Originais (Seprev); cujas atribuições estão citadas a seguir.

Seção de Análise e Preparação de Conteúdos (Seapi)

A Seção de Análise e Preparação de Conteúdos (Seapi) é responsável pela gestão de conteúdos da intranet e do portal do TSE, além de dar suporte diário (via *chat*, *e-mail* e telefone) aos 24 regionais que aderiram ao Plone, e pela publicação do *Diário da Justiça Eletrônico (DJE)*, do *Boletim Interno* e do *Informativo TSE*.

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov)

A Seção de Editoração e Programação Visual é a unidade que planeja e desenvolve projetos gráficos para mídia impressa e digital. Entre as atividades realizadas pela Seção, citem-se: a editoração e a diagramação de publicações do Tribunal, segundo os padrões adotados pela SGI; a preparação da arte-final e do desenvolvimento de padrões gráficos para as publicações impressas e para o ambiente Web do TSE; a concepção de *sites* e de CDs interativos; e a criação dos mais variados produtos personalizados para atender às demandas das unidades do Tribunal. Ressalte-se que a etapa de editoração complementa a elaboração do projeto gráfico.

Seção de Impressão e Distribuição (Seidi)

A Seção de Impressão e Distribuição (Seidi) é a responsável pela confecção dos produtos gráficos do Tribunal, provendo os serviços de impressão e de reprografia.

Seção de Preparação e Revisão de Originais (Seprev)

A Seção de Preparação e Revisão de Originais é a unidade responsável pela preparação e revisão das publicações do TSE, segundo os padrões adotados pela SGI, além de cuidar do tratamento editorial e gramatical/ortográfico das publicações da Casa, tais como: *Código Eleitoral anotado e legislação complementar*, *Instruções do TSE*, *Revista de Jurisprudência*, *site Você & Direito*, *Informativo TSE* e *Boletim Interno*. Acrescente-se a isso o apoio que a Seprev dá às unidades do Tribunal na redação de textos e no esclarecimento de dúvidas referentes à língua portuguesa.

A Seprev revisa, ainda, conteúdos das páginas da intranet e do portal do TSE na Internet, utilizando, para isso, as recomendações de redação Web.

Coordenadoria de Jurisprudência (Cojur)

A Coordenadoria de Jurisprudência tem como atribuição acompanhar as publicações das decisões do Tribunal, selecionar, alimentar o banco de dados de jurisprudência, processamento técnico, pesquisa e organização de publicações.

Atribui-se também à Cojur a elaboração dos conteúdos do *Código Eleitoral anotado e legislação complementar* (11ª edição finalizada e distribuída); *Instruções do TSE*, *Revista de Jurisprudência do TSE* e a *Coletânea de jurisprudência do TSE – organizada por assunto*.

Em se tratando da estrutura, três seções fazem parte da Cojur: Seção de Análise de Jurisprudência (Seajur), Seção de Pesquisa de Jurisprudência (Sepjur) e a Seção de Seleção e Divulgação de Jurisprudência (Sedjur).

Seção de Análise de Jurisprudência (Seajur)

A Seajur é responsável pela análise e indexação dos acórdãos e resoluções do Tribunal, cujo processo também envolve catalogação e registro de outros dados pertinentes da decisão na base de dados de jurisprudência.

Além disso, a seção é responsável pela classificação e elaboração de notas de edição das decisões para os itens da *Coletânea de jurisprudência do TSE – Organizada por assunto* e pela atualização do *site* Julgados Históricos.

Seção de Pesquisa de Jurisprudência (Sepjur)

A Sepjur é a responsável pela realização de pesquisas de jurisprudência; manutenção e atualização da tabela de prazos de desincompatibilização, elaboração dos fascículos da *Revista de Jurisprudência do TSE* (atualmente estão em fase de elaboração, revisão e editoração os fascículos 25.4 e 26.1), bem como pela seleção de decisões do TSE para envio a órgãos internacionais. A Sepjur é responsável, também, pelos plantões de atendimento jurisprudencial aos usuários durante as sessões noturnas de julgamento.

Seção de Seleção e Divulgação de Jurisprudência (Sedjur)

A Sedjur é a responsável por selecionar acórdãos e decisões monocráticas (publicadas no *DJE* e, no período eleitoral, em mural e em sessão) que devam compor a base de jurisprudência do TSE; selecionar decisões do STF, em matéria eleitoral; manter o conteúdo do *Código Eleitoral anotado e legislação complementar* atualizado na versão eletrônica na Web; elaborar a respectiva versão impressa; consolidar as publicações das *Instruções do TSE* referentes às eleições.

Coordenadoria de Protocolo, Expedição e Arquivo (Copea)

A Copea é a unidade técnica do Tribunal responsável pela gestão documental e pela preservação das informações arquivísticas, independentemente de o suporte ser físico ou digital.

São unidades vinculadas à Copea: Seção de Arquivo, Seção de Documentos Eletrônicos e Seção de Protocolo e Expedição.

Seção de Arquivo

A Seção de Arquivo (Searq) é a unidade administrativa que realiza, entre outras atribuições, a classificação, o arquivamento, o desarquivamento, o empréstimo e a migração de documentos e processos; a criação e atualização de instrumentos arquivísticos (Plano de Classificação, Tabela de Temporalidade dos documentos do TSE, inventário, guia de arquivo, manual de tipologia); o descarte e a eliminação de documentos; a elaboração e execução da política de gestão documental do TSE; o atendimento de pesquisas no acervo do TSE; o acesso aos dados e às informações arquivísticas; e o treinamento e orientação das unidades do TSE sobre gestão documental.

Seção de Documentos Eletrônicos

A Seção de Documentos Eletrônicos (Sedexp) é a unidade administrativa que tem por atribuição, dentre outras, a gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI); a gestão do sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (ITAR); a digitalização de documentos e conversão de formatos; o atendimento de pesquisas de documentos administrativos digitalizados e decisões colegiadas; a disponibilização de áudios das decisões publicadas em sessão (Res.-TSE nº 23.172/2009) e a elaboração de políticas e gestão dos documentos digitais do TSE.

A seção presta, ainda, atendimento na pesquisa de documentos e na solução de dúvidas dos sistemas SEI, ITAR e, anteriormente, SIGAD. A digitalização de documentos envolve: acórdãos, resoluções, ofícios, portarias, instruções normativas, certidões, atas, pareceres jurídicos, atos da Asjur, provimentos-CGE, informações-SCI, prestação de contas e outros.

Seção de Protocolo e Expedição

A Seção de Protocolo e Expedição (Seprot) é responsável, entre outras atividades, por controlar e gerenciar o recebimento de correspondências, documentos,

procedimentos administrativos e processos judiciais no Tribunal; selecionar, protocolizar, indexar e distribuir as correspondências institucionais, fac-símiles, documentos e procedimentos administrativos no âmbito do Tribunal; supervisionar o trâmite documental, informar ao usuário e orientá-lo sobre recuperação e controle de documentos institucionais; controlar e gerenciar a expedição de correspondências, telegramas, documentos, procedimentos administrativos e processos judiciais do Tribunal; e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmado entre o TSE e a ECT.

Atividades Finalísticas

As atividades finalísticas da Secretaria de Gestão da Informação listadas nos itens seguintes estão divididas por coordenadoria.

Coordenadoria de Biblioteca (Cobli)

Os produtos e serviços da Coordenadoria de Biblioteca são os listados a seguir:

- *Blog*, página no Twitter, Biblioteca Informa, série *Bibliografia Selecionada*, *Tesouro*, torpedos literários, Ação de Incentivo à Leitura Cora Corujita, saraus literomusicais; exposição A Saga da Reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945: História e Cultura dos 70 anos da Redemocratização no Brasil, inaugurada em 6 de agosto de 2015 e elaboração do catálogo do evento; exposição Urnas Eletrônicas e Sustentabilidade, ação integrante da 13ª Semana de Museus, realizada em 19 de maio de 2015, e do evento II Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário do STJ, realizado em 28 e 29 de maio de 2015. Base de atos e normas da Justiça Eleitoral; *Você & Direito*; SinTSE; InfoSeleg; *Glossário eleitoral brasileiro* e cartilha de perguntas frequentes sobre eleições.
- Empréstimo de material bibliográfico; empréstimo entre bibliotecas, atendimento de pesquisas, seleção, aquisição e tratamento do material bibliográfico para recuperação de informações; elaboração de fichas catalográficas; elaboração e revisão de referências bibliográficas; gestão da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral. Manutenção da base de dados dos ministros e membros da Justiça Eleitoral; atendimento de pesquisas sobre a história eleitoral brasileira; assessoria e entrevistas sobre temas relativos à história eleitoral brasileira; visitas guiadas ao Museu do Voto; tratamento técnico de documentos, objetos, fotografias e vídeos de valor histórico; realização de atividade educativa do evento

Urnas Eletrônicas e Sustentabilidade; e pesquisa histórica para a agenda institucional de 2016. Atendimento de pesquisa em legislação eleitoral e partidária; tratamento técnico de portarias, resoluções, provimentos, instruções normativas, ordem de serviço; manutenção da base de conhecimento; e disseminação de atos e normas da Justiça Eleitoral.

Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip)

Os produtos e serviços da Coordenadoria de Editoração e Publicações são os listados a seguir:

- Gestão de contratos: a Cedip é responsável pela gestão de 15 contratos, dentre eles: o contrato de prestação de serviços de revisão de textos e os de confecção de produtos eleitorais.

Contratações	Produtos
Eleitorais	Título, RAE, RJE e lacres de urnas
Terceirização (prestação de serviço)	Revisão de textos Serviços gráficos Serviços Web Serviços editoriais
Manutenção	Impressoras e equipamentos gráficos de grande porte
Prestação de serviço	Serviços gráficos Material de consumo gráfico Banco de imagens

- Produção de impressos: foram produzidos, entre impressos e cópias, o total de 760.567 folhas no período de 1º de janeiro a 18 de dezembro de 2015. No transcorrer do ano, foram vendidos 252 unidades do *Código Eleitoral anotado e legislação complementar* (11ª edição) e 65 unidades da *Revista Estudos Eleitorais*, publicações produzidas pela Seidi.

- Gerenciamento da manutenção de impressoras: a Cedip gerencia a manutenção das impressoras multifuncionais de grande porte do TSE. Para tanto, ela mantém três contratos vigentes, para o correto funcionamento de 11 impressoras multifuncionais localizadas nas diversas áreas do TSE. No início do ano, foram adquiridos três

equipamentos de grande porte para atualização do maquinário gráfico, sendo uma impressora colorida e duas impressoras monocromáticas.

- Gerenciamento de produtos eleitorais impressos: os produtos eleitorais Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE), Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE), Título Eleitoral e Folha de Votação de Eleições Suplementares também são gerenciados pela Cedip. Foram impressas 12 mil folhas de votação para eleições suplementares. Foi registrado preço para aquisição de 40 milhões de unidades de títulos eleitorais, dos quais 30 milhões, em 2015, foram adquiridos e entregues. Uma nova consulta está em andamento para avaliar a necessidade de nova aquisição para o ano 2016. Por meio de consulta aos regionais sobre o quantitativo de formulários para 2016, verificou-se demanda de 710 milhões de formulários de Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE) – suprida por remanejamento – e de 20.122 milhões de formulários de Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE). Abriu-se licitação para registro de preços de ambos os formulários que supra a demanda de RJE apurada e, ainda, eventuais necessidades para o próximo ano.
- Aquisição de lacres de urnas: a aquisição de lacres de urnas foi transferida da STI para a Seidi/Cedip, que já está realizando, em parceria com aquela unidade, as atividades referentes à contratação para as próximas eleições.
- Livros impressos e digitais: dentre os produtos revisados e editorados pela Cedip destacam-se:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Publicação	Tipos de produtos	Publicação	Quantidade impressa	
Registro Civil Nacional		Impressa	420	
Mesários 2015		Web	-	
Revista Eletrônica da EJE		Web	-	
Boletim Interno (mensal)		Web	-	
Relatório de Atividades 2014		Web	185	
Revista de Jurisprudência do TSE (trimestral)		Web	-	
Perguntas Mais Frequentes do Sistema Eletrônico de Votação – Português/Inglês		Web e Impressa	400	
Agenda 2016		Identidade visual	Impressa	Em confecção
Guia rápido da MGP 3.0		Editoração	Web	-
Informativo do TSE		Revisão de texto	Web e Impressa	1.772
Pesquisa Eleições 2014			Impressa	50
Carta de Serviços ao Eleitor (2ª edição)			Web	-
Revista Estudos eleitorais (trimestral)			Web e Impressa	12
Manual QR Code			Web	-
Livretos de viagem – Ministro Presidente			Impressa	113
Suplemento do Código Eleitoral		Web e Impressa	225	

- Outros produtos editoriais: são confeccionados, ainda, outros produtos como cartões de visita, cartão de cumprimentos, certificados, placas de sinalização, arquivos diversos impressos na impressora Plotter, calendários, carteiras funcionais, formulários de licença médico-odontológica, etc.
- Projeto de alteração dos portais da Justiça Eleitoral: a Cedip desenvolveu projeto de alteração dos portais da Justiça Eleitoral, com alteração da arquitetura da informação, de usabilidade, navegabilidade e leiaute, contemplando demandas da Presidência, Asics e dos regionais.
- O TRE/SE manifestou interesse em participar do Projeto Portal da Justiça Eleitoral. A implantação ocorreu em 10.12.2015. Assim, até o

momento, estão pendentes de aderir ao projeto do portal apenas os regionais do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Até dezembro de 2015, a Seapi atendeu 2.890 chamados referentes a intranet, Internet e gerenciamento do uso do Plone. Até 31 de dezembro, as páginas do portal do TSE foram acessadas mais de 67 milhões de vezes. Já a intranet teve, no mesmo período, mais de 2,4 milhões de acessos. Os sítios que fazem parte do portal da Justiça Eleitoral possuem 10.434 páginas, sendo 1.667 do TSE. A intranet do TSE possui 2.158 páginas.

- Apoio a eventos institucionais: além das diversas publicações confeccionadas e disponibilizadas, a Cedip, por meio das atividades finalísticas de suas unidades, deu apoio a diversos eventos, dentre os quais podemos destacar:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Eventos	Tipos de produtos
Conferência Internacional A-WEB	
Audiências Públicas	
<i>Workshop</i> para Jornalistas TSE	
Jornada de Qualidade de Vida	
Curso de Diretrizes Pedagógicas Enfam	
Encontro de Diretores das Escolas Judiciárias Eleitorais	
Primeiro Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral	
Fórum Nacional de Chefes de Cartório	
XI Seminário de Licitações e Contratos da Justiça Eleitoral	
Posse do Ministro Herman Benjamim e da Ministra Maria Thereza	
Programa Qualidade de Vida no Trabalho	
Relatório de Avaliação das Eleições 2014	Identidade visual
Feira Tecnológica-OEA	Editoração
Posse do Ministro Jorge Mussi	Revisão de texto
Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG Pratique)	Impressões*
Pesquisa Clima Organizacional	
Encontro de Coordenadores das EJs	
Encontro de Secretarias Judiciárias	
Inauguração da Biblioteca Digital	
X Reunião Interamericana	
Fiscalize Legal	
Semana de Acessibilidade	
Evento de Avaliação das Eleições	
Concurso de Monografias do TSE	
Palestra de Sensibilização do PJE	
Exposição – Faap	
Implantação do sistema SEI	
2º Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário (STM)	Identidade visual
Seminário Reforma Política	Editoração
Congresso Internacional sobre Financiamento Eleitoral e Democracia	Revisão de texto
70 anos de Reinstalação da Justiça Eleitoral	Impressões*
	<i>Hotsite</i>

*As impressões envolvem cartazes, *banners*, totens, saias de mesa, convites, prisms, certificados, crachás, livretos, *folders*, entre outros, em quantidades que dependem da importância e do porte do evento.

Coordenadoria de Jurisprudência (Cojur)

Os produtos e serviços da Coordenadoria de Jurisprudência são os listados a seguir:

- Análise e indexação das decisões do Tribunal; Sistema de Jurisprudência – novo SJUR; elaboração e atualização dos conteúdos do *Código Eleitoral anotado e legislação complementar*; elaboração e atualização dos conteúdos da publicação *Instruções do TSE – eleições*; elaboração do conteúdo da *Revista de Jurisprudência do TSE*; elaboração e atualização dos conteúdos da publicação *Julgados históricos*; elaboração e atualização da *Coletânea de jurisprudência do TSE – Organizada por assunto*; elaboração e atualização da Tabela de Prazos de Desincompatibilização; atendimento aos públicos interno e externo quanto à informação jurisprudencial (pesquisas de jurisprudência); adaptação da ferramenta de busca GSA (Google Search Appliance) para a pesquisa jurisprudencial.

Coordenadoria de Protocolo, Expedição e Arquivo (Copea)

Os produtos e serviços da Coordenadoria de Protocolo, Expedição e Arquivo são os listados a seguir:

- Números gerais: até o levantamento deste relatório, foram recebidos 35.170 documentos: 25.651 administrativos, 6.636 da CGE e 2.883 da área jurídica. A Seprot é responsável pela fiscalização do Contrato nº 79/2012, firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para expedição de correspondências. Até este relatório, foram expedidas 23.173 correspondências, com custo total de R\$296.388,16. Foram digitalizados 10.720 documentos, com aproximadamente 405.199 páginas. Foram realizados 1.159 atendimentos. Foram arquivados 8.589 documentos; classificados 2.616 documentos; confeccionadas 3.640 camisas e espelhos de identificação; desarquivados 126 processos/procedimentos; e emprestados 450 documentos. Atendimentos e consultas: 220.
- Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral (PGD-JE): estabelecido pela Resolução nº 23.379/2012, visa ao desenvolvimento de infraestrutura para as áreas de gestão documental, a promoção

do desenvolvimento, o uso de técnicas de gestão da informação e a promoção de pesquisa na área arquivística no âmbito da Justiça Eleitoral. Em 29 de abril, foi publicada a Portaria nº 201, que aprovou o Regulamento do Comitê de Gestão Documental da Justiça Eleitoral (CGD-JE). Foi encaminhado o regulamento aprovado aos integrantes do PGD.

- Autos judiciais findos da Justiça Eleitoral: análise e elaboração da tabela de temporalidade de autos judiciais findos, inclusive os eletrônicos, da Justiça Eleitoral (Portaria nº 198/2011). Foi realizado estudo do valor do documento para a instituição e para a sociedade. A proposta foi submetida a consulta pública. No *site* do CNJ, há tabelas dos órgãos que aprovaram e realizaram estudos, a exemplo da Justiça do Trabalho.

- Sigilo de documentos: visa realizar estudos para regulamentar a produção, o registro, a transmissão, a consulta, a tramitação, o manuseio, a guarda de dados, o processamento, o transporte, a divulgação de dados, o acesso, a reprodução, a publicação, o arquivamento e desarquivamento de documentos e os processos sigilosos da Justiça Eleitoral, conforme a Portaria-TSE nº 96/2012. Na sessão plenária de 5 de fevereiro de 2015, o TSE aprovou a Resolução nº 23.435, que regulamentou, no âmbito da Justiça Eleitoral, o acesso à informação. De posse do rol de informações sigilosas, fornecido pelas unidades, a coordenadoria elaborou proposta de portaria para criar grupo de trabalho responsável pelo tratamento e pela análise das informações sigilosas do TSE. Processo gerado no SEI sob o nº 2015.00.000000001-6.

- Sistema Eletrônico de Informações (SEI): o TSE disponibilizou o sistema para utilização opcional no dia 22 de junho de 2015 e estabeleceu sua utilização obrigatória a partir do dia 15 de julho para todas as unidades do Tribunal. As seções da Copea contribuíram para a implantação do SEI e, conjuntamente, respondem pela configuração do sistema em seus aspectos de gestão documental, aplicando os tipos e conceitos do Plano de Classificação, avaliação e destinação das informações e documentos do TSE. Além do suporte aos usuários no esclarecimento de dúvidas, a coordenadoria realizou treinamento para colaboradores e servidores no segundo semestre de 2015.

- Sistema de Gestão da Qualidade: com o final do contrato com a Empresa Falcão Bauer, a certificação ISO 9001:2008 expirou em outubro de 2014, entretanto, a Seprot permanece internamente com controle e monitoramento das atividades relacionadas ao gerenciamento da entrada de documentos no TSE.
- SITDOC – Revisão do Sistema de Inteiro Teor de Documentos: consiste em proposta de novo sistema para substituir o Itar. A intenção é criar solução que abranja os documentos atualmente gerenciados pelo Itar e incluir novos acervos, em especial os anteriormente incluídos no Projeto Acervo Multimídia. O cadastramento dos tipos documentais e dos metadados já está funcional. O leiaute do sistema deverá ser modificado para atender às normas de editoração Web da Cedip.
- Organização das normas internas (Portaria nº 679/2014): a Sedexp participa de grupo de trabalho destinado a reorganizar, compilar, sistematizar e viabilizar a disponibilização de acórdãos, resoluções, atos, instruções normativas, ordens de serviço e portarias no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral. O principal objetivo do grupo é manter atualizações quanto à vigência das normas internas, além de facilitar a busca e disponibilização desses documentos legais, incluindo-se aqui o público externo, tendo em vista a ostensividade dos documentos envolvidos.
- Diretrizes e bases de gestão eletrônica de documentos: visa ao estabelecimento de diretrizes, padrões e normas que devem nortear a gestão de documentos eletrônicos, em especial sistematizar conceitos e estratégias relativos à gestão e à preservação desses documentos.
- Migração das informações contidas nos DVDs referente aos contratos nºs 6/2005 e 2/2009 para o repositório confiável CAMELO.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico do TSE 2015-2020 prevê para a SGI o desenvolvimento do objetivo estratégico *Garantia dos direitos de cidadania* e a implementação de duas iniciativas estratégicas: *Aprimorar o atendimento das pesquisas de informações administrativas, arquivísticas, doutrinárias, históricas, jurisprudenciais e legislativas*; e *Implementar a Biblioteca Digital do TSE*.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

O objetivo está sendo desenvolvido por meio da medição do indicador *Índice de acessibilidade ao portal do TSE*; e as iniciativas, por meio das ações indicadas nos próximos parágrafos.

Indicador estratégico *Índice de Acessibilidade ao Portal do TSE*

A tabela seguinte contém o resumo do indicador estratégico.

Indicador estratégico	Índice de Acessibilidade ao Portal do TSE
Objetivo estratégico	Garantia dos direitos de cidadania
O que se mede	A pontuação do portal do TSE em ferramenta de medição de acessibilidade
Para que medir	Avaliar a acessibilidade do portal do TSE aos usuários com deficiência e restrições transitórias
Quem mede	SIG
Quando medir	Mensalmente
Como medir	Ferramenta de medição de acessibilidade
Fonte	Sítio: < www.acessibilidade.gov.pt/accessmonitor >
Metas	2015: alcançar a pontuação 6.5 no sítio até o final do exercício 2016: alcançar a pontuação 7.0 no sítio até o final do exercício
Histórico	Pontuação (verificação mensal) Janeiro a abril: 6.4 Maio a novembro: 6.9
Área responsável	Coordenadoria de Editoração e Publicações

Projeto Sistema Eletrônico de Informação (SEI)

As principais características do projeto são:

- Alinhamento estratégico: garantia do direito de cidadania.
- Iniciativa estratégica: aprimorar o atendimento das pesquisas de informações administrativas, arquivísticas, doutrinárias, históricas, jurisprudenciais e legislativas.
- Objetivo: facilitar o acesso às informações institucionais, por meio da implantação do Sistema Eletrônico de Informações no Tribunal Superior Eleitoral.
- *Status*: finalizado.

Projeto Biblioteca Digital

As principais características do projeto são:

- Alinhamento estratégico: fortalecimento da governança.
- Iniciativa estratégica: implementar a Biblioteca Digital do TSE.
- Objetivo: ampliar o acesso à sociedade de conteúdos relativos a eleições, matéria eleitoral e partidária e a produção institucional da Justiça Eleitoral.
- *Status*: em execução, com lançamento realizado em 26 de novembro de 2015.

Implementação do novo Sistema de Jurisprudência (SJUR)

As principais características do projeto são:

- Alinhamento estratégico: garantia do direito de cidadania.
- Iniciativa estratégica: aprimorar o atendimento das pesquisas de informações administrativas, arquivísticas, doutrinárias, históricas, jurisprudenciais e legislativas.
- Objetivo geral: desenvolver nova versão do Sistema de Jurisprudência da Justiça Eleitoral visando ampliar, à sociedade, o acesso de conteúdos relativos à jurisprudência eleitoral e partidária da Justiça Eleitoral.
- Objetivos específicos: aprimorar os processos de análise de documentos de jurisprudência nos tribunais eleitorais; aumentar o grau de estabilidade e confiabilidade do sistema de jurisprudência; unificar e centralizar bancos de dados visando facilitar manutenção e localização de informações; melhorar a pesquisa de jurisprudência com opções de filtragem por metadados; contribuir para a sustentabilidade e o meio ambiente, com a eliminação do uso de papel na análise documentária; integração com o PJE; unificação de sistemas para produção dos produtos da Coordenadoria de Jurisprudência.
- *Status*: em execução, com implementação da 1ª etapa prevista para o primeiro trimestre de 2016.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

- Etapas previstas:
 1. Conclusão e homologação das funcionalidades desenvolvidas. (previsão de entrega: fevereiro de 2016).
 2. Implementação no TSE (previsão: março de 2016).
 3. Implementação no TRE (piloto – previsão: abril de 2016).
 4. Implementação nos demais TREs (previsão: maio de 2016).
 5. Conclusão das funcionalidades para gestão dos produtos da coordenadoria disponíveis eletronicamente (previsão de entrega: 2º semestre de 2016).
 6. Conclusão das funcionalidades de relatórios e demais configurações (previsão de entrega: 1º semestre de 2017).

Pesquisa da SGI

Principais características:

- Alinhamento estratégico: garantia do direito de cidadania.
- Plano de ação: aprimorar o atendimento das pesquisas de informações administrativas, arquivísticas, doutrinárias, históricas, jurisprudenciais e legislativas na Secretaria de Gestão da Informação.

Principais entregas:

- mapeamento do processo atual;
- apresentação de proposta de melhoria;
- desenho do processo futuro;
- elaboração do plano de implementação.

Status: em execução, sem apresentação de risco crítico no momento.

2.7. Secretaria de Tecnologia da Informação

Atividades finalísticas

As atividades finalísticas da Secretaria de Tecnologia da Informação, listadas nos itens seguintes, estão divididas pela Assessoria de Planejamento e pelas coordenadorias da unidade, as quais contemplam suas respectivas seções.

Assessoria de Planejamento (Asplan) – Competências

À Asplan cabe recomendar a adoção de boas práticas de mercado em matéria de gestão e governança de TI; coordenar a elaboração e a execução do Planejamento Estratégico de TI e do Plano Diretor de TI; coordenar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da STI; definir e melhorar processos de desenvolvimento, de métricas, de arquitetura e de testes de sistemas de informação; definir e melhorar processos de gestão de projetos de TI; definir o direcionamento tecnológico; promover a institucionalização dos processos, metodologias e padrões de TI, prestando apoio às demais unidades na sua utilização; promover a integração entre as unidades; dar suporte à gestão do portfólio e monitorar os cronogramas dos projetos; gerar as senhas de oficialização dos sistemas eleitorais, no âmbito do processo eletrônico de votação; coordenar a apresentação dos programas-fonte aos partidos políticos, à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério Público, assessorando essas entidades; realizar as cerimônias de Assinatura digital e de Lacração dos sistemas; prestar assessoria informacional à STI no dia da eleição; apoiar a fiscalização de contratos de serviços de TI que abrangem diversas unidades; gerenciar a integração das soluções e dos componentes tecnológicos que dão suporte à gestão, à execução e à fiscalização dos contratos de serviços de TI; gerenciar a evolução dos catálogos de serviços de TI utilizados pelos contratos; definir as melhorias e gerenciar a evolução do Canal do Conhecimento da STI; apoiar a medição dos indicadores estratégicos de TI.

- **Produtos gerados:** demanda e aferição, por parte dos fiscais técnicos, de mais de 26.600 produtos previstos nos contratos de sustentação de *software*, infraestrutura, apoio ao planejamento e apoio ao controle; minuta da Política de Governança de TI; minuta da Política de Segurança da Informação; minuta do Processo de Gestão de Riscos; minuta do Modelo de Contratação de Soluções de TI; contratação de serviços de sustentação de sistemas de informação; contratação de serviços de apoio ao planejamento de TI; contratação de serviços de apoio ao

controle; modelo sistêmico das eleições de 2016; Plano Geral de Testes – Eleições 2016; teste dos sistemas das eleições comunitárias; teste preparatório para o Teste Público de Segurança (TPS); Canal do Conhecimento da STI – versão 1.0; Metodologia de Gestão de Projetos – versão 3.0; Processo de Desenvolvimento Unificado de Sistemas do TSE (Produs) – versão 4.0; carteira de projetos da STI.

- **Serviços (atividades continuadas):** Suporte à auditoria dos sistemas eleitorais utilizados nas Eleições 2014, promovida pelo PSDB; fiscalização dos contratos de TI (sustentação de sistemas de informação, apoio ao planejamento de TI, apoio ao controle de TI).

Coordenadoria de Sistemas Eleitorais (Csele) – Competências

À Coordenadoria de Sistemas Eleitorais compete desenvolver e manter os sistemas para eleições ordinárias, suplementares e comunitárias, além de consultas populares, como plebiscitos e referendos.

Tais sistemas proveem suporte informatizado ao processo eleitoral. Isso significa suporte às etapas de alistamento eleitoral, revisão de eleitorado, coleta da biometria dos eleitores, registro de perda e suspensão dos direitos políticos, atualização da situação do eleitor, filiação partidária, registro de candidaturas e sua divulgação, registro de partidos e coligações, distribuição de tempo para propaganda eleitoral gratuita, geração das mídias para carga das urnas eletrônicas, preparação das urnas para coleta do voto e da justificativa eleitoral, apuração de votação nas juntas eleitorais, transporte dos resultados das urnas eletrônicas, recebimento dos resultados nos centros de processamento de dados da Justiça Eleitoral, gerenciamento de recebimento de resultados, totalização e divulgação dos resultados das eleições, processamento de justificativas e de faltosos, processamento e divulgação das prestações de contas dos candidatos, comitês e partidos políticos.

Compete também à Coordenadoria identificar novas necessidades de automação da Justiça Eleitoral relativas ao processamento de eleições. Similarmente, também é sua responsabilidade acompanhar o planejamento e a condução de testes e simulados necessários à garantia da conformidade dos sistemas eleitorais desenvolvidos.

- **Produtos gerados:** não existem produtos gerados no nível da coordenadoria.
- **Serviços (atividades continuadas):** não existem serviços prestados no nível da coordenadoria.

Seção de Cadastro de Eleitores (Secad) – Competências

Compete à Secad analisar e acompanhar a legislação eleitoral referente aos procedimentos de sua área de atuação; coordenar o levantamento das necessidades de automação da Justiça Eleitoral relativas aos serviços de cadastramento de eleitores e filiação partidária e propor soluções que atendam às necessidades identificadas; coordenar e executar as atividades de desenvolvimento, implantação, manutenção e integração dos sistemas de cadastro de eleitores e de filiação partidária; acompanhar, orientar e dar suporte às atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados anteriormente pelos tribunais regionais eleitorais; propor normas e procedimentos para operação e utilização dos sistemas desenvolvidos pela seção.

- **Produtos gerados:** recepção do Kit Bio 2015; Título Net 2 (para exterior); Módulo de Simulação de Seções Biométricas (MSSB); adaptação do sistema ELO para integração com o Odin.
- **Serviços (atividades continuadas):** resposta de mais de 100 processos administrativos; atendimento de solicitações (chamados) de usuários do cadastro de eleitores.

Seção de Processamento de Eleições I (Sepel I) – Competências

Cabe à Sepel I identificar as necessidades de automação da Justiça Eleitoral relativas à totalização e à divulgação de eleições; desenvolver e manter os sistemas para eleições ordinárias e suplementares, além de consultas populares, no que se refere à preparação dos dados para as eleições, ao transporte dos resultados das urnas eletrônicas, ao gerenciamento do recebimento dos resultados, à totalização e à divulgação dos resultados.

- **Produtos gerados:** sistemas Preparação; Gerenciamento; Transportador; InfoArquivos; RecArquivos; RecBU; Totalizador; TransportadorDiv; RecArquivosDiv; Divulga; DivWeb; BU na Web; Receptor; WebArqUrna; Simulador de Eleição; Configura Menu.
- **Serviços (atividades continuadas):** implementação, no sistema de preparação, da totalização para adequação às fases do processo eleitoral; implementação, no sistema de totalização, de melhorias no desempenho do reprocessamento; implementação, no sistema de totalização, do cômputo de votos anulados para fins de nova eleição; implementação de acréscimo de segurança ao *software* de plataforma

Web com a adoção do protocolo Hyper Text Transfer Protocol Secure (HTTPS); aumento da capacidade de teste do *software* por meio da implementação da geração de arquivos simulados de cadastro e candidatos; implementação de melhorias de segurança no *software* de transporte e recebimento de arquivos de urna com base em análises realizadas para fins dos Testes Públicos de Segurança; realização de reunião com o Grupo de Trabalho dos Sistemas da Totalização (GT-TOT) para levantamento das necessidades dos *softwares* de preparação e gerenciamento de totalização, transmissão e recebimento de arquivos de urna e divulgação de resultados para as Eleições 2016; participação em teste em campo preparatório para os Testes Públicos de Segurança; adequação dos processos internos da seção e de suas interfaces com outras unidades para aderência ao novo contrato de sustentação de *software*; implementação de demais melhorias sobre defeitos identificados no último ciclo eleitoral (2013-2014).

Seção de Processamento de Eleições II (Sepel II) – Competências

Cabe à Sepel II desenvolver e manter os sistemas de divulgação dos registros de candidaturas, partidos e coligações, distribuição de tempo para propaganda eleitoral gratuita e recepção, processamento e divulgação das prestações de contas dos candidatos, comitês e partidos políticos; prover mecanismos para acompanhamento do processo de prestação de contas dos candidatos, coligações e comitês partidários.

- **Produtos gerados:** Sistema de Candidaturas; Sistema de Prestação de Contas Eleitorais; Sistema de Horário Eleitoral; Sistema de Pesquisas Eleitorais; Sistema de Configuração de Eleições; Sistema de Apoio a Partidos em Criação; Sistema de Prestação de Contas Anuais – módulo Cadastro (em desenvolvimento).

Serviços (atividades continuadas): implementação de melhorias no Sistema de Candidaturas para adequação às fases do processo eleitoral; implementação no Sistema de Candidaturas de melhorias definidas pelo GT-CAND; implementação de novo leiaute nos sistemas de Candidaturas e Horário Eleitoral; implementação de melhorias no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais; desenvolvimento do PopulaCandex, com contribuição de todos os regionais para a geração de massa de dados corporativa, permitindo a reutilização dos arquivos pelos regionais; desenvolvimento do novo Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais, com três módulos: Externo, Interno e de Consulta Pública; desenvolvimento do Sistema de Divulgação

de Candidaturas com base de dados centralizadas e que conterá informações desde as Eleições 2004; implementação no Sistema de Configuração de Eleições (CFE) da segmentação do processo eleitoral, dando autonomia, por parte dos regionais, quanto à criação e geração dos pacotes dos processos eleitorais das eleições suplementares; desenvolvimento do Sistema de Apoio a Partido em Formação; suporte ao Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias enquanto, paralelamente, iniciou-se o desenvolvimento do novo sistema; internalização do desenvolvimento do Sistema de Prestação de Contas Anuais, antes desenvolvido por meio de fábrica de *software*; realização de reunião com o Grupo de Trabalho dos Sistemas Candidaturas; adequação dos processos internos da seção e de suas interfaces com outras unidades para aderência ao novo contrato de sustentação de *software*; implementação de melhorias e correção de defeitos identificados no último ciclo eleitoral (2013-2014).

Seção de Voto Informatizado (Sevin) – Competências

Cabe à Sevin especificar, projetar, implementar, validar e evoluir as soluções de *software* para votação dos eleitores e apuração do resultado da seção eleitoral; zelar pela qualidade e segurança das soluções de *software* de votação e apuração; apoiar a especificação técnica de dispositivos de identificação e votação dos eleitores.

- **Produtos gerados:** ecossistema da urna – conjunto de *software* executado pela urna eletrônica, desde o carregador do sistema operacional, o sistema operacional em si, bibliotecas de sistema e aplicativos, tais como o *software* de votação –, além de aplicativos de apoio à preparação das urnas e aos processos de auditoria para a plataforma Windows.
- **Serviços (atividades continuadas):** redução da quantidade de tentativas para habilitação biométrica, de oito para quatro; inclusão da data de nascimento para habilitação de eleitores em caso de não reconhecimento pela biometria; QR Code no boletim de urna impresso com o conteúdo integral do relatório e a publicação na Internet de instruções para a leitura; utilização de algoritmos de resumo digital mais robustos; emissão de relatório de situação da urna antes da emissão da zerésima; desligamento automático da urna antes da emissão da zerésima caso esteja há 30 minutos usando somente a bateria interna.

Coordenadoria de Soluções Corporativas (CSCOR) – Competências

À Coordenadoria de Soluções Corporativas compete gerenciar as demandas relacionadas ao desenvolvimento, à implantação e à manutenção dos sistemas corporativos administrativos, judiciários, financeiros, orçamentários, de gestão de pessoas, de gestão da informação e da comunicação, no âmbito do TSE e da Justiça Eleitoral, alinhados ao Planejamento Estratégico institucional; gerenciar a alocação de equipes para a condução dos projetos; prospectar, disseminar e avaliar soluções tecnológicas de interesse da Justiça Eleitoral; prover informações estratégicas de TI; instruir a confecção de projeto básico de solicitação de serviços e produtos relacionados a esses sistemas; disponibilizar soluções desenvolvidas no TSE a órgãos interessados e coordenar o desenvolvimento colaborativo na Justiça Eleitoral.

- **Produto gerado:** Sistema PJE.
- **Serviços (atividades continuadas):** implantação do PJE no TSE com o escopo inicial (Ação Cautelar, Mandado de Segurança, *Habeas Corpus*, *Habeas Data* e Mandado de Injunção); implantação, no TSE, das classes recursais das originárias constantes no escopo inicial; implementação da interface PJE/DJE (pje-cliente-je) para a publicação automática dos atos do PJE no DJE.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas I (Sedesc I) – Competências

Cabe à Sedesc I coordenar e executar o levantamento das necessidades de automação da Justiça Eleitoral relativas ao desenvolvimento e à sustentação das soluções de apoio à área judiciária.

- **Produtos gerados:** página Estatística Processual do TSE; página Indicadores Estratégicos – Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; integração do PJE com o *Diário de Justiça Eletrônico* (DJE); serviço de envio das decisões publicadas no PJE para o DJE; Sistema de Inteiro Teor de Documentos (SITDoc); Sistema de Jurisprudência – versão 3.0; melhorias no Sistema de Acompanhamento de Documento e Processos (SADP).
- **Serviços (atividades continuadas):** sustentação corretiva, adaptativa e de melhoria dos sistemas de apoio à atividade judiciária; estudo e análise de novas soluções e tecnologias.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas II (Sedesc II) – Competências

Cabe à Sedesc II coordenar e executar o levantamento das necessidades de automação da Justiça Eleitoral relativas à área de gestão de pessoas.

- **Produtos gerados:** módulos do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH – 1.203 entregas concluídas de janeiro/2015 a novembro/2015); implantação do SGRH na Defensoria Pública da União; disponibilização do Espaço do Servidor na Internet; disponibilização de versões atualizadas do SGRH para o Conselho de Justiça Federal (CJF); reestruturação do Portal Transparência; reestruturação de consultas para o TCU.
- **Serviços (atividades continuadas):** sustentação corretiva, adaptativa e de melhoria dos módulos do SGRH para a JE; estudo e análise de novas soluções e tecnologias.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas III (Sedesc III) – Competências

Coordenar e executar o levantamento das necessidades de automação da Justiça Eleitoral relativas ao desenvolvimento e à sustentação de soluções de apoio às seguintes áreas: SOF, SGI, SAD e STI.

- **Produtos gerados:** SEI – implantação no TSE; módulo SEI – Consultas; SIGA – implantação do controle dos contratos de infraestrutura, sustentação, apoio ao planejamento e apoio ao controle da STI; Casti – implantação do Catálogo de Serviços da STI; Sigepro OCC – implantação da versão 2015 utilizada nesse ano para captação da proposta orçamentária 2016; Sigepro Pessoal – mapeamento do processo do sistema; SPT – desenvolvimento de controles para os contratos da Coseg; avaliação do Sistema de Monitoramento da Estratégia do Ministério do Turismo; Logusweb – entrega do módulo de integração com o Sistema de Testes Exaustivos – STE da Sevin; Sismov – entrega do módulo de controle de garagem.
- **Serviços (atividades continuadas):** sustentação corretiva, adaptativa e de melhoria dos sistemas de apoio às atividades das secretarias de Administração, Orçamento e Finanças, Gestão da

Informação e Tecnologia da Informação; estudo e análise de novas soluções e tecnologias.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas IV (Sedesc IV) – Competências

Coordenar e executar o levantamento das necessidades de automação da Justiça Eleitoral relativas ao desenvolvimento e à sustentação de soluções de apoio às seguintes áreas: Asics, ACP, AIC, CGE, EJE, SGI e STI.

▪ **Produtos gerados:** formalização do Projeto JEMobile para as Eleições 2016; formalização do Projeto Dia-E para as Eleições 2016; reformulação da área de imprensa do portal de Internet e substituição do sistema: agência de notícias; reestruturação do portal de Internet do TSE e dos regionais; nova versão do sistema AconTSE, atualização tecnológica e acréscimo de funcionalidades; criação de uma área no portal de Internet para gestão dinâmica de conteúdos pela EJE; implantação da Biblioteca Digital do TSE utilizando a ferramenta DSpace; atualização tecnológica do sistema de postagem, substituição da interface e acréscimo de funcionalidades; acréscimo de funcionalidades no sistema de cerimonial; adaptações do Sistema de Atendimento ao Cidadão à nova regulamentação; adaptação do sistema de Informações Corporativas (Info-Corp), para utilização pelos regionais e inclusão de mecanismo de auditoria; acréscimo de funcionalidades no STI Conhecimento, ferramenta de distribuição de conteúdos da STI/TSE para os regionais.

▪ **Serviços (atividades continuadas):** sustentação corretiva, adaptativa e de melhoria dos sistemas de apoio às atividades da: Asics, ACP, AIC, CGE, EJE, SGI e STI.

Coordenadoria de Infraestrutura (Coinf) – Competências

À Coordenadoria de Infraestrutura compete planejar, implantar e administrar a infraestrutura de tecnologia da informação, visando prover ambiente ágil e seguro aos usuários de informática, ao prestar suporte e ao antever as necessidades das demais unidades do TSE; definir práticas de administração e de acesso a recursos de tecnologia da informação no ambiente do TSE e dos TREs; realizar atividades de produção, suporte operacional e administração de banco de dados e de redes; prestar atendimento aos usuários e oferecer a manutenção em equipamentos de

microinformática; estabelecer o ambiente informatizado das zonas eleitorais; e administrar a infraestrutura de acesso à internet.

- **Produtos gerados:** infraestrutura do sistema SEI; infraestrutura do sistema PJE; sistema de monitoramento de serviços informatizados (publicado na página principal do TSE); publicação de *Business Intelligence* do Batimento Biométrico; publicação do *Business Intelligence* de análise de qualidade de impressões digitais; termo de referência para contratação de serviços de comunicação de dados com a Internet com proteção anti-DDOS; termo de referência para contratação de serviços de comunicação móvel via satélite para as Eleições 2016; termo de referência para a aquisição de equipamentos servidores para prover novos serviços para as Eleições 2016 e para hospedar o PJE nos TREs.
- **Serviços (atividades continuadas):** serviços de suporte à infraestrutura de TI prestado ao TSE e aos TREs (sobretudo por meio do Contrato-TSE nº 16/2015); continuação do processamento de impressões digitais (coletadas a partir de novembro de 2014).

Seção de Suporte às Redes Locais (Seredê) – Competências

Gerenciar, dar suporte e monitorar a rede local do TSE e os equipamentos servidores de rede dos TREs; definir e aplicar as políticas de domínio no ambiente da rede local do TSE; planejar, definir e dar suporte à instalação do sistema operacional, Subsistema de Instalação e Segurança (SIS) e ao Sistema de Autenticação e Autorização da Justiça Eleitoral (Odin); planejar, definir e dar suporte aos principais aplicativos utilizados na plataforma de microcomputadores dos cartórios eleitorais; administrar e dar suporte aos servidores de domínio, arquivos corporativos, antivírus, e ao serviço de correio eletrônico do TSE; gerenciar, administrar e dar suporte aos servidores de aplicação do TSE (sistemas eleitorais, administrativos, judiciais e corporativos) e dos TREs (sistemas eleitorais); auxiliar na otimização dos sistemas eleitorais com a infraestrutura dos servidores de aplicação.

- **Produtos gerados:** Subsistema de Instalação e Segurança (SIS); Sistema de Autenticação e Autorização da Justiça Eleitoral (Odin); aquisição e gerenciamento dos certificados digitais (tipos: e-cpj, código seguro e equipamento servidor).
- **Serviços (atividades continuadas):** administrar e dar suporte aos servidores de domínio (rede Windows) do TSE e dos TREs; dar suporte

à instalação do sistema operacional, do Subsistema de Instalação e Segurança (SIS) e do Sistema de Autenticação e Autorização da Justiça Eleitoral (Odin); dar suporte aos principais aplicativos utilizados na plataforma de microcomputadores dos cartórios eleitorais; administrar os servidores Windows, os arquivos corporativos, o antivírus Trend e o serviço de correio eletrônico MS Exchange do TSE e dar suporte a eles; gerenciar e administrar os servidores JBoss do TSE (sistemas eleitorais, administrativos, judiciais e corporativos) e dos TREs (sistemas eleitorais) e dar suporte a eles; auxiliar na otimização dos sistemas eleitorais com a infraestrutura dos servidores de aplicação (Balanceadores F5, JBoss).

Seção de Banco de Dados (SEBD) – Competências

Cabe à SEBD realizar a instalação e as manutenções preventivas e evolutivas nos programas classificados como sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD); gerenciar e tratar os incidentes ocorridos nos bancos de dados; disponibilizar e gerenciar bancos e estruturas de bases de dados, em ambientes de desenvolvimento, teste, treinamento, homologação e produção; garantir a disponibilidade e o bom desempenho dos SGBDs; gerenciar as políticas de cópia de segurança e de recuperação de banco de dados; garantir a segurança e propor a auditoria nos bancos de dados, preservando-lhes a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade dos dados.

- **Produtos gerados:** melhoria do processo de cópia dos dados (*backup*) das bases de dados de eleição e cadastros regionais dos equipamento servidores de banco de dados dos regionais, utilizando a tecnologia RMAN (Recovery Manager); implementação de tecnologia que visa à melhoria no gerenciamento dos discos que abrigam os bancos de dados administrativos, jurisdicionais e eleitorais do TSE, conhecida como ASM (Automatic Storage Management); realização de estudos técnicos visando à implantação de novas tecnologias que permitam aumentar a segurança e proporcionar a auditoria nos bancos de dados administrados pela SEBD; realização de manutenções preventivas e evolutivas nos sistemas gerenciadores de banco de dados da Justiça Eleitoral administrados pela SEBD.
- **Serviços (atividades continuadas):** suporte proativo e reativo, em banco de dados, à realização das eleições suplementares que ocorreram em 2015; suporte proativo e reativo, em banco de dados, à implantação

dos sistemas PJE e SEI; suporte proativo e reativo, em banco de dados, à implantação do cadastramento biométrico; suporte proativo e reativo em banco de dados durante a preparação e realização dos testes e simulados realizados pelas unidades da Secretaria de Tecnologia da Informação; tratamento dos incidentes ocorridos nos bancos de dados administrados pela SEBD; apoio às equipes de desenvolvimento da STI, disponibilizando e gerenciando bancos e estruturas de bases de dados, em ambientes de desenvolvimento, teste, treinamento, homologação e produção; monitoramento proativo quanto à disponibilidade e ao desempenho dos sistemas gerenciadores de banco de dados, realizando intervenções corretivas quando necessário; gerenciamento das políticas de cópia de segurança e de recuperação de banco de dados em geral.

Seção de Apoio ao Usuário (Seau) – Competências

Cabe à Seau executar as atividades de suporte em microinformática, de manutenção, de especificação e de aceite dos equipamentos; executar a política de segurança; e prestar suporte para utilização de *hardware*, *software* e para acesso à rede local.

- **Produtos gerados:** elaboração dos estudos técnicos preliminares, especificação e termos de referência de equipamentos de TI necessários às unidades do TSE e dos TREs (microcomputadores, *notebooks* e multifuncionais adquiridas em 2015) e atualização do parque de microcomputadores da Justiça Eleitoral.
- **Serviços (atividades continuadas):** atualização dos equipamentos de TI do TSE (troca de 870 microcomputadores, 12 impressoras e 50 multifuncionais) visando à implantação de novos sistemas como o SEI e o PJE, ao atendimento das solicitações de suporte técnico de usuários das unidades do TSE com ANS de 1 hora para solução em 90% das demandas e à manutenção do parque de equipamentos de microinformática do TSE.

Seção de Produção (Sepd) – Competências

Cabe à SEPD gerenciar a infraestrutura do Centro de Processamento de Dados (CPD) do TSE; processar o Cadastro Nacional de Eleitores; definir e executar

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

as políticas de cópia de segurança dos dados da Justiça Eleitoral; monitorar o desempenho e a disponibilidade dos serviços e equipamentos da STI/TSE, bem como gerenciar as solicitações de suporte de TI aos usuários internos e externos da Justiça Eleitoral, referentes a sistemas operacionais, aplicativos Windows, *softwares* conveniados, *hardware*, rede, informações eleitorais, sistemas administrativos, sistemas judiciários e sistemas eleitorais; receber todas as demandas relativas ao suporte de microinformática – o que abrange tanto sistemas quanto equipamentos.

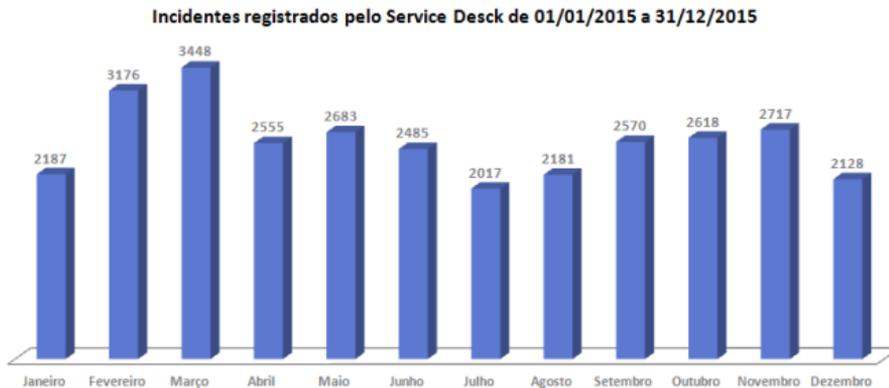
O setor presta ainda assessoria, gestão e integração de recursos e ferramentas para atendimento interno ou externo para os usuários de TI que precisam de suporte relacionado aos sistemas da Justiça Eleitoral; o monitoramento da infraestrutura tecnológica do TSE garante que o processo de administração dos recursos computacionais do cliente seja efetuado com qualidade e eficiência, mantendo dinamicamente o nível de serviço, assegurando alta disponibilidade por ações tomadas proativamente, aliadas à rápida detecção de problemas e ou degradação do desempenho da infraestrutura, monitorando, em tempo real, a situação de cada serviço, servidor, roteador, entre outros ativos, ou seja, o tempo de indisponibilidade da rede é reduzido ao mínimo.

- **Produtos gerados:** atualização da infraestrutura de sustentação das cópias de segurança dos sistemas informatizados do TSE; implantação da replicação de cópias de segurança de dados do TSE no *data center* do TRE/DF.
- **Serviços (atividades continuadas):** atendimento *service desk*; cópia de segurança; monitoramento da disponibilidade dos serviços de TI; atividades de produção; manutenção da estrutura física do *data center*.

Segue a estatística de atendimento de incidentes realizados pelo *Service Desk*:

Mês	Atendimentos
Janeiro	2.187
Fevereiro	3.176
Março	3.448
Abril	2.555
Maiο	2.683
Junho	2.485
Julho	2.017
Agosto	2.181
Setembro	2.570

Mês	Atendimentos
Outubro	2.618
Novembro	2.717
Dezembro	2.128
Total	30.765



Seção de Suporte Operacional (Sesop) – Competências

Cabe à Sesop executar a política de segurança da rede lógica do TSE; analisar e dimensionar o impacto da implantação de novos serviços na rede lógica da Justiça Eleitoral; prestar suporte aos sistemas operacionais, aos equipamentos e servidores de sistemas eleitorais e corporativos do TSE e aos serviços de rede lógica; administrar a infraestrutura de rede lógica, armazenamento de dados e implementar as regras de acesso à Internet; administrar as interligações da rede do TSE com a rede de outros órgãos; analisar, dimensionar e gerenciar os meios necessários para o armazenamento de dados do TSE.

- **Produtos gerados:** termo de referência para contratação de rede de distribuição de conteúdos para as Eleições 2016; dispositivos de armazenamento de dados; ativos de rede; ativos de segurança de rede; linhas de comunicação (TRE/TSE, Internet); servidores físicos; servidores virtuais.
- **Serviços (atividades continuadas):** monitoramento do ambiente de segurança Internet; suporte à infraestrutura de SAN; manutenção da estrutura física do *data center*; suporte à rede sem fio.

Coordenadoria de Logística (Clogi) – Competências

À Coordenadoria de Logística compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades de tecnologia relativas ao *hardware* da urna eletrônica no que tange a sua especificação, estabilidade, quantificação, aquisição, produção, distribuição, conservação, manutenção e manufatura reversa; planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas a administração de dados e a soluções para provimento de informações gerenciais.

- **Produtos gerados:** não existem produtos gerados no nível da coordenadoria.
- **Serviços (atividades continuadas):** não existem serviços prestados no nível da coordenadoria.

Seção de Administração de Dados (Sead) – Competências

Cabe à Sead disponibilizar e manter o repositório centralizado de metadados e modelos de dados dos sistemas de informação do TSE; auxiliar na construção e aferir a qualidade dos modelos de dados de sistemas desenvolvidos pelo TSE quanto à aderência aos padrões definidos, às técnicas e boas práticas de modelagem de dados; conceber e promover o uso e a atualização do modelo corporativo de dados, além do vocabulário controlado e do glossário relativos aos sistemas de informação; apoiar e orientar as áreas técnicas acerca da integração e interoperabilidade semântica entre sistemas de informação, a fim de promover a reutilização de dados; propor padronização e normatização relacionadas à atividade de modelagem de dados dos sistemas de informação do TSE, observando as diretrizes estabelecidas pelos proprietários dos dados ou comitê responsável; construir soluções de armazém de dados ou disponibilizar informações históricas ou consolidadas para os clientes do TSE extraídas dos sistemas de informação eleitorais ou dos corporativos; implementar soluções de inteligência de negócios para subsidiar a alta administração com indicadores de *performance* de negócio por ela estabelecidos, para fins de apoio à tomada de decisão; implementar consultas aos bancos de dados para extração de informações em atendimento às áreas clientes, por intermédio das definições negociais das áreas de estatística e de gestão da informação; atuar como custodiante dos contratos de integração dos sistemas de informação, segundo as diretrizes definidas pelas partes interessadas ou pelo comitê responsável.

- **Produtos gerados:** Repositório de Dados Eleitorais; Estatísticas Eleitorais; Estatísticas de Filiados; Estatísticas Processuais; *Datamart* de Urna; *Datamart* do Eleitor.

- **Serviços (atividades continuadas):** atendimento de solicitação de informações de cliente interno e externo à Justiça Eleitoral; apoio na construção e aferição de qualidade dos modelos de dados; apoio na integração e interoperabilidade semânticas entre sistemas de informação; construção e manutenção de soluções de apoio à tomada de decisão.

Seção de Serviços, Provisão e Equipamentos (Sespe) – Competências

Cabe à Sespe especificar o *hardware* das urnas eletrônicas, as peças de reposição e os suprimentos técnicos conforme requisitos de negócio do processo eleitoral; especificar e gerenciar requisitos técnicos de segurança do *hardware* das urnas eletrônicas; auxiliar na análise e solução de eventuais vícios no *hardware* da urna eletrônica, nas peças de reposição e nos suprimentos técnicos; gerenciar os certificados digitais das urnas eletrônicas.

- **Produtos gerados:** termo de referência de *kits* biométricos; termo de referência de *pads* de assinatura; termo de referência de urnas eletrônicas; termo de referência de baterias de urnas; termo de referência de *drive* de *flash card*; termo de referência de bobinas de papel para urna; termo de referência de embalagem genérica de urnas; termo de referência de envelopes plásticos para urnas; termo de referência de peças de reposição de urnas; certificados digitais das urnas eletrônicas.
- **Serviços (atividades continuadas):** elaboração de termos de referência e acompanhamento de procedimentos licitatórios; gerenciamento da autoridade certificadora das urnas eletrônicas; geração e distribuição de certificados digitais das urnas eletrônicas; gerenciamento da segurança de *hardware* das urnas eletrônicas; análise de vícios de *hardware* das urnas eletrônicas.

Seção de Administração e Manutenção de Urnas Eletrônicas (Seue) – Competências

Cabe à Seue propor normas e gerenciar as atividades de distribuição, conservação, manutenção e armazenamento de urnas eletrônicas e manufatura reversa; dimensionar e manter a reserva técnica nacional de urnas eletrônicas para auxiliar os tribunais regionais eleitorais nas demandas excepcionais; especificar os requisitos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

para a contratação dos serviços necessários à manutenção e conservação do parque de urnas eletrônicas; manter atualizadas as informações relativas à configuração das urnas eletrônicas existentes; realizar estudos técnicos para promover a estabilidade do *hardware* das urnas eletrônicas e a economicidade da conservação e manutenção do parque nacional.

- **Produtos gerados:** análise de erro de *Hardware*; estabilidade dos leitores biométricos das urnas eletrônicas (ELB); estabilidade do relógio interno (ERI); pré-simulado do simulado nacional de *hardware* da urna eletrônica; preparação do simulado nacional de *hardware* da urna eletrônica.
- **Serviços (atividades continuadas):** suporte aos regionais no uso do sistema LogusWeb; conservação e manutenção preventiva da reserva técnica de urnas eletrônicas do TSE.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

A seguir encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes a esta Secretaria:

Objetivo Estratégico 3: Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

Indicador estratégico	Índice de reconhecimento biométrico do eleitor
Objetivo estratégico	Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral
Metas	Eleições municipais de 2016: 1º turno: 92% de reconhecimento biométrico 2º turno: 94 % de reconhecimento biométrico
Aferição do indicador	Aferição não realizada
Justificativa	O teste de <i>hardware</i> sofreu atraso em função da greve dos servidores e deverá ocorrer em novembro. Esse teste fornece subsídios que promovem a melhoria do indicador de reconhecimento biométrico, porém a medição confiável para o indicador é após a realização das Eleições 2016
Indicador estratégico	Quantidade de entidades participantes do processo de abertura dos códigos-fontes dos sistemas eleitorais
Objetivo estratégico	Fortalecimento da segurança e transparência do processo eleitoral

Metas	Eleições municipais de 2016: participação de, no mínimo, cinco entidades no processo de abertura dos códigos-fontes
Aferição do indicador	Aferição não realizada
Justificativa	A aferição da quantidade de entidades participantes do processo de abertura dos códigos-fontes dos sistemas eleitorais só poderá ser feita após a realização da Cerimônia de Lacração dos Sistemas Eleitorais. Visando ampliar a quantidade de entidades participantes desse processo, foi alterado o texto da resolução que regula a Cerimônia de Lacração dos Sistemas Eleitorais, ampliando a gama de entidades aptas a participar do processo de Lacração dos Sistemas Eleitorais

Objetivo Estratégico 3: Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral – Status dos projetos e Planos de Ação

Iniciativa estratégica	Projeto ou PA relacionado	Status
Aprimorar os mecanismos de coleta biométrica.	Análise de Qualidade da Coleta Biométrica	Projeto concluído conforme o planejado.
Aprimorar os mecanismos de identificação biométrica.	Estabilidade dos Leitores Biométricos das UEs (ELB)	As atividades estão sendo executadas conforme planejado (33% concluído). A equipe do projeto está monitorando o risco "Não renovação do contrato de manutenção corretiva das urnas eletrônicas ou não execução dos serviços pela contratada".
Aprimorar os mecanismos de identificação biométrica.	Realização do Simulado Nacional de <i>Hardware</i>	<i>Resposta da STI ao processo SEI N° 2015.00.000000048-2</i> : não será necessário formalizar a iniciativa. Os simulados de <i>hardware</i> já fazem parte do Plano Geral de Teste da Justiça Eleitoral (PGT), sendo considerados, dessa forma, já institucionalizados, pois tal plano é resultado do trabalho do grupo de teste e validado pela administração e pelo Presidente do TSE.
Modernizar a estrutura de hospedagem dos sistemas críticos da JE.	Modernização da Estrutura de Hospedagem dos Sistemas Críticos da JE	A iniciação e o planejamento do projeto serão realizados na primeira quinzena de junho/2016.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Iniciativa estratégica	Projeto ou PA relacionado	Status
Modernizar o processo eletrônico de votação.	Aquisição de Urna Eletrônica Modelo 2015 (UE2015)	A previsão da Sespe/Clogi é finalizar o planejamento até a primeira quinzena de março/2016.
Ofertar serviços de compartilhamento de dados entre TSE e órgãos da Administração Pública Federal.	Módulo de integração dos Sistemas da Justiça Eleitoral com o eSocial – eSocial-JE	As atividades do projeto estão sendo executadas conforme o planejado. Estão previstos para janeiro de 2016 a geração dos eventos e seu envio para o ambiente nacional do eSocial. Será realizado o planejamento para as atividades relacionadas às tabelas do eSocial (Anexo II do manual de orientação do eSocial) na próxima reunião com a equipe do projeto.
Realizar estudos voltados à melhoria da segurança e transparência do processo eleitoral informatizado.	Resolução dos Testes Públicos de Segurança	A Resolução nº 23.444 foi concluída.
Realizar estudos voltados à melhoria da segurança e transparência do processo eleitoral informatizado.	Melhoria da Resolução de Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação	A Resolução nº 53.765 foi concluída.
Realizar estudos voltados à melhoria da segurança e transparência do processo eleitoral informatizado.	Gestão do Parque de Microinformática da JE	O plano de ação será replanejado por meio de uma solicitação de mudança prevista para ser deliberada na CTTI.
Realizar estudos voltados à melhoria da segurança e transparência do processo eleitoral informatizado.	Teste Público de Segurança STI – 2016	A palestra informativa sobre o teste de segurança e a apresentação dos códigos-fonte foi realizada com sucesso. As atividades estão sendo executadas conforme o planejado (38% concluída). A data de realização do evento está agendada para os dias 8, 9 e 10 de março.

Objetivo Estratégico 8: *Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação*

Indicador estratégico	Índice de governança de TI – IGov
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
Metas	Situar-se entre os 20 primeiros tribunais mais bem posicionados no IGov
Aferição do indicador	Aferição não realizada
Justificativa	O TCU ainda não realizou o ciclo de avaliação de maturidade em governança de TI – IGov para o biênio 2015-2016

Indicador estratégico	Índice de atendimento às demandas de sistemas informatizados
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
Metas	Atingir 70% de entregas concluídas em atendimento às demandas por sistemas informatizados, priorizados pelo Comitê Gestor de TI, ao final do biênio
Aferição do indicador	Aferição não realizada
Justificativa	Como a meta pressupõe a priorização de demandas pelo Comitê Gestor de TI, não foi possível efetuar medições, uma vez que o comitê não se reuniu para efetuar tal priorização. Sugere-se a reativação do Comitê Gestor de TI, com reunião para 2015, a fim de permitir a primeira medição no início de 2016

Indicador estratégico	Índice de disponibilidade de sistemas estratégicos
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
Metas	Atingir 99,7% de disponibilidade nos sistemas ELO, SADP e Push e no portal do TSE
Aferição do indicador	Meta atingida com 99,702% de disponibilidade nos sistemas ELO, SADP, Push e no portal do TSE
Justificativa	Última aferição do indicador foi realizada no dia 28.10.2015 com base nos dados de 28.6.2015 a 27.10.2015: Sistema Petição Eletrônica – 98,26% ELO – 100% Push – 100% Portal TSE – 99,95%

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Objetivo Estratégico 8: *Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação – Status dos projetos e Planos de Ação*

Iniciativa estratégica	Projeto ou PA relacionado	Projeto ou PA	Status
Aprimorar os processos de governança de TI.	Aprimoramento da Governança e Gestão de Tecnologia da Informação	Projeto	O projeto segue em execução com 75% concluídos.
Aprimorar os processos de governança de TI.	Elaboração de Proposta de Catálogo de Serviços de TIC	Projeto	Não há perspectiva para formalização e planejamento da iniciativa.
Aprimorar os processos de governança de TI.	Elaboração do Planejamento Estratégico da STI 2015-2016 (Peti) 2015-2020	Projeto	As atividades estão sendo executadas conforme planejado (87% concluídas). O Peti será apresentado na CTTI do dia 28.1.2016. O encerramento do projeto está previsto para o dia 4.2.2016.
Aprimorar os processos de governança de TI.	Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2015-2016	Projeto	As atividades estão sendo executadas conforme planejado (74% concluídas). O PDTI será apresentado na CTTI do dia 11.2.2016 e o encerramento do projeto está previsto para o dia 18.2.2016.
Aprimorar os processos de governança de TI.	PA2015 – Política de Gestão do Parque de Microinformática da JE	Plano de Ação	O plano de ação será replanejado por meio de uma solicitação de mudança prevista para ser deliberada na CTTI do dia 4.2.2016.
Atualizar a infraestrutura de TI nos cartórios eleitorais.	Análise do Parque de Microinformática da JE	Plano de Ação	O planejamento do PA será realizado após a conclusão do PA2015 – Política de gestão do parque de microinformática da JE, pois ele será a base para a realização da análise do parque de microinformática.

Iniciativa estratégica	Projeto ou PA relacionado	Projeto ou PA	Status
Implementar soluções de TI de forma colaborativa com os demais regionais eleitorais.	Realização do Fórum de TI da JE (Forti)	Plano de ação	O Forti não será realizado. Iniciativa cancelada.
Implementar soluções de TI de forma colaborativa com os demais regionais eleitorais.	Soluções para Dispositivos Móveis 2016 – <i>Mobile</i> 2016	Projeto	O projeto encontra-se em execução, monitoramento e controle, e as atividades planejadas estão sendo executadas (8%). O painel do projeto <i>Mobile</i> 2016 (sem autenticação) foi disponibilizado para a CSCOR e regionais participantes.

2.8. Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Seção de Acompanhamento da Execução de Contratos e Convênios (Seaec)

À Seaec compete avaliar e emitir recomendações de melhoria na execução de contratos, quanto a aspectos de gerenciamento de riscos, processos de trabalho, controles internos, governança, conformidade e aderência às normas e boas práticas, bem como realizar estudos das contratações para subsidiar os processos gerenciais de tomada de decisões e promover a prestação de contas.

Atividades finalísticas

De janeiro a novembro de 2015, a Seaec:

- Analisou a execução de 11 contratos:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Contratos analisados				
Nº contrato	Empresa	Valor (R\$)	Objeto	Nº info.
54/2013	ISH Tecnologia SA	R\$1.368.688,00	Suporte, manutenção e customização da solução de gestão de infraestrutura de TI e <i>service desk</i> .	10/2015
55/2013	Eletrodata Instalações e Serviços Ltda.	R\$3.382.739,07	Postos de trabalho para operação dos sistemas de supervisão predial e para manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações prediais.	12/2015
83/2013	Adape Locação de Serviços Ltda. ME	R\$983.668,24	Postos de trabalho de carregamento de material, de estocagem e de supervisão dos serviços.	13/2015
73/2013	Interativa Dedetização Higienização e Conservação Ltda.	R\$1.676.146,52	Postos de trabalho de mensageria.	16/2015
93/2013	Daten Tecnologia Ltda.	R\$14.774.598,00	Aquisição de microcomputadores para a Justiça Eleitoral.	35/2015
69/2014	Positivo Informática S.A.	R\$1.665.986,00	Aquisição de 889 <i>notebooks</i> para a Justiça Eleitoral.	52/2015
104/2011	Centro de Integração Empresa Escola (CIEE)	R\$509.972,37	Agente de integração de estágio para operacionalizar bolsas de estágio.	95/2015
97/2014	CPM Braxis Tecnologia Ltda.	R\$7.265.333,48	Bens e serviços para provisão da continuidade operacional dos serviços de tecnologia da informação e a capacidade de processamento de dados do TSE em caso de desastres e graves incidentes que impactem negativamente a atual infraestrutura de TI.	135/2015

Contratos analisados				
Nº contrato	Empresa	Valor (R\$)	Objeto	Nº info.
20/2015	Algar Tecnologia e Segurança S.A.	R\$5.259.065,00	Horas de serviços técnicos para eventual prestação de serviços de apoio às atividades de planejamento da Tecnologia da Informação.	148/2015
38/2014	Oi Móvel S/A	R\$2.375.001,46	<i>Backbone</i> principal entre o TSE e os TREs de AC, AL, AP, CE, ES, MS, MT, PI e RO.	150/2015
35/2014	Global Village Telecom S.A.	R\$1.046.833,50	<i>Backbone</i> principal entre o Tribunal Superior Eleitoral e os tribunais regionais eleitorais de DF, PB, PE, RJ, RN, RS e SC.	151/2015
115/2014 e 116/2014	Compwire Informática S.A. e Vert Soluções em Informática Ltda.	R\$8.152.526,76	Atualização da solução de <i>backup</i> .	Sem nº
58/2011	CEB	R\$9.285.000,00	Fornecimento de energia elétrica.	Sem nº

- Monitorou nove informações:

Contratos analisados				
Info. monitorada (nº)	Assunto	Recomendações atendidas	Recomendações totais	Nº info. monitoramento
31/2014	Acessibilidade.	5	5	14/2015
169/2014	Plano de saúde.	7	10	31/2015
47/2014	Agenciamento de viagens.	4	6	34/2015
10/2015	Suporte, manutenção e customização da solução de gestão de infraestrutura de TI e <i>service desk</i> .	2	2	36/2015

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Contratos analisados				
Info. monitorada (nº)	Assunto	Recomendações atendidas	Recomendações totais	Nº info. monitoramento
6/2014	Postos de trabalho de operação de áudio e vídeo.	7	7	41/2015
34/2015	Agenciamento de viagens.	2	2	70/2015
201/2014	Chaveiro.	2	2	79/2015
161/2014	Fornecimento de refeições e lanches durante as sessões plenárias.	4	5	80/2015
35/2015	Aquisição de microcomputadores para a Justiça Eleitoral.	5	8	132/2015

- Foi consultada pontualmente em quatro assuntos:

Tema analisado	Nº info.
Consulta sobre os pleitos de reajuste da Frioterm no contrato de Supervisão e Controle Predial.	76/2015
Consulta sobre a adoção de cartão de pagamento do governo federal no âmbito da Justiça Eleitoral e outros assuntos afins a suprimento de fundos.	82/2015
Consulta sobre exigências para recebimento provisório e definitivo, no âmbito dos contratos da Akiyama, de <i>kits</i> biométricos e <i>pads</i> de coleta de assinatura.	93/2015
Consulta sobre atrasos na entrega, no âmbito dos contratos da Akiyama, de <i>kits</i> biométricos e <i>pads</i> de coleta de assinatura.	108/2015

- Realizou três estudos:

Estudo	Nº info.
Divulgação e fidedignidade das despesas contratuais em sistemas e portais de transparência.	Sem nº
Garantia contratual.	Sem nº
Sanções contratuais.	Sem nº

Iniciativas

No âmbito da iniciativa estratégica de aperfeiçoar o processo de monitoramento das recomendações, a Seaec adotou nova metodologia em 2015, identificando

individualmente o atendimento de cada recomendação, o que possibilitou contribuir com o indicador *Índice de cumprimento das recomendações estratégicas expedidas pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria*.

A Seaec está auxiliando a auditoria de avaliação de controles internos no processo de contratação. A seção também está contribuindo com a análise da minuta de resolução para planejamento de contratações de TI.

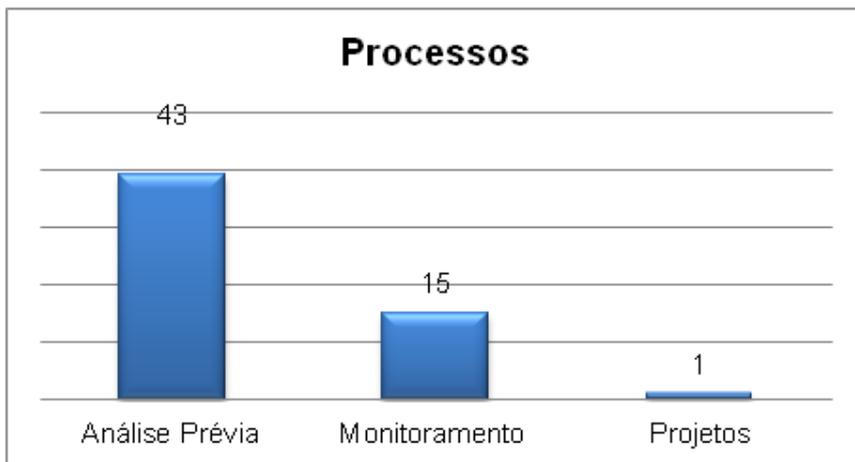
Seção de Acompanhamento de Gestão (Seage)

A Seage exerce a análise prévia dos procedimentos administrativos enviados à Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação de Gestão (Coges), os quais se destinam a aquisições ou contratação de serviços e, de forma concomitante, monitora as providências adotadas perante as recomendações emitidas por esse órgão de controle no ano de 2014.

Atividades finalísticas

De janeiro a novembro de 2015, foram feitas 43 análises prévias, que geraram 43 informações. Dessas análises, oito tiveram pedido de urgência. Ademais, dentro desse número, 5 análises prévias foram realizadas pela Coges durante a greve dos servidores do Poder Judiciário, sendo que duas tiveram o efetivo apoio da Seage.

De forma concomitante, foi realizada a atividade de monitoramento das informações. Foram emitidas 15 informações: uma de 2013, 13 de 2014 e uma de 2015. Também houve a emissão de um despacho referente ao monitoramento de uma informação de 2015.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Monitoramento das informações emitidas em 2014		
Informação monitorada (nº)	Procedimento Administrativo (nº)	Objeto
3	20.052/2013	Registro de preços para eventual aquisição de até 5 mil soluções (equipamentos) para geração de mídias tipo CompactFlash em interface USB (Universal Serial Bus).
4	5.104/2015	Registro de preços para eventual prestação de serviços de comunicação de dados por meio de sistemas móveis de transmissão de voz e dados via satélite (SMSat).
15	31.561/2013	Registro de preços para eventual aquisição de até 124 licenças de sistema operacional.
18	21.280/2013	Aquisição de lacres de segurança, etiquetas de segurança e envelopes com lacre de segurança visando às Eleições 2014.
21	28.607/2013	Registro de preços para eventual aquisição de até 40 mil embalagens de papelão genéricas visando ao acondicionamento de urnas eletrônicas.
27	29.493/2013	Contratação de serviços de educação a distância (item 1), diagramação gráfica (item 2) e edição Web (item 3), mediante postos de trabalho, pelo período de 12 meses, prorrogáveis.
29	23.992/2013	Registro de preços para eventual prestação de serviços de distribuição de informações e aceleração de conteúdo.
43	6.918/2014	Aquisição, por inexigibilidade de licitação, de 51.081 unidades de memória não volátil do tipo CompactFlash (<i>flash card</i>) e de 123.674 unidades de mídias para armazenamento de dados – memória de resultado.
58	501/2014	Contratação de serviços de produção dos cadernos de folhas de votação.
63	4.615/2014	Prestação de serviços especializados para manutenção do sistema de geração de emergência, de energia ininterrupta, banco de capacitores e quadros gerais de baixa tensão.

Monitoramento das informações emitidas em 2014		
Informação monitorada (nº)	Procedimento Administrativo (nº)	Objeto
89	7.539/2014	Registro de preços para eventual aquisição de suprimentos de impressora marcas Okidata e Ricoh.
100	3.876/2014	Registro de preços para eventual aquisição de até 2.500 monitores de 20".
152	15.905/2014	Aquisição de material para sistema de esgoto a vácuo.
198	21.427/2013	Contratação, por inexigibilidade, de prestação de serviços especializados em suporte técnico, manutenção e evolução do <i>software</i> de gestão Asiwab, módulos de Almoxarifado e de Patrimônio, no âmbito da Justiça Eleitoral.
225	30.404/2014	Registro de preços para eventual aquisição de solução de armazenamento de dados (<i>Storage</i>).
230	34.649/2014	Aquisição de equipamentos e <i>softwares</i> necessários para preparação de ambiente de edição do TSE (ilhas de edição).

Iniciativas – Plano de ação

Conforme o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração especialmente designado para esse fim. Percebe-se que o legislador não permite que o servidor se recuse a executar tal tarefa. Com o objetivo de prover uma melhor comunicação entre a administração e os fiscais de contrato, foi desenvolvido o Projeto Fiscalize Legal, que tem como meta atingir os seguintes objetivos:

- Implementar atividades com vistas a criar espaços de apoio aos fiscais e a possibilitar o fomento à troca de experiências.
- Orientar os fiscais quanto à observância aos princípios, às boas práticas, às normas e aos atuais entendimentos do Tribunal de Contas da União que regem a fiscalização de contratos de terceirização de serviços.
- Instrumentalizar os fiscais com informações que os auxiliem na execução das suas atividades, de forma que possam exercê-las

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

com eficácia e efetividade, ensejando execuções contratuais mais vantajosas e duradouras para a administração pública.

- Fornecer acesso a dados que auxiliem o fiscal na sua atividade de controle e de inspeção sistemática do objeto contratado pela administração, com a finalidade de que a execução ocorra de acordo com todas as obrigações previstas no contrato.

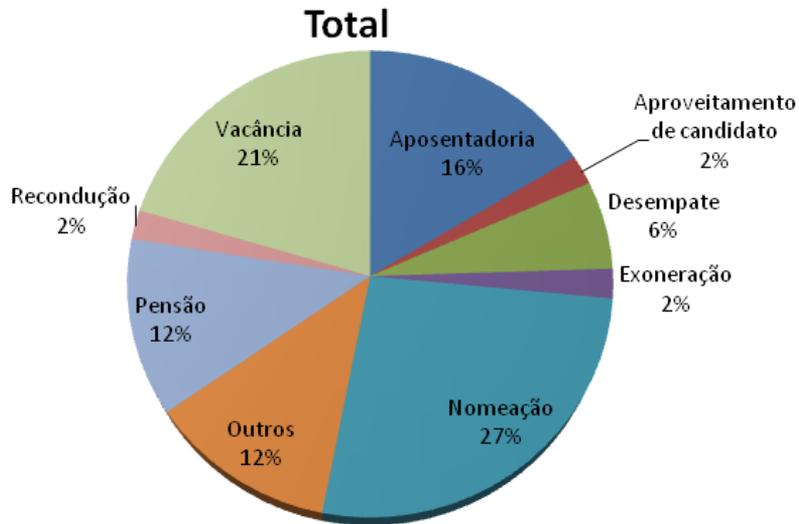
Seção de Auditoria (Seaud)

À Seção de Auditoria de pessoal compete avaliar a governança de pessoas; auditar os processos de trabalho e os controles internos de gestão de pessoas; analisar atos de concessão, aos servidores ativos e inativos e pensionistas, de auxílios, benefícios, direitos e vantagens, incluindo seus respectivos efeitos financeiros; analisar os atos de admissão e de desligamento de pessoal e de concessão de aposentadoria e pensão, inseridos no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac/TCU), com vistas à homologação do respectivo registro, bem como acompanhar o seu julgamento pelo Tribunal de Contas da União.

Atividades finalísticas

De janeiro a novembro de 2015, a Seape analisou 49 processos de assuntos diferentes, conforme tabela seguinte:

Assunto	Nº de info.
Aposentadoria	8
Aproveitamento de candidato	1
Desempate	3
Exoneração	1
Nomeação	13
Outros	6
Pensão	6
Recondução	1
Vacância	10
Total geral	49



Iniciativas – Auditorias

A Seape está com duas auditorias em andamento na área de pessoal. Segue tabela com sua fase.

Auditoria	Fase
Auditoria de assistência à saúde	Revisão do relatório e apresentação dos achados aos auditados.

Seção de Controle e Análise de Custos (Secac)

A Secac realiza auditorias de regularidade nos sistemas contábil, financeiro, patrimonial, de execução orçamentária, de pessoal, de tecnologia da informação, de controles internos e demais sistemas utilizados no TSE; analisa e acompanha as despesas sujeitas ao controle estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com vistas à conferência do Relatório de Gestão Fiscal; analisa, em conjunto com a Seaud, os processos administrativos disciplinares e de sindicância, consubstanciados na ocorrência de perda, extravio ou outras irregularidades de que resulte dano ao erário, bem como, os ressarcimentos deles decorrentes; e monitora, em conjunto com a Seaud, as recomendações apontadas nos relatórios de auditoria, com vistas a subsidiar a administração nas tomadas de decisões e a instrução da Tomada de Contas Anual.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Atividades finalísticas

As atividades finalísticas da Secac foram as seguintes:

Atividades em execução relativas à elaboração de informações e auditorias

Assunto	PA/Protocolo	Situação	Resumo do assunto
Auditoria dos controles internos – compras	PA/SEI nº 2015.00.000001863-2	Em fase de conclusão da matriz de risco.	Esse trabalho está em andamento. Foram realizadas várias reuniões e entrevistas objetivando a elaboração da matriz de riscos e posteriormente da matriz de planejamento.
Auditoria de diárias	PA nº 11.552/2015	Aguardando conclusão de relatório de auditoria.	Refere-se à auditoria relacionada ao Programa de Auditoria de Conformidade, Diárias e Passagens Internacionais. Está aguardando a conclusão dos trabalhos de auditoria com a emissão de relatório.
Revisão do manual de auditoria	PA/SEI nº 2015.00.000001909	Em elaboração junto com a Seaud e a Seape.	Sobrestado haja vista os atuais trabalhos de auditoria.
Elaboração do Manual de procedimentos de auditoria	-	Em elaboração junto com a Seaud e a Seape.	Sobrestado haja vista os atuais trabalhos de auditoria.
Força-tarefa Asepa – análise da PC PSB nº 805-61	-	Em andamento.	Refere-se à participação, de ordem do Presidente do TSE, de um servidor da Secac nos trabalhos de análise da prestação de contas partidária em análise conclusiva.

Atividades anteriores realizadas em 2015

Assunto	PA/Protocolo (nº)	Informação (nº)	Resumo do assunto
Indicação orçamentária – licitações	–	25	Refere-se a estudo acerca da possibilidade de se iniciarem licitações sem a devida indicação de recursos orçamentários na fase interna do procedimento.
Ofício-TCU – Informações – Relatório de Gestão Anual/ Exercício de 2014	3.871/2015	50	Referente ao Ofício-TCU-Semag nº 0061/2015, de 2.3.2015, no qual a Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) comunica que, para subsidiar a elaboração do parecer prévio conclusivo acerca das contas anualmente prestadas pelo Presidente da República, referente ao exercício de 2014, serão utilizadas as informações contidas no Relatório de Gestão.
Contratação de <i>software</i> de gerenciamento de risco – Empresa Murah	37.912/2008	96	Monitoramento acerca do pedido feito para análise da regularidade dos pagamentos efetuados por meio do Contrato-TSE nº 138/2009.
Análise de execução do Termo de Compromisso-TSE nº 6/2009 (TSE/ Inpe)	35.896/2014	134	Refere-se ao PA nº 35.896/2014, que versa sobre a prestação de contas – exercício de 2013 – do Termo de Compromisso-TSE nº 6/2009, firmado em 16.12.2009 com o Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).
Monitoramento da Informação nº 12/2015 (Seaec/Coges/ SCI) – Contrato-TSE nº 55/2013 – Eletrodata	418/2013	152	Trata-se de monitoramento das providências adotadas pela administração com relação ao cumprimento das recomendações da Informação nº 12/2015 (Seaec/Coges/SCI), nos autos do PA nº 55/2013.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Assunto	PA/Protocolo (nº)	Informação (nº)	Resumo do assunto
Elaboração de planejamento de auditoria de controles internos – folha de pagamento	11.930/2015	–	Um servidor da Secac atuou na elaboração de documentos para auditoria em conjunto com a Seape. Atualmente, a Seape planeja elaboração de matriz de risco e planejamento de auditoria da folha de pagamentos, com apoio da Secac.

Análise de Conformidades – Relatório de Gestão Fiscal

Foram realizadas análises de relatório de gestão fiscal conforme tabela a seguir:

Período	PA/Protocolo (nº)	Informação (nº)
Exercício de 2014 (3º quad./2014)	6.561/2014	33
1º quadrimestre/exerc. de 2015	4.147/2015	90
2º quadrimestre/exerc. De 2015	4.147/2015 (mesmo)	140

Seção de Auditoria (Seaud)

À Seaud compete realizar auditorias nos atos de gestão, em conjunto com a Seção de Controle e Análise de Custos, de forma a comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; avaliar a adequação dos sistemas de controles internos; monitorar as recomendações apontadas nos relatórios de auditoria de sua competência, com vistas a subsidiar a administração nas tomadas de decisões e a instruir o processo de contas anual; e analisar os processos administrativos disciplinares e de sindicância, consubstanciados na ocorrência de perda, extravio ou outras irregularidades de que resulte dano ao Erário, bem como os ressarcimentos deles decorrentes.

Atividades atuais					
Unidade	Atividade	PA (nº)	Situação	Informação	
Seção de Auditoria (Seaud)	Auditoria dos controles internos – contratação, armazenamento e manutenção de Urnas	SEI 2015.00.000001953-1	Concluindo o planejamento	Plano de Trabalho (SEI nº 1953-1), levantamento (SEI nº 2274-5)	
	Acórdão-TCU nº 1.295/2015 – relatório sistêmico da função judiciária. Sistema de Identificação Biométrica do Eleitor (pessoal requisitado da Justiça Eleitoral)	SEI 2015.00.0000000037-7	Monitoramento		
	Relatório de Auditoria 2 – força de trabalho de TI	SEI 2015.00.0000000617-0	Monitoramento		
	Revisão do manual de auditoria	SEI 2015.00.000001909-4	Em elaboração		
	Elaboração do Manual de Procedimentos de Auditoria	-	Em elaboração		
	Acórdão-TCU nº 199/2011, que deu prazo para que os tribunais regionais eleitorais de Espírito Santo, de Mato Grosso do Sul e de Roraima encaminhem plano de ação ao TCU que contemple a devolução aos órgãos de origem dos servidores requisitados que contrariem os arts. 2º, 3º, e 4º da Lei nº 6.999/1982.	13.608/2014	Acompanhamento		

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Atividades anteriores em 2015					
Unidade	Atividade	PA (nº)	Situação	Informação (nº)	
Seção de Auditoria - Seaud Elaboração de Informações e Auditorias	Auditoria contrato Engetec	10.655/2014	Perda do objeto		
	Auditoria de governança de TI e força de trabalho	25.585/2012	Concluído	Fase de monitoramento; Inf. SEI	
	PAA 2014 – auditoria – assistência à saúde	31.117/2014	Fase de conclusão	Seape	
	Acompanhamento de auditoria da execução do contrato de prestação de serviços de <i>software</i> (Siaudi)	10.520/52009 37.912/2009,4.592/2012 e 4.500/2009	Concluído		
	Auditoria em pontos específicos do relatório de gestão encaminhado ao TCU em 30.5.2015	Não protocolado	Planejamento não iniciado		
	Cálculo de reembolso, servidora da Dataprev	SEI 2015.00.0000691-0	Concluído		Inf. nº 128/2015 Seaud
	Contrato-TSE nº 10/2007 – OAS – custos adicionais	4.592/2012	Concluído		Inf. nº 64/2015 Seaud
	Ação de Capacitação Externa – Asset/TSE	1.610/2015	Concluído		Inf. nº 83/2015 Seaud
	Consulta ao TCU – aquisição parcelada de imóvel	290-6/2015	Concluído		Inf. nº 118/2015 Seaud

Resumo dos monitoramentos das recomendações de auditoria					
Procedimento (nº)	Assunto	Áreas auditadas	Total de recomendações	Atendidas	%
PA 8 343-2013	Auditoria nas contratações	SAD e SGP	17	0	0%
PA 41 135-2012	Auditoria na gratificação de atividade de segurança	SGP, Asset e Cats	9	7	78%
SEI 2015.00.000000617-0	Auditoria de TI – força de trabalho	STI	4	1	100%

Contribuições ao Planejamento Estratégico

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes a essa Secretaria:

Indicador estratégico	Índice de execução do Plano Anual de Auditoria e de Acompanhamento de Gestão
Objetivo estratégico	Combate à corrupção e à improbidade administrativa
O que se mede	O percentual de atividades previstas no Plano Anual de Auditoria e de acompanhamento de gestão executadas dentro do ano planejado
Para que medir	Avaliar a capacidade da SCI em executar adequadamente as atividades previstas no Plano Anual de Auditoria e de Acompanhamento de Gestão
Quem mede	SCI (Coaud e Seaec)
Quando medir	Quadrimestralmente
Como medir	Média obtida pela Seaec + a média obtida pela Coaud ÷ 2
Fonte	Relatórios de auditorias e informações emitidos
Metas	Atingir 100% das atividades planejadas até o final de cada exercício

Valor apurado: 50%, 49,15% e 76% respectivamente.

Justificativa – Seaec

Consideração inicial: o planejamento de 2015 da Seaec previu 24 atividades, sendo 16 estudos de contratos e 8 temas de controle.

Primeira medição – maio (janeiro a abril de 2015): para o período apurado, três atividades foram iniciadas, sem, no entanto, terem sido concluídas.

Indicador da primeira medição: 0% (0 de 24).

Justificativa: o Plano Anual de Auditoria 2015 foi aprovado por meio da Portaria-TSE nº 89, publicada em 27.2.2015. As análises da Seaec se iniciam após a efetiva aprovação e publicação do plano. Janeiro a abril foram pautados pela finalização de três análises do ano anterior e pelo início do monitoramento de recomendações referentes ao Planejamento de 2014.

Segunda medição – setembro (maio a agosto de 2015): nesse período, duas das três análises começadas no intervalo da primeira medição foram interrompidas; e a outra, finalizada em junho. Outras três análises foram iniciadas, sendo que uma informação foi emitida e as outras duas foram interrompidas.

Indicador da 2ª medição: 8,3% (2 de 24).

Justificativa: as duas interrupções de análise iniciadas na primeira medição foram ocasionadas pela inexistência de PA de liquidação (o que persistiu até junho para um dos contratos e persiste para o outro). Podem-se citar, também, as análises de solicitações pela administração, que não constam no planejamento.

Terceira medição: em 2015, a Seaec emitiu 30 informações. O planejamento original previa a emissão de 24 informações, sendo análise de 16 contratos e elaboração de 8 estudos. Com o ajuste do planejamento, houve adequação para 11 contratos e 4 estudos. Desses, foram analisados 10 contratos e realizados 3 estudos. Desse modo, considera-se o valor do indicador em $13/15 = 87\%$.

Justificativa – Coaud

Consideração inicial: o planejamento de 2015 da Coaud previu cinco auditorias no exercício. Para o cálculo da execução, consideram-se as três fases do procedimento de auditoria: planejamento, execução e relatório, sendo que possuem proporções de 50%, 30% e 20%, respectivamente, para o cálculo do indicador.

Primeira medição – em maio (janeiro a abril de 2015): 100%.

Justificativa: os primeiros meses do ano foram, preferencialmente, utilizados para o planejamento das auditorias a serem realizadas no TSE.

Segunda medição – em setembro (maio a agosto de 2015): 90%.

Justificativa: o atraso na execução da auditoria de concessão de diárias e passagens internacionais, o qual impactou na diminuição do índice de execução do plano de auditoria, ocorreu devido à construção do projeto-piloto de auditoria, empregado no planejamento da auditoria de controles internos – compras e contratações –, o que demandou esforços, pela Coaud, maiores do que antes previstos.

Terceira medição – em janeiro (setembro a dezembro): 66%.

Indicador estratégico	Índice de cumprimento das recomendações estratégicas expedidas pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria.
Objetivo estratégico	Combate à corrupção e à improbidade administrativa
O que se mede	O percentual de cumprimento das recomendações estratégicas expedidas pela SCI
Para que medir	Avaliar a atuação das unidades administrativas do TSE quanto ao atendimento às deliberações exaradas pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Quem mede	SCI
Quando medir	Semestralmente
Como medir	Quantidade de relatórios e de informações emitidos ÷ quantidade de relatórios e informações previstos
Fonte	Atos de gestão subsequentes aos relatórios de auditoria e informações emitidas
Metas	2015: atingir 70% de recomendações atendidas 2016: atingir 80% de recomendações atendidas

Valor apurado: 65,81% e 83%.

Justificativa – Seaec

Primeira medição – julho (janeiro a junho de 2014): durante o primeiro semestre de 2015, o monitoramento extrapolou o período de referência (1º semestre de 2014) e abarcou todas as recomendações de 2014.

Indicador da primeira medição: 86,4% (57 de 66).

Justificativa: até o presente momento, foram analisadas 66 recomendações, das quais 57 foram consideradas atendidas pela Seage. Frisa-se que o monitoramento

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

alcançou 100% das recomendações emitidas. Assim, os números da segunda medição pouco se alterarão.

Por fim, convém esclarecer que a Seaec priorizou o monitoramento das recomendações do ano anterior em detrimento das análises do planejamento. Por esse motivo, é possível observar indicadores excelentes para os índices de cumprimento de recomendações em contrapartida aos índices de planejamento executado. Registra-se que o segundo semestre será dedicado às análises ordinárias do planejamento 2015.

Segunda medição: em 2015, 137 recomendações foram emitidas. Dessas, 12 foram monitoradas, havendo atendimento a 9 delas, ou seja, 75% nessa amostra. Note-se que as recomendações do ano são monitoradas principalmente em fevereiro e março do ano seguinte, para compor o relatório de gestão.

Justificativa – Seage

Primeira medição – julho (janeiro a junho de 2014): durante o primeiro semestre de 2015, foi possível monitorar seis dos 16 processos planejados para o primeiro semestre. De acordo com o planejamento da seção, essa atividade será realizada quando não houver demandas relacionadas à análise prévia. Durante os três primeiros meses do ano, a Seage contou com apenas três servidores, o que impactou no volume de monitoramento das informações, uma vez que o planejamento inicial contava com a composição de quatro servidores. Ademais, no segundo trimestre, a seção participou de dois grandes projetos: Grupo de Estudos para a escolha do Plano de Saúde e Termo de Referência de Urnas Eletrônicas. Registre-se que essas demandas feitas pela Administração não constavam do planejamento.

Indicador da primeira medição: 84,37% (27 de 32).

Justificativa: até o presente momento, foram analisadas 32 recomendações, das quais 27 foram consideradas atendidas pela Seage.

Indicador da segunda medição: 83% (94 de 112).

Justificativa: até o presente momento, foram analisadas 112 recomendações, das quais 94 foram consideradas atendidas pela Seage.

Justificativa – Coaud

Primeira medição – em julho (janeiro a junho de 2014): durante o primeiro semestre de 2015, foi acompanhado o resultado de três auditorias: auditorias de contratações, auditoria na gratificação de atividade de segurança e auditoria de força de trabalho (Tecnologia da Informação).

Indicador: 26,67% (8 de 30).

Justificativa: até o presente momento, foram analisadas 30 recomendações, das quais 8 foram consideradas atendidas pela Coaud.

Segunda medição: até o presente momento, não houve medição desse indicador.

2.9. Secretaria de Administração

Atividades finalísticas

Trata-se de apresentar os dados e as iniciativas adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral no âmbito da Secretaria de Administração (SAD), relativas ao exercício de 2015, com o objetivo de dotar a instituição do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais.

Para realizar as competências previstas no Regulamento do TSE, a Secretaria de Administração dispõe de força de trabalho constituída por 104 servidores distribuídos na Secretaria, em 4 Coordenadorias, em 16 seções e 1 Comissão Permanente de Licitação.

Tramitaram, no âmbito da SAD, aproximadamente, 10.170 protocolos administrativos no período de janeiro a outubro de 2015, considerando o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).

O volume de protocolos contempla os procedimentos de aquisição e contratação de serviços, aplicação de penalidades, cálculo de multas, requerimentos de empresas, doações, pareceres contábeis, liquidação de despesas, assinaturas de documentos (empenhos, edital, contratos, autorização de despesa), realização de estimativa, multas eleitorais e solicitações diversas (mobiliário, conservação de bens, alteração de leiaute, fornecimento de material), os quais tramitam pelas diversas unidades da SAD.

As atividades da Secretaria foram divididas em sete temas, a serem tratados no relatório, quais sejam:

1. contratação de serviços e aquisições;
2. Eleições 2016;
3. licitações;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

4. manutenção predial;
5. execução orçamentária e financeira de 2015;
6. contribuições ao Planejamento Estratégico;
7. projetos.

Contratação de serviços e aquisições

O planejamento das contratações no TSE é regulamentado pela Instrução Normativa nº 2, de 14 de fevereiro de 2011, de forma a permitir o acompanhamento dos contratos vigentes e das novas contratações.

Os prazos de instrução processual são acompanhados diretamente pela Secretaria de Administração mediante planilha elaborada para o monitoramento de cada fase, a qual visa coordenar o tempo de tramitação dos projetos, com a finalidade de definir os papéis e as responsabilidades das unidades impactadas. O principal ganho é a tomada de decisão em tempo hábil para minimizar os riscos e maximizar a utilização dos recursos financeiros.

Em 2015, foram monitorados diretamente 324 processos de contratações (de janeiro a novembro), dos quais 111 foram concluídos, 107 foram arquivados, substituídos ou cancelados e 106 se encontram em andamento.

Contratações firmadas

No que se refere às contratações firmadas, registre-se que atualmente o TSE possui 274 ajustes vigentes, entre contratos, termos de compromisso e acordos de cooperação, dos quais 59 foram firmados no exercício de 2015.

Quanto às atas de registro de preços, o Tribunal celebrou 35 no ano de 2015, cujos principais objetos são os relativos a materiais de consumo para reposição do estoque, título eleitoral, peças para manutenção do controle de acesso e CFTV e serviços de Tecnologia da Informação.

Esse sistema agiliza as aquisições, por ter preços previamente registrados por intermédio de certames anteriores, o que permite uma organização melhor das compras públicas e uma melhoria do processo de execução orçamentária.

Com a utilização do sistema de registro de preços atrelado ao pregão, a organização pode programar suas compras para o período de um ano e adquirir somente o que for utilizar realmente, o que gera muita economia para a administração.

Destacam-se ainda os principais contratos e acordos firmados em 2015 (período de janeiro a novembro).

Objeto	Forma de contratação	Empresa	Data da assinatura
Contratação de 1.020.158,94 unidades de serviços técnicos (USTs) para prestação de serviços de suporte às equipes de gestão de infraestrutura tecnológica da Justiça Eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral e tribunais regionais eleitorais).	Contrato	CTIS Tecnologia S.A.	27.2.2015
A prestação de serviços de informática na área de sustentação de sistemas de informação.	Contrato	CTIS Tecnologia S.A.	12.3.2015
A prestação de serviços de apoio às atividades de planejamento da Tecnologia da Informação.	Contrato	Algar Tecnologia e Consultoria S.A.	23.3.2015
O ajuste de cooperação técnica entre as entidades signatárias, com vistas a estabelecer meios de integração e/ou disponibilização dos dados constantes no banco dos sistemas de candidaturas do TSE para, a partir da atualização permanente do cadastro de todos os candidatos e eleitos aos cargos de vereador, deputado estadual, deputado distrital, deputado federal, prefeito, governador e senador, possibilitar a realização de eventuais pesquisas sobre a participação política feminina nas eleições.	Acordo de cooperação técnica	Senado Federal	28.4.2015
A prestação de serviços de apoio às atividades de controle da Tecnologia da Informação.	Contrato	Datainfo – Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	25.5.2015

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Objeto	Forma de contratação	Empresa	Data da assinatura
A prestação de serviços especializados em segurança da informação para a Justiça Eleitoral, envolvendo a manutenção evolutiva e manutenção corretiva ao Subsistema de Instalação e Segurança (SIS) e ao Sistema de Autenticação e Autorização da Justiça Eleitoral (Odin).	Contrato	Módulo Security Solutions S.A.	27.5.2015
Aquisição e entrega, nos órgãos da Justiça Eleitoral, de 30 milhões de formulários de título eleitoral.	Contrato	Indústria Gráfica Brasileira Ltda.	24.6.2015
A prestação de serviços de disponibilização de mão de obra de reeducando do sistema prisional do Distrito Federal, nos termos do art. 28 da Lei nº 7.210/1984, Lei de Execuções Penais.	Contrato	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap/DF)	1º.9.2015
A contratação de serviços de garantia estendida para 35 mil urnas eletrônicas modelo 2011.	Contrato	Procomp Indústria Eletrônica Ltda.	15.9.2015
A contratação de serviços especializados para auxílio no aprimoramento tecnológico do sistema eletrônico de votação, envolvendo: suporte à qualificação e à análise do <i>hardware</i> das urnas eletrônicas e a avaliação de segurança de <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> utilizados no processo eleitoral. Esse auxílio visa promover a segurança, auditabilidade e transparência do sistema eletrônico de votação, apuração e totalização.	Contrato	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação	25.9.2015

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Contratos (Siac).

Com a constante evolução tecnológica e a modernização da administração pública, mostrou-se relevante a busca de novas formas de cooperação que aprimorem o desempenho corporativo no cumprimento da missão institucional. Nesse intuito, o Tribunal tem celebrado acordos de cooperação técnica e termos de compromisso

com órgãos e entidades públicas, nacionais e internacionais, bem como com entidades civis.

De modo geral, a cooperação técnica tem se mostrado saudável na medida em que propicia o intercâmbio de conhecimentos e de experiências e, de parte a parte, contribui para a capacidade de resposta das entidades envolvidas. A seguir, os principais acordos vigentes no atual exercício, observada a relevância e abrangência dos objetos:

Principais Acordos Vigentes em 2015				
Forma de Contratação	Empresa	Data Assinatura	Data Término	Objeto do Contrato
Acordo de Cooperação Técnica	Senado Federal	28.4.2015	28.4.2020	Firmar cooperação técnica entre as entidades signatárias, com vistas a estabelecer meios de integração/disponibilização dos dados constantes no Banco dos Sistemas de Candidaturas do TSE para, a partir da atualização permanente do cadastro de todos os candidatos e eleitos aos cargos de vereador, deputado estadual, deputado distrital, deputado federal, prefeito, governador e senador, possibilitar a realização de eventuais pesquisas sobre a participação política feminina nas eleições.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Principais Acordos Vigentes em 2015				
Forma de Contratação	Empresa	Data Assinatura	Data Término	Objeto do Contrato
Acordo de Cooperação Técnica	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	25.9.2014	3.10.2019	Viabilizar cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências e a realização de cursos e outros eventos visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de magistrados e servidores, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre o TSE e a Enfam.
Acordo de Cooperação Técnica	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	12.5.2014	12.5.2034	Viabilizar a cooperação e o intercâmbio de informações e aplicações entre o ITI e o TSE, com vistas à implementação e ao credenciamento da autoridade certificadora da Justiça Eleitoral, bem como a realização de estudos da utilização de registros biométricos em certificação digital ICP-Brasil.

Principais Acordos Vigentes em 2015				
Forma de Contratação	Empresa	Data Assinatura	Data Término	Objeto do Contrato
Acordo de Cooperação Técnica	Ministério da Justiça	8.5.2014	22.5.2019	Unir esforços com a finalidade de contribuir para compartilhamento de informações e troca de experiência entre o Ministério da Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral, órgãos responsáveis pelo Registro de Identidade Civil e pelo cadastro de eleitores.
Acordo de Cooperação Técnica	Supremo Tribunal Federal	1º.8.2013	1º.8.2018	Estabelecer condições para a divulgação, pela TV Justiça, dos atos institucionais do TSE.
Acordo de Cooperação Técnica	Conselho Nacional de Justiça	12.7.2012	12.7.2017	A conjugação de esforços entre os partícipes para o aperfeiçoamento e a evolução do sistema PJE a ser utilizado em todos os procedimentos judiciais na Justiça Eleitoral.
Termo de Compromisso	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	24.8.2011	26.8.2016	Cooperação técnica do GesPública com vistas a implantar gestão pública de excelência e resultados na Justiça Eleitoral.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Principais Acordos Vigentes em 2015				
Forma de Contratação	Empresa	Data Assinatura	Data Término	Objeto do Contrato
Termo de Compromisso	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD)	11.7.2011	11.7.2016	Memorando de Entendimento nº 4/2011 – implementar, no contexto do Pro Palop-TL, a cooperação que foi objeto da carta de intenções entre a Comissão Europeia e o TSE que foi assinada em 14.7.2010, por meio de projetos de assistência eleitoral que contemplem a colaboração na organização de seminários, atividades de capacitação de recursos humanos de caráter continuado e especializado, publicações, entre outras.
Termo de Compromisso	Rússia	16.5.2011	16.5.2016	Memorando de Entendimento nº 2/2011 – promover a cooperação, em termos e condições mutuamente acordados, em áreas prioritárias no campo da gestão e administração eleitoral.
Termo de Compromisso	Timor Leste	6.4.2011	6.5.2016	Desenvolver e intensificar, por meio do Memorando de Entendimento nº 1/2011, o intercâmbio de conhecimento e a experiência no campo de produção legislativa e a formação de recursos humanos timorenses na área eleitoral, a fim de aprimorar os recursos humanos do Stae.

Principais Acordos Vigentes em 2015				
Forma de Contratação	Empresa	Data Assinatura	Data Término	Objeto do Contrato
Acordo de Cooperação Técnica	Ministério da Justiça	9.9.2010	14.9.2016	Viabilizar a cooperação e o intercâmbio de informações entre o Ministério da Justiça/SNJ e o Tribunal Superior Eleitoral/SCI, no combate a fraudes e desvios em financiamento de campanhas eleitorais e de atividades partidárias, no que se refere à lavagem de dinheiro, de forma a coordenar os respectivos esforços de investigação e de sistematização de conhecimentos a respeito das diversas modalidades desses ilícitos, garantindo assim maior eficácia na repressão a tais práticas ilegais.
Acordo de Cooperação Técnica	Fundação Universidade de Brasília	30.4.2006	30.4.2016	Desenvolver projetos e atividades voltadas ao incremento da produção científica sobre o tema eleitoral e, em particular, ao estudo da questão eleitoral brasileira.

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Contratos (Siac).

Eleições 2016 (novas aquisições)

No que diz respeito aos atos preparatórios para as Eleições Municipais de 2016, registrem-se 22 aquisições em andamento, destinadas aos tribunais regionais eleitorais e à infraestrutura e serviços conduzidos pelo TSE.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

TSE	TRE (compra centralizada)
1. Engenharia da urna eletrônica	10. Urna eletrônica
2. Transporte de material eleitoral	11. Baterias
3. Auditoria externa	12. Lacs de segurança da urna eletrônica
4. Rede de distribuição e aceleração do conteúdo	13. Bobinas
5. Produção do Programa Brasil Eleitor	14. Peças de reposição da urna eletrônica
6. Comunicação social	15. <i>Drive de flash card</i>
7. Produção jornalística	16. Embalagens da urna eletrônica
8. Produção jornalística (serviços sob demanda)	17. Envelopes plásticos
9. Enlaces de acesso à Internet	18. Cabinas de votação
	19. Serviço Móvel de Transmissão Via Satélite SMSAT
	20. Serviços de impressão do caderno de folha de votação
	21. Serviços de impressão do Código Eleitoral
	22. Serviços de impressão dos formulários de requerimento de justificativa eleitoral (RJE) e dos requerimento de alistamento eleitoral (RAE)

Quanto às demais contratações vigentes e com o impacto direto nas eleições, elencaram-se as cinco mais relevantes no que diz respeito à Justiça Eleitoral:

Contrato prorrogável	Nº do contrato
Manutenção corretiva da urna	40/2014
Serviços de informática para suporte às áreas de gestão de infraestrutura tecnológica	16/2015
Serviços de informática na área de sustentação de sistemas de informação	17/2015
<i>Backbone</i> principal (comunicação de dados)	35/2014 36/2014 37/2014 38/2014 39/2014
Otimização, adaptação, correção e melhoria nos algoritmos em uso pelo TSE	10/2012 (termo de cooperação)

Serviços descentralizados pelo TSE aos TREs em 2015

Com relação aos serviços prestados nos tribunais regionais eleitorais e nos cartórios, o TSE efetuou duas importantes descentralizações. Essa divisão ocorreu com os recursos e a contratação. Objetivou-se aperfeiçoar a gestão administrativa e financeira dos serviços de:

- sustentação de sistemas;
- manutenção preventiva da urna eletrônica.

Tal medida é de todo conveniente e oportuna para a Administração, pois teve como fulcro reduzir os custos e aumentar a competitividade nas futuras licitações, haja vista que o certame realizado no TSE exige a necessidade de empresa que atue em âmbito nacional.

Principais estimativas para as Eleições Municipais

Dentre as estimativas de preços realizadas, destacam-se as referentes aos materiais e equipamentos destinados ao planejamento e à execução do processo eleitoral, sob o regime de registro de preços, cujo valor total estimado importou em R\$425.805.520,47.

Materiais e Equipamentos para Eleições 2016	Valor da Estimativa
Bateria Chumbo-Ácido Selada, 12V 9Ah	R\$ 8.468.200,00
Cabine de Votação	R\$ 1.953.459,20
Cadernos de folhas de votação e Relatórios de controle	R\$ 679.896,40
Formulário de Título Eleitoral	R\$ 974.000,00
Aquisição de Formulário RJE e RAE	R\$ 417.870,00
Envelope plástico da urna eletrônica	R\$ 627.000,00
Urna Eletronica	R\$ 410.882.094,87
Embalagem Genérica para urnas eletrônicas	R\$ 1.803.000,00
Valor Total Estimado	R\$ 425.805.520,47

Fonte: Seção de Controle de Custo e Gestão de Ata de Registro de Preços (SECGA).

Licitações

As licitações têm grande importância, pois fazem parte do rol de ações que o administrador executa no órgão público, que incluem, entre elas, as ações financeiras e o gerenciamento de compras.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Em 2015, foram realizadas, no âmbito do Tribunal, 76 licitações, das quais 99% são relativas à modalidade pregão eletrônico e 1% à modalidade concorrência, ambas no período de janeiro a novembro.

De acordo com esse levantamento, 46 processos lograram êxito, 17 encontram-se em andamento e 13 restaram frustrados. Nenhum dos pregões frustrados trouxe prejuízos ao andamento dos trabalhos desenvolvidos na instituição.

O pregão é uma modalidade que transformou as licitações públicas, pois trouxe inovações que proporcionaram celeridade e agilidade ao processo.

Também cabe ressaltar que o pregão, especialmente na sua forma eletrônica, proporcionou às licitantes de todas as regiões a participação em processos licitatórios, ampliando a competitividade e expandindo a oportunidade para as empresas.

Além do incremento da competitividade, o pregão oferece maior transparência, pois qualquer cidadão pode averiguar os processos por meio da Internet.

Outro fator de destaque é a economia gerada ao Erário, pois, por intermédio dos lances, é possível adquirir produtos ou serviços de qualidade por preços vantajosos.

Dentre os principais certames licitatórios realizados, destacam-se os relacionados a seguir, observadas relevância e abrangência dos objetos:

- Produção e fornecimento de até 150 mil urnas eletrônicas, modelo 2015.
- Horas de serviços técnicos para eventual prestação de serviços de apoio ao planejamento da TI.
- Aquisição e entrega de até 40 milhões de formulários de título eleitoral.
- Horas de serviços técnicos para eventual prestação de serviços de apoio às atividades de controle da TI.
- Prestação de serviços especializados em segurança da informação para a Justiça Eleitoral.
- Aquisição de peças, *softwares*, licenças e insumos para controle e acesso CFTV.
- Prestação de serviços de copeiragem (copeira e garçom) e de supervisão, mediante alocação de postos de trabalho.

- Prestação de serviços de apoio administrativo de auxiliar de microinformática.
- Plano de saúde.
- Prestação de serviços de revisor de textos, *design*, programação visual e edição de arte, mediante postos de trabalho.
- Prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de segurança patrimonial, CFTV.
- Prestação de serviço de manutenção de telefonia.
- Prestação de serviços especializados na área de produção, gravação, edição e distribuição de produtos de rádio e televisão de cunho jornalístico, informativo, educativo e institucional, de orientação social, a serem realizados de forma contínua e permanente.
- Aquisição e distribuição de cabinas de votação.
- Aquisição de formulários de requerimento de alistamento eleitoral (RAEs) e de requerimentos de justificativa eleitoral (RJE).

Manutenção predial

Com relação à manutenção predial, destacaram-se as atividades discriminadas a seguir:

- Planejamento, coordenação e supervisão dos serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, relacionadas a demandas na rede elétrica, hidrossanitárias, serviços de pintura e marcenaria executadas pela empresa Eletrodata (atendimento a 2.310 ordens de serviço).
- Acompanhamento e fiscalização do consumo de água e energia elétrica, com elaboração de estratégia e proposição de atitudes visando à economicidade, como, por exemplo: aquisição de arejadores para torneiras, a qual proporcionará uma economia de 10 a 40% no consumo de água; contínua reavaliação e ajuste da programação automática de horários de iluminação e redução de luminárias, os quais acarretaram redução de 3,77% no consumo de energia em relação ao ano anterior, a despeito do aumento da ocupação das edificações.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

- Planejamento, coordenação e supervisão dos serviços de manutenção do sistema de climatização e relativos à intervenção nos elevadores (atendimento a 310 ordens de serviço).
- Acionamento da garantia técnica da obra de construção da sede do TSE, e acompanhamento das atividades da equipe prestadora dos serviços demandados.
- Análise técnica (arquitetura, mecânica, civil e elétrica) de projetos do Museu.
- Assessoramento e apoio a eventos, no que se refere à logística, ao pleno funcionamento das instalações prediais e ao fornecimento de mobiliário e equipamentos necessários (126 eventos).
- Participação em reunião realizada em Rondônia, para definição de alternativas viáveis para a solução do problema enfrentado pelo TRE/RO, afetado pela enchente do Rio Madeira.
- Participação em reuniões e elaborações de documentos técnicos relacionados aos regionais.
- Participação em comissões relacionadas à área de atuação (Comissão de Acessibilidade e na Comissão de Padronização de Construção de Cartórios).
- Participação em eventos/cursos (Feicom 2015; Perícia de Medidores de Energia Elétrica).

Execução orçamentária e financeira de 2015

A execução do orçamento consiste na realização das ações previstas na peça orçamentária, conforme os programas previstos, e de acordo com as determinações especificadas na legislação que disciplina a matéria, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados à sociedade.

Ao longo do exercício, a execução orçamentária do Tribunal envolveu as atividades de empenho, liquidação, pagamento, inscrição de restos a pagar e exercícios anteriores, conformidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a execução e administração do Fundo Partidário.

Para fazer frente a essa execução, foi provisionado à Secretaria de Administração do TSE o montante de R\$510.670.000,00 para dispêndio com pessoal, custeio e investimento, de acordo com o quadro demonstrativo:

Grupo de despesa	Provisão recebida (R\$ milhões)	Valor empenhado (R\$ milhões)	Valor liquidado (R\$ milhões)
Pessoal	190,13	190,13	154,35
Custeio	281,19	240,70	96,06
Investimento	39,33	23,36	19,17
Total	510,67	454,20	303,18

Fonte: Siafi (janeiro a outubro – mês fechado).

No que concerne à modalidade de licitação, os principais gastos compreendem as despesas com pessoal, serviços administrativos, reaparelhamento, aquisição de material de consumo, serviços de informática e demais despesas ordinárias projetadas para o exercício.

Modalidade de licitação	Valor empenhado (R\$)	Valor liquidado (R\$)
Concorrência	3.901.993,17	416.418,55
Dispensa de licitação	13.999.113,92	9.085.175,23
Inexigível	16.988.323,45	10.702.735,04
Não se aplica	202.637.509,86	164.688.295,02
Suprimento de fundo	33.006,17	31.085,30
Pregão	216.644.344,09	118.258.615,08
Total	454.204.290,66	303.182.324,22

Fonte: Siafi (janeiro a outubro – mês fechado).

Quanto à execução do orçamento relativo ao Fundo Partidário, foi elaborado o seguinte relatório:

Fundo Partidário

Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira

Este relatório visa apresentar a distribuição das dotações consignadas ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos até a data-base (31.10.2015), em cumprimento ao que determina o art. 41-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, alterada pela Lei nº 11.459/2007 e pela Lei nº 12.875/2013, bem como demonstrar o impacto desta distribuição durante o período considerado.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Período de Referência¹ janeiro a outubro de 2015
 UG Executora Secretaria de Administração
 Exercício 2015
 Base: 29.10.2015
 Moeda Real (em unidade monetária)

	Duodécimos		Multas Eleitorais	
Dotação orçamentária ²	811.285.000,00		56.284.220,00	
Partido	Distribuição de janeiro a outubro de 2015	% distribuída de janeiro a dezembro 2015	Distribuição de janeiro a outubro 2015	% distribuída de janeiro a dezembro – 2015
PT	90.689.620,91	11,18	7.553.117,97	13,42
PMDB	72.421.446,78	8,93	6.031.841,83	10,72
PSDB	74.284.376,37	9,16	6.186.976,67	10,99
DEM	28.067.648,50	3,46	2.338.294,01	4,15
PP	43.571.916,88	5,37	3.629.406,81	6,45
PSB	42.501.090,49	5,24	3.540.234,10	6,29
PDT	24.065.701,38	2,97	2.007.459,27	3,57
PTB	26.934.779,99	3,32	2.243.954,76	3,99
PR	38.318.926,53	4,72	3.191.965,77	5,67
PPS	13.982.035,12	1,72	1.165.319,21	2,07
PV	14.304.613,03	1,76	1.192.181,79	2,12
PC do B	13.699.806,72	1,69	1.141.816,74	2,03
PSC	17.716.941,71	2,18	1.476.342,33	2,62
PSOL	11.309.425,96	1,39	925.349,51	1,64
PMN	4.141.593,39	0,51	345.859,71	0,61
PTC	3.284.075,14	0,40	274.450,16	0,49
PHS	7.241.661,05	0,89	603.271,62	1,07
PSDC	4.420.415,76	0,54	369.078,53	0,66
PT do B	6.508.129,39	0,80	542.903,10	0,96
PRB	30.306.388,82	3,74	2.524.724,36	4,49
PRP	5.841.603,76	0,72	487.427,49	0,87

	Duodécimos		Multas Eleitorais	
Dotação orçamentária ²	811.285.000,00		56.284.220,00	
Partido	Distribuição de janeiro a outubro de 2015	% distribuída de janeiro a dezembro 2015	Distribuição de janeiro a outubro 2015	% distribuída de janeiro a dezembro – 2015
PSL	6.396.384,86	0,79	533.626,73	0,95
PRTB	4.051.734,50	0,50	338.376,73	0,60
PTN	5.830.737,65	0,72	486.522,61	0,86
PSTU	2.294.390,88	0,28	192.034,52	0,34
PCB	1.337.591,09	0,16	111.284,24	0,20
PCO	1.133.679,16	0,14	95.376,63	0,17
PSD	40.517.509,14	4,99	3.375.052,01	6,00
PPL	1.982.103,73	0,24	166.028,91	0,29
PEN	5.465.674,02	0,67	456.122,09	0,81
PROS	14.123.751,17	1,74	1.177.120,59	2,09
SDD	18.836.490,45	2,32	1.569.572,38	2,79
NOVO	196.003,73	0,02	5.563,41	0,01
REDE	196.003,73	0,02	5.563,41	0,01
PMB	96.581,55	0,01	-	0,00
Total	676.070.833,34	83,33	56.284.220,00	100,00

Fonte: Siafi Operacional.

¹ Os dados referem-se à distribuição ocorrida até 31.10.2015.

² Refere-se à dotação orçamentária disponibilizada até 31.10.2015.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes à Secretaria:

SAD

Objetivo Estratégico 7: Fortalecimento da governança

Indicador estratégico	Índice de adequação ao planejamento das aquisições
Objetivo estratégico	Fortalecimento da governança

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

O que se mede	O percentual de aquisições executadas que estão discriminadas no plano de aquisição
Para que medir	Avaliar o planejamento das aquisições no TSE
Quem mede	SAD
Quando medir	Quadrimestral
Como medir	Quantidade de aquisições executadas discriminadas no plano de aquisição ÷ quantidade de aquisições
Fonte	Planilha – SAD
Metas	Executar 80% do plano anual de aquisições
Valor apurado	64%
Medição em:	29.10.2015

Indicador estratégico	Índice de conformidade ao prazo
Objetivo estratégico	Fortalecimento da governança
O que se mede	Cumprimento dos prazos de entrega dos projetos básicos e termos de referência estabelecidos no art. 3º, parágrafo único da Resolução-TSE nº 23.234/2010
Para que medir	Verificar o cumprimento da Resolução nº 23.234/2010 pelas unidades do TSE
Quem mede	SAD
Quando medir	Semanalmente
Como medir	Quantidade de projetos básicos e termos de referência válidos, recebidos no prazo ÷ quantidade de projetos básicos e termos de referência previstos para o período
Fonte	Planilha – SAD
Metas	Receber 70% dos projetos básicos e termos de referência (válidos) dentro do prazo normativo, ao final de cada mês
Valor apurado	66%
Medição em:	29.10.2015

Projetos

As informações apresentadas a seguir são resultado da consolidação dos dados relativos aos projetos sob a condução da Secretaria de Administração.

Implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI)

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e cedido ao TSE por meio do Acordo de Cooperação

Técnica nº 6, assinado em 20 de abril de 2015. Sua utilização ocorreu a partir de 15 de julho de 2015, sendo obrigatória em todo o Tribunal.

Trata-se de um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, tendo como principais características a libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.

A cessão da ferramenta ocorreu sem ônus financeiro, amparando-se em premissas altamente relevantes e atuais, tais como: a inovação, a economia do dinheiro público, o compartilhamento do conhecimento produzido e a sustentabilidade.

O sistema engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Ademais, tal programa objetiva a melhoria no desempenho dos processos da administração pública, com ganhos em agilidade, transparência administrativa e redução de custos.

O TSE é o responsável pela implementação na Justiça Eleitoral em parceria com o TRE de Tocantins.

Implantação

Somados ao Tribunal Superior Eleitoral e aos tribunais regionais eleitorais de Tocantins e Rondônia, o SEI encontra-se implantado em 14 tribunais eleitorais:

1. Tribunal Regional Eleitoral do Acre;
2. Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas;
3. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá;
4. Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;
5. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo;
6. Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul;
7. Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
8. Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;
9. Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba;
10. Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe;
11. Tribunal Regional Eleitoral de Roraima;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

12. Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

13. Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins;

14. Tribunal Superior Eleitoral.

Simplificação das contratações

Trata-se de otimizar o fluxo do processo desde a elaboração do termo de referência até a contratação. O projeto foi dividido em duas fases:

- Adaptação ao SEI com elaboração de plano para monitoramento e controle das contratações.
- Elaboração de modelos padronizados e otimizados para licitação (Termo de referência, edital e contrato), atualização de normas, de fluxo e criação de uma base de conhecimento.

Mapeamento dos fluxos otimizados: 75% concluído.

Já se encontra disponível na intranet o Painel de aquisições e contratações de serviços – Eleições 2016.

A minuta de revisão das normas encontra-se em fase de elaboração.

Descarte correto de resíduos sólidos

Trata-se de implementar a coleta seletiva e o descarte de resíduos sólidos no Tribunal.

Situação do projeto

Projeto	% concluído	Duração	Início planejado	Término planejado
Descarte Correto de Resíduos	99%	253 dias	30.3.2015	9.12.2015

- O credenciamento de associações ou cooperativas para efetuar a coleta seletiva foi realizado em 15 de outubro de 2015 e aguarda homologação.
- Aquisição de plataforma industrial para pesagem dos resíduos sólidos recicláveis está com edital previsto para publicação.

Interligação de Centrais Telefônicas TSE e TREs

Trata-se da utilização da tecnologia Voip para permitir que o TSE e os TREs efetuem ligações gratuitamente, como se a ligação fosse de ramal para ramal (disque 1 + (DDD) + ramal).

Situação do projeto

Projeto	% concluído	Duração	Início planejado	Término planejado
Interligação de Centrais Telefônicas TSE e TREs	53%	198 dias	10.3.2015	13.1.2016

O TSE já conta com a interligação sem ônus com oito regionais (DF, MT, PA, PE, RO, SE, SP e TO).

2.10. Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Atividades finalísticas

Compete à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade planejar, coordenar e supervisionar as atividades de gestão orçamentária, financeira e contábil da Justiça Eleitoral, o que será abordado nos temas a seguir.

Eleições suplementares

Os dados referentes a eleições suplementares, concernente à Secretaria, estão elencados nos itens a seguir.

Outros custeios e capital

Foram feitas análises e descentralizações de créditos orçamentários para realização de eleições suplementares em 20 municípios, no montante de R\$ 606.813,00.

Pessoal e encargos sociais

Em relação às despesas de pessoal, foram feitas análises e descentralizações de créditos orçamentários para realização de 18 eleições suplementares, distribuídas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

em sete unidades da Federação (Bahia, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo).

Foi disponibilizado para atendimento de serviço extraordinário o valor total de R\$816.894,81.

Solicitações de crédito para eleições suplementares Exercício 2015

UO	Município	Outros custeios e capital (R\$)	Pessoal e encargos sociais (R\$)	Total geral (R\$)
TRE/BA	Macarani	24.877,00	49.806,90	74.683,90
	Presidente Tancredo Neves	33.722,85	57.263,70	90.986,55
TRE/CE	Araripe	30.832,98	–	30.832,98
TRE/GO	São Domingos	9.452,40	8.816,64	18.269,04
TRE/PA	Santa Maria do Pará	76.456,00	57.684,90	134.140,90
	Igarapé-Miri	168.040,24	90.777,70	258.817,94
TRE/PR	Cambira	10.453,80	31.194,00	41.647,80
	Bituruna	18.776,25	48.887,80	67.664,05
	Rolândia	49.152,74	91.282,37	140.435,11
TRE/RJ	Natividade	73.000,00	48.101,30	121.101,30
TRE/RN	Pedra Grande	11.110,32	37.627,20	48.737,52
	Carnaúbas	7.714,24	23.406,00	31.120,24
	Luís Gomes	8.631,47	41.256,00	49.887,47
	Passagem	10.558,71	37.458,20	48.016,91
TRE/RS	Crissiumal	18.750,00	–	18.750,00
	Almirante Tamandaré	4.500,00	–	4.500,00
TRE/SP	Itápolis	18.662,00	73.188,70	91.850,70
	Paulo de Faria	9.109,00	41.204,80	50.313,80
	Vargem	11.503,00	41.648,10	53.151,10
	Canas	11.510,00	37.290,50	48.800,50
Total		606.813,00	816.894,81	1.423.707,81

Planejamento orçamentário da infraestrutura

A Secretaria subdividiu o planejamento orçamentário da infraestrutura de acordo com os itens seguintes.

Mapeamento da infraestrutura imobiliária

Desenvolvida em 2014 e implementada em 2015, a nova funcionalidade do Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária (Sigepro) se destina ao mapeamento da infraestrutura imobiliária da Justiça Eleitoral e de seus custos inerentes.

Essa ferramenta proverá a Justiça Eleitoral de informações gerenciais que orientarão a tomada de decisão, principalmente no que se refere à alocação orçamentária. Além disso, representa o início do processo de construção do sistema de custos, que terá o imóvel como centro orientador para a mensuração dos gastos da Justiça Eleitoral.

Indicadores de obras

Os indicadores de obras foram desenvolvidos com o objetivo de aprimorar o conhecimento acerca da execução de obras no âmbito da Justiça Eleitoral e possuem periodicidade anual (ano fechado). A seguir, constam os dados referentes a 2013 e 2014:

Obras de construção de cartórios eleitorais concluídos		
Indicador	2013	2014
Nº de cartórios concluídos (global)	54	36
Tempo médio de conclusão (global)	28 meses	26 meses
Nº de cartórios concluídos (área até 300m ²)	43	31
Tempo médio de conclusão (área até 300m ²)	26 meses	24 meses
Nº de cartórios concluídos (área superior a 300m ²)	11	5
Tempo médio de conclusão (área superior 300m ²)	35 meses	31 meses
Custo por m ²	R\$1.909,75	R\$2.064,19

Comparando-se os dois anos, nota-se que houve redução no tempo de conclusão e no número de obras de cartórios. A redução na quantidade ocorreu devido, basicamente, às construções no Estado do Paraná. Em 2013, foram construídos 24 cartórios e, em 2014, apenas 9.

Em relação ao custo por m², o aumento de aproximadamente 8% decorreu, essencialmente, do custo médio do cartório eleitoral no município de Santana/AP, que ficou acima da média (R\$3.372,22/m²).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

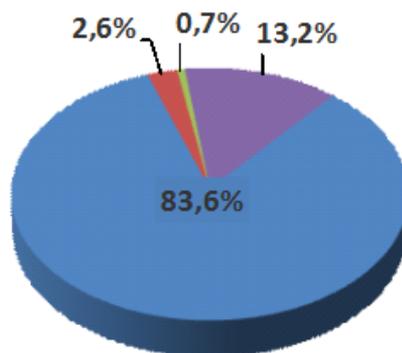
Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Orçamento 2015

De acordo com a Lei Orçamentária Anual 2015, cerca de R\$6,6 bilhões foram consignados à Justiça Eleitoral, conforme o detalhamento seguinte:

Distribuição Orçamento 2015



- ORÇAMENTO ORDINÁRIO
- AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS
- ELEIÇÕES SUPLEMENTARES
- FUNDO PARTIDÁRIO

Dotação da LOA 2015	
Item	LOA 2015 (R\$)
Orçamento ordinário	5.486.357.278
Aquisição e manutenção de urnas eletrônicas	168.000.000
Eleições suplementares	42.831.320
Fundo Partidário	867.569.220
Total geral	6.564.757.818

Fonte: Siafi.

Gestão orçamentária

O exercício financeiro de 2015 foi marcado por um contingenciamento significativamente superior ao de anos anteriores. Para amenizar o impacto negativo nas atividades de licitação e contratação do TSE, optou-se por contingenciar os recursos

destinados a projetos e atividades que poderiam ser adiados sem gerar prejuízos às Eleições 2016. Nesse sentido, priorizaram-se a aquisição de urnas eletrônicas e a implementação do projeto de cadastramento biométrico.

Além disso, foi necessário utilizar recursos orçamentários do TSE como fonte de crédito adicional para atender a necessidades urgentes de alguns tribunais regionais, tais como: aquisição de equipamentos de informática para substituir aparelhos danificados em razão de alagamento; recomposição de valor de obras paralisadas devido a rescisões por descumprimentos contratuais pelas construtoras; atendimento a reajustes tarifários superiores à inflação.

Nesse sentido, com uma perda considerada de 0,4% para o orçamento de pessoal e benefícios e de 8,7% para o de outros custeios e capital, a unidade setorial de orçamento projeta uma execução orçamentária de 97,6% para a Justiça Eleitoral no fim de 2015.

Créditos adicionais

Durante o exercício de 2015, foram realizadas quatro fases de crédito para viabilizar o remanejamento de dotações de outros custeios e capital e a adequação do planejamento dos tribunais regionais eleitorais, o que permitiu, dessa maneira, melhor aproveitamento dos créditos orçamentários. Ao todo, foram publicadas nove portarias de crédito suplementar para atendimento das demandas de revisão orçamentária de diversos tribunais regionais eleitorais, no montante de R\$134.189.807,00.

Os valores destinados à implementação da Lei nº 13.150/2015 – que trata da criação de cargos efetivos e funções comissionadas nas zonas eleitorais e transforma funções de chefe de cartório, cujos limites autorizados no Anexo V da Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº 13.115, de 20.4.2015), no total de R\$27.953.700,00 – estavam previstos em reserva de contingência do Poder Executivo e foram disponibilizados à Justiça Eleitoral em outubro.

Os créditos adicionais suplementares, referentes a pessoal e benefícios, foram viabilizados e disponibilizados por meio de seis portarias do Tribunal Superior Eleitoral e por três decretos do Poder Executivo, no total de R\$352.382.652,00.

Contingenciamento

Em 3 de dezembro, foi divulgado, pelo Poder Executivo, o último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, relativo ao quinto bimestre de 2015, o qual manteve limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

acumulado) na Justiça Eleitoral em R\$161.221.991,00, valor que foi distribuído entre os tribunais eleitorais conforme critérios definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no referido relatório de avaliação.

No Portal Transparência do TSE, é publicado bimestralmente demonstrativo atualizado do contingenciamento da Justiça Eleitoral, em cumprimento ao art. 52, § 11, da Lei nº 13.080, de 2.1.2015 (LDO 2015).

Período	TSE	Justiça Eleitoral
1º bimestre	-	-
2º bimestre	R\$68.239.446	R\$142.033.619
3º bimestre	R\$9.101.042	R\$19.188.372
4º bimestre	-	-
5º bimestre	-	-
Total	R\$77.340.489	R\$161.221.991

Receitas

Para o exercício de 2015, foram previstas as arrecadações para a realização de concursos públicos nos tribunais regionais eleitorais, bem como o recolhimento de multas previstas no Código Eleitoral e nas leis conexas. De acordo com a Portaria-SOF nº 4, de 26.2.2015, os valores foram lançados e assim foram totalizados:

Receitas	2015 (R\$)
Concursos Públicos	35.556.865
Fundo Partidário	867.569.220
Total	903.126.085

Fundo Partidário

Para manutenção e assistência financeira aos partidos políticos, com fundamento na Lei nº 9.096/1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), esta unidade setorial de orçamento estimou a cota orçamentária a ser custeada pelo Tesouro Nacional, bem como a projeção de arrecadação de multas previstas no Código Eleitoral. Assim, chegou-se a uma dotação no valor de R\$867.569.220,00 para o Fundo Partidário, sendo R\$56.569.220,00 referentes a multas previstas no Código Eleitoral e nas leis conexas, R\$233.285.000,00 a recursos ordinários do Tesouro e R\$578.000.000,00 referentes à suplementação realizada por meio de emenda parlamentar.

Além disso, foi solicitado crédito adicional à Secretaria de Orçamento Federal/MP no valor de R\$29.219.163,00, referente à diferença entre o montante efetivamente arrecadado e a projeção realizada na proposta orçamentária. No entanto, o pedido não foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Consultas

Procedeu-se ao acompanhamento e à análise de pedidos diversos de liberação de recursos financeiros, com a elaboração de 432 formulários para pagamento das despesas de exercícios anteriores e do serviço extraordinário prestado fora do período eleitoral.

Além disso, foram encaminhadas consultas à Assessoria Jurídica (Asjur/TSE) e orientações aos tribunais regionais eleitorais para dirimir questionamentos apresentados relativos a honorário advocatício, ônus de sucumbência, banco de horas, pagamento de auxílio-moradia a juristas, indenização de férias, incorporações.

Programação financeira

Com a publicação da Lei nº 13.115/2015 (LOA), em 20 de abril de 2015, foi elaborado e publicado o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Eleitoral com uma dotação inicial de R\$6.540.802.254,00 nas categorias de gasto com pessoal e encargos Sociais e de outros custeios e capital. Tendo em vista limitação de empenho e movimentação financeira, créditos especiais reabertos, descentralizações de créditos, abertura de créditos suplementares, o valor foi atualizado para R\$6.414.633.200,00.

Desse montante, foram recebidos pela Justiça Eleitoral R\$6.402.100.141,00, dos quais R\$5.861.303.875,69 foram sub-repassados aos tribunais eleitorais, o que gerou a emissão de 6.253 documentos Siafi.

Cumprir registrar que, desse total, foi realizada a programação financeira de recursos ao Tesouro Nacional para pagamento de despesas com emendas parlamentares individuais no valor de R\$16.700.000,00, para sub-repasse aos tribunais regionais eleitorais, conforme previsão contida na LOA 2015.

Gestão fiscal e financeira

Elaboração e publicação do Relatório de Gestão Fiscal do primeiro e do segundo quadrimestres de 2015 do Tribunal Superior Eleitoral, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e seu envio ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional. Com intuito de padronizar os relatórios de gestão fiscal da Justiça

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Eleitoral, foram elaborados os demonstrativos da despesa com pessoal e enviados a todos os tribunais regionais eleitorais, para análise e publicação.

No que diz respeito ao sub-repasse financeiro para as despesas com pessoal e encargos sociais dos tribunais regionais eleitorais, é realizada uma análise criteriosa por meio de planilhas padronizadas em que a variação nos dispêndios acima de R\$1.000,00 necessitam de justificativa que comprove o acréscimo, evitando-se a liberação de recursos para o pagamento de despesas não autorizadas.

Além disso, foram produzidos relatórios e consultas para o acompanhamento da execução orçamentária e financeira do exercício e restos a pagar de toda a Justiça Eleitoral, detalhados por ação orçamentária, grupo de despesa e fonte de recursos, com periodicidade diária, semanal, mensal e série histórica. Tais relatórios possuem a finalidade de embasar as tomadas de decisões para um melhor aproveitamento dos recursos alocados para esta Justiça especializada.

Gestão contábil

Foram realizadas as seguintes atividades quanto à gestão contábil:

- Acompanhamento de bloqueio e desbloqueio dos restos a pagar inscritos no exercício de 2013 em toda a Justiça Eleitoral com o intuito de subsidiar a tomada de decisão dos gestores quanto à utilização dos referidos empenhos.
- Atesto de consistência das demonstrações contábeis do TSE, do Fundo Partidário e da Justiça Eleitoral, por meio do registro mensal da conformidade contábil no Siafi, referente a 2015;
- Análise e verificação mensal dos relatórios de almoxarifado e de bens do TSE inventariados no exercício de 2015, com emissão de parecer contábil.
- Registro contábil no Siafi de comprovação e conclusão da prestação de contas do termo de execução descentralizada com o Ministério da Defesa, no valor de R\$39.162.100,00, conforme Decreto nº 8.180/2013, para a garantia da lei e da ordem e para o apoio logístico nas Eleições Gerais 2014.
- Acompanhamento e orientação quanto à implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp), no TSE e nos tribunais regionais, com vistas a promover a convergência aos padrões

internacionais de contabilidade do setor público e a consolidação das contas nacionais (conforme art. 51 da LRF), além da redução de divergências conceituais em benefício da transparência da gestão fiscal, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social.

- Elaboração de orientações sobre regularizações e procedimentos contábeis referentes às rotinas de transição na implantação do Pcasp, bem como elaboração de orientação sobre os procedimentos contábeis e financeiros para o encerramento do exercício de 2015 e a abertura do exercício de 2016.
- Atendimento a aproximadamente 1.370 questionamentos contábeis das unidades administrativas do TSE e dos TREs relacionados aos novos procedimentos de implantação do Pcasp, à execução orçamentária, financeira e patrimonial, à classificação orçamentária da despesa e ao encerramento do exercício. Destaca-se que esse número dobrou em relação ao ano anterior devido à mudança na contabilidade aplicada ao setor público com a implantação do Pcasp.
- Análise do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da Justiça Eleitoral (órgão consolidado), de acordo com planilhas encaminhadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, com a finalidade de auxiliar na confecção das notas explicativas do balanço geral de União.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016

Após discussão com os demais órgãos do Poder Judiciário, o TSE encaminhou ao Poder Executivo 15 sugestões para a elaboração do PLDO 2016, com base no texto da lei atualmente vigente – Lei nº 13.080/2015 (LDO 2015). A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP) acatou parcialmente três proposições.

Num segundo momento, após avaliação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (PLDO 2016) (PLN nº 1/2015) encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, foram apresentadas 14 propostas de emendas ao projeto de lei para defesa dos interesses da Justiça Eleitoral.

Das 14 emendas apresentadas, quatro foram deferidas e mantiveram redações favoráveis à Justiça Eleitoral.

Proposta Orçamentária 2016

Os itens seguintes esclarecem sobre os trâmites para a proposta orçamentária de 2016.

Planejamento/Programação

De forma simplificada, o planejamento orçamentário visa à definição de prioridades e à distribuição racional dos recursos. Objetiva-se identificar e valorar as diversas iniciativas que serão objeto de gastos, especialmente aquelas que concorrem com as despesas regulares da estrutura administrativa da Justiça Eleitoral. Como ferramenta, utilizou-se o Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária (Sigepro), *software* de abrangência nacional desenvolvido pelo TSE para captação das propostas das unidades orçamentárias.

Reuniões da Proposta

Como instrumento auxiliar na busca da integração entre as unidades e no aperfeiçoamento do ciclo orçamentário, foram realizadas reuniões com representantes dos tribunais regionais eleitorais, em 27 e 29 de maio e 2 de junho de 2015, para compreensão das principais demandas e definição das prioridades.

No primeiro dia, participaram os representantes dos tribunais regionais eleitorais de Goiás, do Distrito Federal e das regiões Sul e Sudeste. No segundo dia, compareceram os representantes dos TREs da Região Nordeste e, no terceiro dia, os da região Norte e dos TREs de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tal formato enriqueceu as discussões em decorrência do agrupamento regional de participantes, inclusive com o debate de temas específicos que abarcam vários tribunais, com o compartilhamento de ideias e melhores práticas.

Discussão dos projetos e das atividades para 2016 com o Ministério do Planejamento

A justificativa para os recursos solicitados para 2015 baseou-se na defesa da recomposição dos valores alocados na LOA 2015 para as despesas de caráter continuado, em razão dos altos índices inflacionários, bem como na priorização dos projetos da Justiça Eleitoral. Além do encaminhamento das informações em meio eletrônico, a equipe técnica da unidade setorial esteve presente na Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) em 10 de junho de 2015, a fim de discutir o conteúdo da proposta orçamentária da Justiça Eleitoral.

Divulgação dos limites

Em 29 de junho de 2015, a Secretaria de Orçamento Federal divulgou, por meio do Ofício-SOF/MP nº 1, os referenciais monetários para elaboração da Proposta Orçamentária 2016 da Justiça Eleitoral, relativos a outras despesas correntes e de capital.

O valor inicialmente comunicado, na avaliação da unidade setorial de orçamento, não foi suficiente para atender à previsão de reajustes dos contratos, suas ampliações, novos projetos, principalmente obras, e continuação do recadastramento biométrico em 2016.

Nesse sentido, houve nova negociação com a SOF/MP para ampliação de limites, em reunião no dia 6 de julho de 2016, a qual resultou na expansão dos referenciais monetários.

A proposta orçamentária para 2016 foi finalizada com acréscimo monetário de 3,4% em relação ao Ploa 2015, para custeio das despesas de caráter continuado. Entretanto, durante a tramitação do Ploa 2016 no Congresso Nacional, o orçamento da Justiça Eleitoral sofreu um corte de 25,4% nas despesas de OCC, excetuado o valor do Fundo Partidário. Essa expressiva redução poderá acarretar prejuízos ao processo eleitoral que se aproxima e atrasos no andamento dos projetos desenvolvidos pela Justiça Eleitoral, como o Biometria.

Pessoal e benefícios – Despesas obrigatórias

Realização das atividades relativas à Proposta Orçamentária 2016 (PO 2016), referente às despesas obrigatórias:

- Análise, elaboração e consolidação de contestação dos pré-limites e dos limites da JE para as despesas relativas a pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores e pensões indenizatórias encaminhados pela SOF/MP para composição da PO 2016, conforme critérios definidos nos arts. 72 e 78 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2016.
- Elaboração da estrutura e da projeção dos impactos orçamentários para composição da PO 2016, relativos a: provimentos de cargos e funções vagas; implementação de projetos de lei que tratam dos reajustes de magistrados e servidores (PL nº 2.646/2015 e nº 2.648/2015, respectivamente); impacto da progressão funcional de servidores; estoque de passivos, eleições municipais, suplementares e eventuais plebiscitos e referendos que venham a ocorrer em 2016; PL nº 319/2007,

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

que trata da concessão do percentual de 5% aos técnicos judiciários que tenham diploma de graduação; Lei nº 13.150/2015, que trata da criação e transformação de cargos e funções para novas zonas eleitorais em funcionamento após a edição da Lei nº 10.842/2004; PL nº 5.426/2013, que trata da criação de cargos comissionados; PL nº 7.889/2014, que cria cargos (efetivos e comissionados) e funções para o TSE; PL nº 7.990/2014, que cria cargos (efetivos e comissionados) e funções para as áreas de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral; PL nº 1.761/2015, que cria cargos comissionados o Registro Civil Nacional (RCN); e PL nº 7.904/2014, que cria a Gratificação Eleitoral (Grael).

- Contestação dos limites consignados nas ações orçamentárias que tratam de despesas obrigatórias, relativas a pleitos eleitorais, benefícios, pessoal e encargos sociais.

Contudo, durante a tramitação do Ploa 2016 no Congresso Nacional, foram realizados cortes em relação aos limites físicos e financeiros (R\$96.301.410,00) anteriormente autorizados no item I do Anexo V, relativo a provimentos passíveis de nomeação no exercício de 2016, os quais foram reduzidos para 161 e R\$2.111.270,00, respectivamente, destinados ao atendimento de provimentos previstos na Lei nº 13.150/2015.

Assim, os valores finais autorizados para atendimento de despesas obrigatórias na Lei Orçamentária Anual 2016, Lei nº 13.255, de 14.1.2016, são os constantes do quadro a seguir:

Valores (R\$) finais autorizados para despesas obrigatória – Ploa/2016	
Órgão: 14.000 – JE	
Pessoal e encargos sociais	4.001.066.634,00
Benefícios	306.983.412,00
Pensões indenizatórias	60.000,00
Pleitos/pessoal	274.808.040,00
Anexo V*	249.970.358
Total	4.832.888.443,55

*Foram incluídos os valores para atendimento da implementação dos projetos de lei nºs 2.646/2015 e 2.648/2015, que tratam do reajuste dos magistrados e servidores, respectivamente, cujos valores foram destacados no item II do Anexo V, relativo à alteração de estruturas de carreiras e aumento de remuneração. Os valores foram consolidados para o Poder Judiciário da União e serão alocados em reserva de contingência do Poder Executivo até a aprovação, conforme previsto no § 11 do art. 99 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016, Lei nº 13.242, de 30.12.2015.

Sistemas desenvolvidos em parceria com a STI

Sigepro – Outros custeios e capital

O Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária (Sigepro) – Outros Custeios e Capital – iniciou 2015 com a disponibilização do módulo Gerenciamento de Imóveis da Justiça Eleitoral, que resultou do trabalho conjunto da SOF com a STI em 2014 e que tem como objetivo ser instrumento para o aperfeiçoamento da infraestrutura imobiliária e para captação de dados de custos dos imóveis.

Os dados coletados em 2015 referentes ao exercício financeiro de 2014 proporcionaram o conhecimento das despesas básicas de manutenção e funcionamento de cada imóvel administrado pela JE, bem como o custo por eleitor, por m² ou por unidade imobiliária, além da distribuição de pessoal nos diversos imóveis (servidores, terceirizados, requisitados e estagiários).

No entanto, verificou-se a necessidade de se desenvolver um sistema próprio de custos para a Justiça Eleitoral, uma vez que o nível de detalhamento das informações e os critérios adotados para o planejamento orçamentário divergem em alguns pontos dos utilizados pela visão de custos. Dessa forma, foi solicitada à STI a criação de um programa específico, com base de dados única, por meio do Processo SEI nº 2015.00.000003434-4.

Sigepro – pessoal

Atualmente são utilizadas diversas planilhas Excel para controlar todo o orçamento da Justiça Eleitoral referente a pessoal, benefícios, passivos e pensões indenizatórias. Essas planilhas são atualizadas pelos tribunais regionais eleitorais e enviadas para a SOF por *e-mail*, o que gera uma morosidade na análise das informações, bem como um problema de confiabilidade de dados em virtude da tecnologia utilizada.

Para solucionar essa questão, foi sugerida pela STI uma alternativa para o desenvolvimento do sistema Sigepro – Pessoal, que servirá como nova ferramenta de captação de dados físicos e orçamentários de despesas obrigatórias no âmbito desta Justiça especializada. Em novembro de 2014, foram definidos os seus requisitos iniciais, com a aquisição, pelo TSE, do componente Excel-like, que permite a utilização de planilhas eletrônicas em ambiente Web.

O sistema encontra-se atualmente em fase de desenvolvimento e homologação, e há previsão de que a proposta orçamentária para 2017 seja realizada parcialmente na aplicação, a partir de abril de 2016.

Transparência

Como contribuição para maior transparência das receitas e despesas, foram desenvolvidos, no Sistema Tesouro Gerencial, relatórios e consultas padronizados para os órgãos da Justiça Eleitoral, em função principalmente do disposto na Resolução-CNJ nº 102/2009, que determina o encaminhamento mensal de demonstrativos orçamentários ao Conselho Nacional de Justiça e a publicação nos portais dos tribunais regionais eleitorais na Internet.

Em relação aos dados de pessoal e benefícios, a unidade setorial de orçamento tem atuado de forma a promover homogeneização e adequação do tratamento das informações, bem como atendimento tempestivo dos dados demandados no âmbito da Justiça Eleitoral.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

As contribuições desta unidade foram as relacionadas nos itens seguintes.

Indicadores de desempenho orçamentário

Os indicadores de desempenho orçamentário foram instituídos pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF) e constituem importantes ferramentas de análise e direcionamento da execução orçamentária. O escopo analisado restringe-se ao orçamento ordinário de Outros Custeios e Capital (OCC), não sendo consideradas as dotações do Fundo Partidário, de benefícios e de recursos diretamente arrecadados (concursos públicos). Os principais indicadores adotados são *Aderência da execução ao planejamento orçamentário* (execução planejada) e *Perdas orçamentárias* (inclusive restos a pagar). Desde que foram introduzidos, no exercício de 2010, foram percebidos avanços significativos na execução orçamentária da Justiça Eleitoral.

O indicador *Execução planejada* reflete a parcela da execução orçamentária em alinhamento com o planejado na proposta e previsto na Lei Orçamentária anual. Com base no desempenho histórico e nas prerrogativas legais de alterações orçamentárias (créditos adicionais e contingenciamento), considera-se ideal um desempenho entre 70% e 80% para esse indicador.

As perdas orçamentárias refletem o percentual do orçamento autorizado (do exercício corrente e dos restos a pagar não processados do ano anterior) não executado ao fim do exercício. Até o exercício de 2020, a meta para a Justiça Eleitoral será de 9%.

No exercício de 2015, os indicadores orçamentários foram inseridos no Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral para o período 2015-2020, com previsão na Resolução-TSE nº 24.349, de 30.3.2015.

Com o objetivo de assegurar o cumprimento das metas referentes aos indicadores do objetivo Estratégico 6 – *Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária do Planejamento Estratégico 2015-2020* –, a SOF/TSE, em conjunto com a Assessoria de Gestão Estratégica (AGE/DG), elaborou plano de ação que visa aprimorar o planejamento orçamentário e a qualidade dos gastos na Justiça Eleitoral (Processo SEI nº 2015.00.000000026-1). O plano destina-se ao gerenciamento do desempenho orçamentário do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais, ao longo do segundo semestre de 2015. O prazo de conclusão do plano de ação, segundo o cronograma, encerra-se em 29 de fevereiro de 2016.

O quadro-resumo a seguir demonstra os índices de 2014, utilizados como base para o cálculo das metas de 2015 a 2020, e os desempenhos parciais de 2015. Vale ressaltar que as ações nacionais (Pleitos Eleitorais e Implantação do Sistema de Automação e Identificação do Eleitor – Biometria) são consideradas apenas para os índices da Justiça Eleitoral, uma vez que são centralizadas na unidade orçamentária 14101 (Tribunal Superior Eleitoral); no entanto, todos os tribunais regionais eleitorais têm participação na sua execução.

O indicador de aderência apresenta o desempenho parcial do ano. Para o cálculo do índice, ainda não estão disponíveis todas as informações necessárias para se conhecer os números finais de 2015. Por essa razão, o cronograma do plano de ação prevê a data de 29 de fevereiro de 2016 para a conclusão da atividade.

Para o indicador de perdas orçamentárias, já foi apurado o desempenho final de 2015. Todas as metas foram atingidas no exercício (do Tribunal Superior Eleitoral, dos tribunais regionais e da Justiça Eleitoral).

Objetivo Estratégico 6: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária				
Indicador: Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário				
Órgão	Situação 2014	Desempenho 2015	Meta 2015	Meta 2020
Tribunal Superior Eleitoral	74,2%	60%	75,4%	80,0%
Tribunais regionais eleitorais	71,8%	58,3%	75,4%	80,0%
Justiça Eleitoral	69,5%	47,8%	75,4%	80,0%

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Objetivo Estratégico 6: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária				
Indicador: Perdas Orçamentárias				
Órgão	Situação 2014	Desempenho 2015	Meta 2015	Meta 2020
Tribunal Superior Eleitoral	5,1%	9,2%	12,7%	9,0%
Tribunais regionais eleitorais	14,7%	11,5%	12,7%	9,0%
Justiça Eleitoral	11,3%	10,1%	12,7%	9,0%

Para o alcance das metas, foram debatidas, na reunião de secretários de orçamento da Justiça Eleitoral, nos dias 25 e 26 de novembro, sugestões de boas práticas de gestão e alternativas para minimizar as dificuldades, como os reflexos do contingenciamento e a aprovação tardia da Lei Orçamentária Anual 2015.

ANEXO

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes à Secretaria de Planejamento, Orçamento Finanças e Contabilidade:

TSE

Indicador estratégico	Aderência da execução ao planejamento orçamentário
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária
O que se mede	O percentual de execução em acordo com o planejado no processo de elaboração do orçamento do TSE
Para que medir	Avaliar o grau de aderência da execução orçamentária ao planejamento orçamentário do TSE
Quem mede	SOF
Quando medir	Anualmente
Como medir	Total executado em acordo com a programação orçamentária ÷ recursos orçamentários alocados no Sigepro Obs. 1: serão considerados os recursos orçamentários alocados no Sigepro após o fechamento da proposta orçamentária no sistema Obs. 2: não são consideradas nos cálculos as despesas com Fundo Partidário, pessoal, benefícios, despesas custeadas pela fonte 50, créditos reabertos no exercício subsequente e ações nacionais (Pleitos eleitorais, Implantação do Sistema de Automação e Identificação do eleitor – Biometria)

Fonte	Sigepro e Siafi
Metas	Melhorar o desempenho em 5%, a cada ano, até atingir 80%, patamar considerado satisfatório, e manter o índice. Para o exercício de 2015, a meta é de 75,4%
Histórico	Situação de 2014: 74,2%. Situação de 2015: 60,0%

Justiça Eleitoral

Indicador estratégico	Aderência da execução ao planejamento orçamentário
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária
O que se mede	O percentual de execução em acordo com o planejado no processo de elaboração do orçamento da Justiça Eleitoral
Para que medir	Avaliar o grau de aderência da execução orçamentária ao planejamento orçamentário da Justiça Eleitoral
Quem mede	SOF
Quando medir	Anualmente
Como medir	Total executado em acordo com a programação orçamentária ÷ recursos orçamentários alocados no Sigepro Obs. 1: serão considerados os recursos orçamentários alocados no Sigepro após o fechamento da proposta orçamentária no sistema Obs. 2: não são consideradas nos cálculos as despesas com Fundo Partidário, pessoal, benefícios, despesas custeadas pela fonte 50 e créditos reabertos no exercício subsequente Obs. 3: são consideradas as ações nacionais (Pleitos eleitorais e Implantação do Sistema de Automação e Identificação do Eleitor – Biometria)
Fonte	Sigepro e Siafi
Metas	Melhorar o desempenho em 5%, a cada ano, até atingir 80%, patamar considerado satisfatório, e manter o índice. Para o exercício de 2015, a meta é de 75,4%
Histórico	Situação de 2014: 69,5% Situação de 2015: 47,8%

Tribunais Regionais Eleitorais

Indicador estratégico	Aderência da execução ao planejamento orçamentário
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

O que se mede	O percentual de execução em acordo com o planejado no processo de elaboração do orçamento dos tribunais regionais eleitorais
Para que medir	Avaliar o grau de aderência da execução orçamentária ao planejamento orçamentário dos tribunais regionais eleitorais
Quem mede	SOF
Quando medir	Anualmente
Como medir	Total Executado em Acordo com a Programação Orçamentária ÷ Recursos Orçamentários Alocados no Sigepro Obs. 1: serão considerados os Recursos Orçamentários Alocados no Sigepro após o fechamento da proposta orçamentária no sistema Obs. 2: não são consideradas nos cálculos as despesas com Fundo Partidário, pessoal, benefícios, despesas custeadas pela fonte 50, créditos reabertos no exercício subsequente.
Fonte	Sigepro e Siafi
Metas	Melhorar o desempenho em 5%, a cada ano, até atingir 80%, patamar considerado satisfatório, e manter o índice. Para o exercício de 2015, a meta é de 75,4%
Histórico	Situação de 2014: 71,8% Situação de 2015: 58,3%

TSE

Indicador estratégico	Perdas orçamentárias
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária
O que se mede	Relação entre o valor não executado e o valor disponível, considerando o orçamento unificado (exercício corrente e restos a pagar não processados)
Para que medir	Verificar a capacidade do TSE para executar os recursos programados e reduzir a perda orçamentária, otimizando, assim, a utilização dos recursos disponibilizados
Quem mede	SOF
Quando medir	Anualmente

Como medir	(Orçamento total não empenhado + total dos restos a pagar não processados não pagos) ÷ (orçamento total disponível + total dos restos a pagar não processados inscritos) Obs.: não são consideradas nos cálculos as despesas com Fundo Partidário, pessoal, benefícios, despesas custeadas pela fonte 50, créditos reabertos no exercício subsequente e as ações nacionais (Pleitos eleitorais, Implantação do Sistema de Automação e Identificação do Eleitor – Biometria)
Fonte	Siafi
Metas	Reduzir em dois pontos percentuais a perda orçamentária de 2014 a cada ano. Para o exercício de 2015, a meta é de 12,7%
Histórico	Situação de 2014: 5,1% Situação de 2015: 9,2%

Justiça Eleitoral

Indicador estratégico:	Perdas orçamentárias
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária
O que se mede	Relação entre o valor não executado e o valor disponível, considerando o orçamento unificado (exercício corrente e restos a pagar não processados)
Para que medir	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral para executar os recursos programados e reduzir a perda orçamentária
Quem mede	SOF
Quando medir	Anualmente
Como medir	(Orçamento total não empenhado + total dos restos a pagar não processados não pagos) ÷ (orçamento total disponível + total dos restos a pagar não processados inscritos) Obs.1: não são consideradas nos cálculos as despesas com Fundo Partidário, pessoal, benefícios, despesas custeadas pela fonte 50 e créditos reabertos no exercício subsequente. Obs. 2: são consideradas as ações nacionais (Pleitos eleitorais e Implantação do Sistema de Automação e Identificação do Eleitor – Biometria)
Fonte	Siafi
Metas	Reduzir em dois pontos percentuais a perda orçamentária de 2014 a cada ano. Para o exercício de 2015, a meta é de 12,7%
Histórico	Situação de 2014: 11,3% Situação de 2015: 10,1%

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Tribunais Regionais Eleitorais

Indicador estratégico:	Perdas orçamentárias
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária
O que se mede	Relação entre o valor não executado e o valor disponível, considerando o orçamento unificado (exercício corrente e restos a pagar não processados)
Para que medir	Verificar a capacidade dos tribunais regionais eleitorais para executar os recursos programados e reduzir a perda orçamentária.
Quem mede	SOF
Quando medir	Anualmente
Como medir	(orçamento total não empenhado + total dos restos a pagar não processados não pagos) ÷ (orçamento total disponível + total dos restos a pagar não processados inscritos) Obs.: não são consideradas nos cálculos as despesas com Fundo Partidário, pessoal, benefícios, despesas custeadas pela fonte 50, créditos reabertos no exercício subsequente
Fonte	Siafi
Metas	Reduzir em dois pontos percentuais a perda orçamentária de 2014 a cada ano, até atingir desempenho de 9% e manter o índice. Para o exercício de 2015, a meta é de 12,7%
Histórico	Situação de 2014: 14,7% Situação de 2015: 11,5%

2.11. Assessoria de Segurança e Transporte

Segue o relatório das atividades desenvolvidas pela Assessoria de Segurança e Transporte (Asset), no exercício do corrente ano, contemplando suas diversas atribuições, bem como dados estatísticos referentes aos controles exercidos pela unidade.

Atividades finalísticas

Cabe à Assessoria de Segurança e Transporte controlar o acesso e a circulação de pessoas nas dependências do Tribunal, exercer as atividades de segurança do patrimônio e supervisioná-las quando parcialmente exercidas por empresas contratadas.

A Asset executou e/ou supervisionou as seguintes atividades:

- Administração dos contratos de:
 - ascensoristas;
 - brigadistas;
 - motoristas administrativos;
 - motoristas executivos;
 - vigilantes.
- Monitoramento 24h do circuito fechado de TV por:
 - câmeras internas;
 - câmeras externas;
 - câmera garagem.
- Controle de acesso ao Tribunal:
 - Guaritas – Controle de acesso por registro de veículos nas cancelas.
 - Portarias – Controle de acesso de pessoas por registro eletrônico e catracas.
 - Salas – Controle de fechadura eletrônica.
 - Gabinete – Controle de acesso por vigilante e fechaduras eletrônicas.
- Ingresso de pessoas do público externo, objetos e volumes nas dependências do Tribunal Superior Eleitoral de janeiro a dezembro de 2015:
 - Advogados: 7.793.
 - Empregados de empresas prestadoras de serviços: 10.719.
 - Imprensa: 836.
 - Provisório: 298.
 - Visitantes: 27.769.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Total de público flutuante que adentrou o TSE: 47.415.

- Ingresso de pessoas do público fixo nas dependências do Tribunal Superior Eleitoral de janeiro a dezembro de 2015:
 - Servidores: 729.
 - Colaboradores: 1.015.
 - Estagiários: 56.
 - Menores aprendizes: 56.
- Fluxo de carros que acessaram a garagem do Tribunal Superior Eleitoral de janeiro a dezembro de 2015:
 - Fluxo estimado por dia na garagem nível Subsolo e nível Intermediário de automóveis de servidores, colaboradores, advogados e visitantes, entre outros: 980 veículos.
- Auxílio nas atividades de segurança de vigilância externa, controle e fiscalização por meio de agentes de segurança do quadro a serviço de segurança pessoal dos ministros.
- Serviço de ronda motorizada:
 - mediações do Tribunal Superior Eleitoral;
 - residência de autoridades e ministros;
 - posto de vigilância na residência de ministro por 24h;
 - varredura de ambiente e telefonia nos gabinetes de ministro;
 - cadastro biométrico;
 - confecção de crachás.
- Promoção de ações de prevenção e combate a incêndio:
 - abastecimento de GLP;
 - acompanhamento a hospital/outros;
 - acompanhamento de pessoas com necessidades especiais e pessoas com deficiência;

- acompanhamento de trabalhos realizados no terraço;
- aferição de pressão arterial;
- atendimento pré-hospitalar;
- captura, recolhimento e presença de animais;
- ocorrências diversas;
- prevenção em eventos;
- princípio de incêndio;
- resgate em elevador;
- treinamentos internos da brigada;
- vistorias preventivas.

Total de atividades realizadas: 31.738.

- Tramitação de documentos:
 - Despachos: 48.
 - Memorandos: 68.
 - Ofícios: 109.
 - Processos: 16.
 - Termos de referência: 8.
 - SEI: 76.

Total de documentos tramitados: 325.

- Prestação de serviço de chaveiro, incluindo o fornecimento de chaves, peças e componentes de fechaduras de portas, mobiliários e veículos, para atendimento aos diversos setores do Tribunal Superior Eleitoral.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Total de ordem de serviço: 110.

- Administração de contratos de materiais, equipamento e manutenções:
 - sistema de detecção de alarme e incêndio;
 - bandeiras;
 - CFTV;
 - chaveiro;
 - extintores;
 - pórticos detectores de metais;
 - rádio transmissor HT;
 - raios-X.

- Apoio, no que tange à segurança, à Assessoria de Cerimonial nos eventos do TSE que envolvam a presença de ministros e outras autoridades, e sugestão de normas e procedimentos de segurança:
 - Segurança das autoridades.
 - Traslado de autoridades que participam em evento nesta Corte, TSE/Aeroporto/hotel.
 - Entrega de convites para eventos quando solicitado pela Assessoria de Cerimonial.

A Assessoria de Segurança e Transporte atuou nos seguintes eventos:

Janeiro

Recesso do Judiciário

Fevereiro

4.2.2015	Evento – 1º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral.
5.2.2015	Evento – 1º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral.
6.2.2015	Evento – 1º Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral.
9.2.2015	Apoio de recepção à comitiva de Cabo Verde, chefiada pela doutora Arlinda Chantre, Diretora-Geral de apoio ao processo eleitoral do referido país.

Fevereiro	
10.2.2015	Apoio de recepção à comitiva de Cabo Verde, chefiada pela doutora Arlinda Chantre, Diretora-Geral de apoio ao processo eleitoral do referido país.
12.2.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: curso de Direito de diversas faculdades – Programa de Visitação Técnica do Superior Tribunal de Justiça.
26.2.2015	Apoio – Recepção e acompanhamento do Ministro Francisco Rezek, que concedeu entrevista à Assessoria de Imprensa (Asics) e visitou as instalações do TSE.

Março	
2.3.2015	Apoio – Recepção e acompanhamento do Presidente José Sarney à Presidência do TSE, para audiência com o Ministro Presidente.
10.3.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito do Centro Universitário de Mineiros/GO (UNIFIMES).
12.3.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes do Instituto de Educação de Cuiabá (Insed).
23.3.2015	Evento – Reunião de Avaliação das Eleições 2014 – Servidores dos TREs.
24.3.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP.
23.3.2015	Evento – Reunião de Avaliação das Eleições 2014 – Servidores dos TREs.
25.3.2015	Apoio – Recepção e acompanhamento da Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, e dos Deputados Federais Paulinho da Força e Ademir Camilo para audiência com o Ministro Presidente.

Abril	
7.4.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade Inesc – Unai/MG.
9.4.2015	Apoio – Recepção e acompanhamento do doutor Roberto Rosas, ex-ministro do TSE, para concessão de entrevista à Assessoria de Imprensa (Asics).
13.4.2015	Evento Curso Fluxos no PJE.
14.4.2015	Evento Curso Fluxos no PJE.
15.4.2015	Evento Curso Fluxos no PJE.
15.4.2015	Apoio – Recepção e acompanhamento do Senador Fernando Collor à Presidência, para audiência com o Ministro Presidente.
16.4.2015	Evento Curso Fluxos no PJE.
16.4.2015	Evento – Realização do ato de recondução do doutor Henrique Neves da Silva ao cargo de Ministro Efetivo do TSE.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Abril	
17.4.2015	Evento Curso Fluxos no PJE.
17.4.2015	Programa de Desenvolvimento Gerencial 2014/2015.
20.4.2015	Evento Treinamento SGRH Folha de Pagamento e Portal – 15 participantes.
22.4.2015	Evento Treinamento PJE – Representantes de diversos Tribunais.
22.4.2015	Evento Treinamento SGRH Folha de Pagamento e Portal.
23.4.2015	Evento Treinamento PJE – Representantes de diversos Tribunais.
	Apoio – Visita guiada internacional: magistrados da Turquia e da Escola da Magistratura de São Paulo. Recepção e ciceroneamento nas dependências do Tribunal, incluindo acompanhamento da sessão de julgamento, encontro com o Ministro Presidente e visitas ao Museu do TSE e à sala-cofre da STI.
23.4.2015	Evento Treinamento SGRH Folha de Pagamento e Portal.
24.4.2015	Evento Treinamento PJE – Representantes de diversos Tribunais.
24.4.2015	Evento Treinamento SGRH Folha de Pagamento e Portal.
29.4.2015	Evento Treinamento SGRH Folha de Pagamento e Portal.

Maio	
4.5.2015	Apoio de recepção dos funcionários do MRE que participaram da reunião na Presidência.
	Evento de auditoria especial do PSDB.
5.5.2015	Evento de auditoria especial do PSDB.
	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade Cenecista de Osório/RS.
6.5.2015	Evento de auditoria especial do PSDB.
	Evento de auditoria especial do PSDB.
7.5.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina e da Universidade de Caxias do Sul – <i>Campus</i> de Canela/RS.
	Evento de auditoria especial do PSDB.
12.5.2015	Apoio – Recepção e acompanhamento de grupo de senadoras (Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Raquel Madureir, Simone Tebet) para audiência com o Ministro Presidente.
	Apoio – Recepção e acompanhamento do Ministro Armando Monteiro (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) para audiência com o Ministro Presidente.
14.5.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade Fortium – Núcleo de Prática Jurídica (NPJ – Asa Sul e Gama).

Maio	
18.5.2015	Apoio de recepção do Desembargador Néviton Guedes – Audiência com o Ministro Presidente.
	Evento – Reunião do GT-CAND.
	Apoio – Visita guiada internacional: recepção de delegação de advogados ingleses para audiência com o Ministro Presidente e apresentação da urna eletrônica.
19.5.2015	Evento – Visita guiada da 13ª Semana de Museus – CEM 404 de Santa Maria.
	Evento – Reunião do GT-CAND.
	Apoio – Recepção e acompanhamento do Presidente do TRE/RJ, Desembargador Edson Aguiar, para audiência com o Ministro Presidente.
	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade Católica de Brasília.
20.5.2015	Evento – Reunião do GT-CAND.
	Evento – Reunião com representantes das áreas de contabilidade dos partidos políticos.
	Evento – Reunião do Grupo de Projetos Especiais do Registro Civil Nacional e Inovações à Urna Eletrônica.
21.5.2015	Evento – Reunião com representantes das áreas de contabilidade dos partidos políticos.
	Evento – Reunião do Grupo de Projetos Especiais do Registro Civil Nacional e Inovações à Urna Eletrônica.
22.5.2015	Evento – Reunião do Grupo de Projetos Especiais do Registro Civil Nacional e Inovações à Urna Eletrônica.
26.5.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade de Direito de Olinda/PE (Focca).
	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da UniBalsas, Balsas/MA.
28.5.2015	Evento – Sessão Solene em Comemoração dos 70 Anos de Reinstalação da JE (Plenário).
29.5.2015	Evento – Ato Ecumênico em Comemoração dos 70 Anos da Reinstalação da JE (Auditório I).
Junho	
1º.6.2015	Evento – Reunião do GT-Mesários – Eleições 2016.
2.6.2015	Evento – Reunião do GT-Mesários – Eleições 2016.
	Evento – Reunião para a conclusão de minuta – Prestação de Contas Eleitorais 2016.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Junho	
3.6.2015	Evento – Reunião do GT-Mesários – Eleições 2016.
	Evento – Reunião para a conclusão de minuta – Prestação de Contas Eleitorais 2016.
9.6.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade Católica de Brasília.
10.6.2015	Evento – I Encontro de Coordenadores das Escolas Judiciárias Eleitorais.
11.6.2015	Evento – I Encontro de Coordenadores das Escolas Judiciárias Eleitorais.
	Evento – Congresso Internacional sobre Financiamento Eleitoral e Democracia.
12.6.2015	Evento – Congresso Internacional sobre Financiamento Eleitoral e Democracia.
15.6.2015	Evento – Encontro Nacional de Secretários Judiciários – Uma Visão de Futuro.
16.6.2015	Evento – Encontro de Secretários de Tecnologia da Informação.
	Evento – Encontro Nacional de Secretários Judiciários – Uma Visão de Futuro.
	Apoio – Recepção e apoio à visita de comitiva da República Dominicana.
17.6.2015	Evento – Encontro de Secretários de Tecnologia da Informação.
	Evento – Encontro Nacional de Secretários Judiciários – Uma Visão de Futuro.
18.6.2015	Evento – Reunião GT-Ecosistema da Urna.
19.6.2015	Evento – Reunião GT-Ecosistema da Urna.
26.6.2015	Evento – Festa junina da Assertse.

Julho	
Recesso do Judiciário	

Agosto	
6.8.2015	Evento – Exposição A Saga da Reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945: História e Cultura dos 70 Anos da Redemocratização no Brasil (Foyer e Museu do TSE).
	Evento – STJ/Estratégias para Gestão de Conflitos.
7.8.2015	Evento – STJ/Estratégias para Gestão de Conflitos.
13.8.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade Iguazu (Unig) – Nova Iguaçu/RJ.
18.8.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Universidade da Região de Joinville (Univille), <i>Campus</i> São Bento do Sul/SC.
24.8.2015	Evento – Curso de Diretrizes Pedagógicas da Enfam.
25.8.2015	Evento – Curso de Diretrizes Pedagógicas da Enfam.

Agosto	
26.8.2015	Evento – Curso de Diretrizes Pedagógicas da Enfam.
27.8.2015	Evento do CNJ – Apresentação do Sistema Serasajud.
	Apoio – Visita guiada de estudantes de Direito: Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde/MT, Faculdades Alves Faria (Alfa) de Goiânia/GO e Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo/SP (Fadisp).
Setembro	
2.9.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade Cenequista de Joinville/SC.
8.9.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes de Direito: Universidade Anhanguera/SP, Faculdade de Direito de Franca/SP e Centro Universitário da Fundação Guaxupé/MG (Unifeg).
10.9.2015	Evento – Seminário Reforma Política.
11.9.2015	Evento – Encontro de Diretores das Escolas Judiciárias Eleitorais.
15.9.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes de Direito: Universidade de Santa Cruz do Sul/RS (Unisc), Faculdade São Francisco de Barreiras/BA (Fasb) e Faculdade Anhanguera de Leme/SP.
16.9.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes de Direito: Instituto de Educação de Cuiabá/MT (Auxiliar Jurídico – nível médio) e Universidade de Caxias do Sul/RS.
17.9.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes de Direito: Faculdade Meridional (Imed), de Passo Fundo/RS; Universidade de Caxias do Sul/RS (UCS).
22.9.2015	Apoio – Visita internacional: Copresidente da Law Society of South Africa, Dr. Richard Scott.
	Apoio – Visita guiada de estudantes de Direito: Curso de Direito da Univates (Centro Universitário), Lajeado/RS; Fundação Universidade Regional de Blumenau/SC (FURB); Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (UNIVATES).
Outubro	
1º.10.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito da Faculdade Dom Alberto, de Santa Cruz do Sul/RS.
13.10.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: alunos de Direito do Centro Universitário de Busque/SC (UNIFEBE).
15.10.2015	Evento – Treinamento PJE para Tribunais Regionais Eleitorais.
16.10.2015	Evento – Treinamento PJE para Tribunais Regionais Eleitorais.
20.10.2015	Apoio – Visita guiada de estudantes: Faculdades Associadas de Ariquemes – Instituto de Ensino Superior de Rondônia (Iesur).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ministro Dias Toffoli (Presidente)

2015

Outubro	
27.10.2015	Evento – XI Seminário de Licitações e Contratos da JE.
	Evento – Posse da Ministra Maria Thereza de Assis Moura (CGE) e do Ministro Herman Benjamin (efetivo).
28.10.2015	Evento – XI Seminário de Licitações e Contratos da JE.
29.10.2015	Evento – Realização de audiência pública – Eleições 2016.

Novembro	
6.11.2015	Evento – Realização de audiência pública – Eleições 2016.
10.11.2015	Evento – posse do Ministro Jorge Mussi, no cargo de Ministro Substituto do TSE.
	Apoio – Visita guiada de estudantes: curso de Direito do Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), Indaial/SC.
12.11.2015	Evento – Reunião do Comitê Permanente de Gestão de Pessoas da Justiça Eleitoral.
	Evento – Realização de audiência pública – Eleições 2016.
13.11.2015	Evento – Reunião do Comitê Permanente de Gestão de Pessoas da Justiça Eleitoral.
19.11.2015	Evento no Rio de Janeiro – Organização e realização da X Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais.
24.11.2015	Evento – Fiscalize Legal.
	Evento – Reunião do GT-Mesários.
25.11.2015	Evento – Reunião do GT-Mesários.
	Evento no Rio de Janeiro – Organização e realização da X Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais.

Dezembro	
4.12.2015	Evento – Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Nesses eventos, a Asset executou as seguintes atividades:

- Orientação dos participantes quanto ao local de realização do evento.
- Traslado do TSE para o hotel.
- Traslado do TSE para o aeroporto.
- Acesso à garagem.
- Liberação de acesso pelas catracas e portas eletrônicas.
- Monitoramento de CFTV.



Esta obra foi composta na fonte Univers 45 Light, corpo 10,
entrelinhas de 13 pontos, em papel AP 75g/m² (miolo)
e papel Cartão Supremo 250g/m² (capa).